



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROJETO E CIDADE

LYVIA CAROLINE PIRES

ENTRE PRAÇAS E PARQUES:
PROCESSO DE FORMAÇÃO DO SETOR OESTE EM GOIÂNIA

GOIÂNIA
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Lyvia Caroline Pires

3. Título do trabalho

Entre Praças e Parques: processo de formação do Setor Oeste em Goiânia

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Eline Maria Mora Pereira Caixeta, Professora do Magistério Superior**, em 20/10/2025, às 18:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lyvia Caroline Pires, Discente**, em 21/10/2025, às 10:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5722718** e o código CRC **A859FB90**.

LYVIA CAROLINE PIRES

ENTRE PRAÇAS E PARQUES:
PROCESSO DE FORMAÇÃO DO SETOR OESTE EM GOIÂNIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade, da Faculdade de Artes Visuais, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestra em Projeto e Cidade.

Área de concentração: Projeto, Teoria, História e Crítica

Linha de pesquisa: História e Teoria da Arquitetura e da Cidade

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eline Maria Mora Pereira Caixeta

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Amélia de Paula Moura Ribeiro

GOIÂNIA
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Pires, Lyvia Caroline

Entre Praças e Parques [manuscrito] : processo de formação do
Setor Oeste em Goiânia / Lyvia Caroline Pires. - 2025.

176 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Eline Maria Mora Pereira Caixeta; co
orientadora Dra. Ana Amélia de Paula Moura Ribeiro.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Artes Visuais (FAV), Programa de Pós-graduação em
Projeto e Cidade, Goiânia, 2025.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui mapas, fotografias, lista de figuras.

1. Goiânia. 2. Setor Oeste. 3. Processo de formação e ocupação. 4.
Praças e parques. I. Caixeta, Eline Maria Mora Pereira , orient. II. Título.

CDU 72



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE ARTES VISUAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **017/2025** da sessão de Defesa de Dissertação de **Lyvia Caroline Pires**, que confere o título de Mestre(a) em **Projeto e Cidade**, na área de concentração em **Projeto, Teoria, História e Crítica**.

Aos **trinta de setembro de dois mil e vinte e cinco**, a partir das **nove horas**, no **auditório da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“Entre Praças e Parques: processo de formação do Setor Oeste em Goiânia”**. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora **Eline Maria Mora Pereira Caixeta (FAV/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora **Ana Amélia de Paula Moura Ribeiro (FAV/UFG)**, co-orientadora; Professor Doutor **Eurípedes Afonso da Silva Neto (CCET/UEG)**, membro titular externo; Professora Doutora **Adriana Mara Vaz de Oliveira (FAV/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora **Eline Maria Mora Pereira Caixeta**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos **trinta de setembro de dois mil e vinte e cinco**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Eline Maria Mora Pereira Caixeta, Professora do Magistério Superior**, em 30/09/2025, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Amélia De Paula Moura Ribeiro, Professora do Magistério Superior**, em 30/09/2025, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Mara Vaz De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 30/09/2025, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eurípedes Afonso da Silva Neto, Usuário Externo**, em 30/09/2025, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5685727** e o código CRC **E1A5C5D0**.

Referência: Processo nº 23070.051438/2025-94

SEI nº 5685727

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, meu sustento e refúgio em todos os momentos. Foi Ele quem me fortaleceu em cada situação em que julguei não haver solução, quem me fez perceber Seu cuidado nos mínimos detalhes desta caminhada e quem colocou pessoas especiais ao meu redor. Reconheço que cada conquista aqui descrita é fruto da Sua graça e infinita bondade, e que esse trabalho é, sobretudo, para a honra e a glória do Senhor.

Aos meus pais, Luís e Cleide, minha gratidão mais profunda. Vocês são meus maiores exemplos de amor, dedicação e fé. Se hoje cheguei até aqui, foi porque me ensinaram a acreditar, a persistir e a sonhar. Obrigada por cada gesto de cuidado, por cada palavra de incentivo, por cada encorajamento que me impulsionou a avançar e, sobretudo, por acreditarem em mim quando eu mesma duvidei. O apoio de vocês é o meu alicerce, e este trabalho é também fruto do amor e da força que sempre encontrei em vocês.

Às minhas irmãs, Wynna e Cyndi, aos meus cunhados, Samay e Daniel, e aos meus sobrinhos, Athos, Ágatha, Davi e à pequena Esther, que em breve chegará, deixo meus profundos agradecimentos por todo amor, dedicação e compreensão nos momentos em que precisei me ausentar.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Eline Caixeta, agradeço pelas orientações, pelo conhecimento compartilhado, e incentivo em cada etapa desta caminhada.

À minha coorientadora, Prof.^a Dr.^a Ana Amélia Ribeiro, obrigada por sua dedicação, paciência e pela contribuição fundamental para o desenvolvimento desse trabalho.

Aos meus amigos, sou grata por cada oração e por cada momento de alegria que trouxeram alívio em meio às tensões do percurso. À minha querida amiga Bruna, obrigada por cada oração, escuta atenciosa e palavra de incentivo.

Às minhas companheiras de mestrado, Melissa e Nathália, muito obrigada pela parceria e amizade. Essa trajetória se tornou mais leve ao lado de vocês.

Aos professores membros das bancas de qualificação e defesa, obrigada pela disponibilidade e pelas valiosas contribuições, que enriqueceram esta pesquisa.

RESUMO

O Setor Oeste se formou nas décadas seguintes à inauguração de Goiânia e desde o início se destacou por características singulares que o diferenciam no contexto urbano da capital: localização estratégica, diversidade de usos e expressiva presença de espaços públicos. Apesar de sua relevância, a história do bairro permanece fragmentada, registrada de forma dispersa em documentos, fotografias, recortes de jornais e relatos parciais, compondo um mosaico de informações incompletas. Diante desse cenário, esta dissertação tem como objetivo reconstruir sua trajetória histórica e compreender o processo de formação, consolidação e sua relevância no contexto urbano de Goiânia, utilizando como estudo de caso os seus espaços públicos, suas praças e parques. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica, documental e iconográfica, apoiada no método histórico e no estudo de caso. A investigação foi desenvolvida em duas etapas: inicialmente, analisou-se o bairro em sua totalidade, contemplando a origem, ocupação e verticalização; em seguida, a investigação foi direcionada a quatro espaços públicos – Praça Tamandaré, Praça do Sol, Bosque dos Buritis e Parque Lago das Rosas – e suas bordas, compreendidas como zonas de transição entre os espaços verdes e o tecido edificado. Os resultados demonstram que os espaços públicos do Setor Oeste atuam como elementos estruturadores da paisagem urbana, revelando permanências e transformações que permitem compreender a complexidade de sua configuração atual. A pesquisa também evidenciou que, embora a verticalização e o adensamento populacional tenham alterado o tecido urbano, a diversidade de usos permanece no bairro, garantindo a vitalidade e fortalecendo sua urbanidade. Ao articular a documentação histórica, registros fotográficos e análise morfológica, a dissertação revela o Setor Oeste como espaço histórico, de usos diversos e que proporciona qualidade de vida de seus habitantes.

Palavras-chave: Goiânia; Setor Oeste; Processo de Formação e Ocupação; Praças e Parques.

ABSTRACT

The West Sector was formed in the decades following the inauguration of Goiânia and from the beginning stood out for unique characteristics that differentiate it in the urban context of the capital: strategic location, diversity of uses and expressive presence of public spaces. Despite its relevance, the history of the neighborhood remains fragmented, recorded in a dispersed way in documents, photographs, newspaper clippings and partial reports, composing a mosaic of incomplete information. In view of this scenario, this dissertation aims to reconstruct its historical trajectory and understand the process of formation, consolidation and its relevance in the urban context of Goiânia, using as a case study its public spaces, its squares and parks. The research adopted a qualitative approach, based on bibliographic, documentary and iconographic research, supported by the historical method and the case study. The investigation was developed in two stages: initially, the neighborhood was analyzed in its entirety, contemplating the origin, occupation and verticalization; then, the investigation was directed to four public spaces – Tamandaré Square, Sun Square, Buritis Forest and Lago das Rosas Park – and their edges, understood as transition zones between green spaces and the built fabric. The results demonstrate that the public spaces of the West Sector act as structuring elements of the urban landscape, revealing permanences and transformations that allow understanding the complexity of its current configuration. The research also showed that, although verticalization and population density have changed the urban fabric, the diversity of uses remains in the neighborhood, ensuring vitality and strengthening its urbanity. By articulating historical documentation, photographic records and morphological analysis, the dissertation reveals the West Sector as a historical space, of diverse uses and that provides quality of life for its inhabitants.

Keywords: *Goiânia; West Sector; Training and Occupation Process; Squares and Parks.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Vista aérea de Goiânia na década de 1940.	21
Figura 02: Mapa atual do Setor Oeste com a delimitação do bairro, em amarelo.	23
Figura 03: Plano Urbanístico de Goiânia, elaborado por Atilio Correia de Lima em 1933 (A) e reformulado por Armando Augusto de Godoy, em 1938 (B).	24
Figura 04: Vista do Parque Lago das Rosas.	25
Figura 05: Vista do Bosque dos Buritis, na década de 2010.	25
Figura 06: Fotos aéreas de Goiânia nos anos de 1951/1953/1961/1975. Destaque para o Bosque dos Buritis e Parque Lago das Rosas, em verde, e Avenida Assis Chateaubriand, em amarelo.	26
Figura 07: Projeto de Atilio Corrêa Lima, apresentado em 1935.	53
Figura 08: Vista geral da Avenida Goiás. 1945. Goiânia-GO	55
Figura 09: “Panorama de Goiânia”.1937.	56
Figura 10: Plano Urbanístico de Goiânia, elaborado por Atilio Corrêa de Lima em meados de 1930, apresentando o esboço do Setor Oeste.	60
Figura 11: Plano Urbanístico de Goiânia, elaborado por Atilio Corrêa de Lima em meados de 1930, apresentando o esboço do Setor Oeste (nº6).	61
Figura 12: Traçado urbano de Goiânia. 1936, Goiânia-GO. Aproximação da área onde hoje situa-se o Setor Oeste.	62
Figura 13: Plano Urbanístico, reformulado por Armando de Godoy. 1938.	63
Figura 14: Plano de Urbanização de Goiânia. Planta Geral de Orientação, aprovada pelo Decreto-Lei 90-A, de 1938. Vale destacar que a porção ocupada pelo Setor Oeste ainda aparecia como futura zona de expansão.	65
Figura 15: Plano de Urbanização de Goiânia, com destaque para área onde futuramente seria implantado o Setor Oeste. Planta Geral de Orientação, aprovada pelo Decreto-Lei	

90-A, de 1938.....	66
Figura 16: Planta Geral de Urbanização. 1947. Coimbra Bueno & CIA. LTDA.	68
Figura 17: Recorte da Planta Geral de Urbanização, apresentando o Setor Oeste de forma mais aproximada. 1947. Coimbra Bueno & CIA. LTDA.	69
Figura 18: Aprovação do loteamento do Setor Oeste em 1956.....	71
Figura 19: Planta de Aprovação do Setor Oeste (Planta Parcial) - Área de Expansão, de 1968.	72
Figura 20: Carimbo - Planta de Aprovação do Setor Oeste (Planta Parcial). Área de Expansão. De 1968. Destaque para o nome “Jorge”, na aba Desenho.	73
Figura 21: Traçado urbano de Goiânia. Implantação dos Setores Sul e Oeste no início da década de 1950.....	74
Figura 22: Foto aérea do Setor Oeste em 1955.	75
Figura 23: Vista aérea- Praça Cívica com Setor ao fundo. De 1950.	76
Figura 24: Vista aérea de Goiânia. Setor Oeste no canto superior esquerdo. 1957.....	77
Figura 25: Vista aérea de Goiânia. Praça do Avião, localizada no Setor Aeroporto, em primeiro plano, e ao fundo Setor Oeste, na década de 1960.	77
Figura 26: Vista aérea da Praça Cívica. Setor Oeste ao fundo. Década de 1960. 1- Praça Cívica; 2- Bosque dos Buritis; 3- Colégio Ateneu Dom Bosco; 4- Colégio Externato São José; 5- Avenida Assis Chateaubriand; 6- Parque Lago das Rosas.	79
Figura 27: Vista aérea da Avenida Goiás e parte do Setor Oeste (canto superior direito). Década de 1960.	80
Figura 28: Ocupação do Setor Oeste em 1968, destacando em laranja as áreas mais consolidadas.....	81
Figura 29: Vista aérea do setor Central e parte do Setor Oeste (canto superior direito). Década de 1970.	82

Figura 30: Mapa atual do Setor Oeste com a delimitação do bairro, em amarelo, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº068, em 1999.	83
Figura 31: Vista aérea de Goiânia. Setor Oeste na parte superior da imagem. Década de 1960.....	85
Figura 32: À esquerda, o Edifício Residencial Catalão, na Rua 6 esq. com Rua 3. Sem data. Goiânia-GO. À direita, desenho de perspectiva arquitetônica do Edifício Residencial Salma, localizado na Rua 3 esquina com Avenida B. Sem data.	85
Figura 33: Vista aérea do Setor Oeste em meados de 2000. Ao centro da imagem, a Praça Tamandaré.....	88
Figura 34: Vista aérea do Setor Oeste em 2025. A frente à Praça Tamandaré. Destaque para os edifícios ao fundo, situados no entorno da Praça do Sol.....	88
Figura 35: Parques e praças situados no Setor Oeste.	92
Figura 36: Praça das Mães em 1969.....	94
Figura 37: Planta situando a Praça Tamandaré em relação ao bairro.	96
Figura 38: Planta de Situação – Praça Tamandaré.....	97
Figura 39: Plano Urbanístico de 1947, com destaque para a área destinada à Praça Tamandaré. Marcação em amarelo indica o traçado original da praça, conforme projeto urbanístico proposto pelos técnicos da Prefeitura de Goiânia.....	98
Figura 40: Vista aérea da década de 1950. Em amarelo, a demarcação de onde está situada a Praça Tamandaré atualmente.....	98
Figura 41: Vista aérea da década de 1960. Em amarelo, a demarcação de onde está situada a Praça Tamandaré atualmente.....	99
Figura 42: Fotografia da Praça Tamandaré, antiga Praça “E”, em 1962.....	100
Figura 43: Praça Tamandaré no início da década de 1980.....	101

Figura 44: A Praça Tamandaré também era conhecida pelos rachas automotivos, que atraíam grande público.	102
Figura 45: Manchete de jornal sobre Praça Tamandaré como um dos principais pontos de encontros da juventude das décadas de 1970 e 1980.	103
Figura 46: Projeto de Reurbanização da Praça Tamandaré. Levantamento da Praça Tamandaré, anterior às modificações propostas pelo Iplan (A). Projeto de modificação no traçado arquitetônico da Praça Tamandaré (B).	104
Figura 47: Mapa atual do Setor Oeste com a delimitação da Praça Almirante Tamandaré, em amarelo.	105
Figura 48: Mapa de Usos e Ocupações – Praça Tamandaré.	106
Figura 49: Mapa de Gabarito de Alturas – Praça Tamandaré.	108
Figura 50: Planta situando a Praça do Sol em relação ao bairro.	109
Figura 51: Planta de Situação – Praça do Sol.	110
Figura 52: Plano Urbanístico de 1947, com destaque para a área destinada à Praça do Sol. Marcação em amarelo indica o traçado original da praça, conforme projeto urbanístico proposto pelos técnicos da Prefeitura de Goiânia.	111
Figura 53: Vista aérea de 1975. Em amarelo, a demarcação da Praça do Sol.	111
Figura 54: Mapa atual do Setor Oeste com a delimitação da Praça do Sol, em amarelo.	112
Figura 55: Letreiro, situado na Praça do Sol.	113
Figura 56: Mapa de Usos e Ocupações – Praça do Sol.	114
Figura 57: Mapa de Gabarito de Altura – Praça do Sol.	115
Figura 58: Edifícios do entorno da Praça do Sol.	116
Figura 59: Vista aérea da Feira do Sol.	117

Figura 60: Planta situando o Bosque dos Buritis em relação ao bairro.	118
Figura 61: Planta de Situação – Bosque dos Buritis.....	119
Figura 62: Proposta de Atílio Corrêa Lima para o Parque dos Buritis.	120
Figura 63: Área do Bosque dos Buritis. 1936.	121
Figura 64: Plano Urbanístico de 1947, com destaque para a área destinada ao Bosque dos Buritis. Marcação em amarelo indica o traçado original do Bosque, conforme projeto urbanístico proposto pelos técnicos da Prefeitura de Goiânia.....	122
Figura 65: Diminuição da área original do Bosque dos Buritis Sem data.	123
Figura 66: Vista aérea do Bosque dos Buritis. Sem data.	124
Figura 67: Vista aérea do Bosque dos Buritis. 1980.....	125
Figura 68: Vista aérea do Bosque dos Buritis. 1995.....	127
Figura 69: Imagens da Assembleia Legislativa antes e durante a reforma dos anos 1990. Com a retirada dos gabinetes que foram construídos no térreo, reapareceram os pilotis propostos no projeto original. Fotos publicadas em reportagem do Jornal O Popular em 1995	128
Figura 70: Colégio Ateneu Dom Bosco em construção.	130
Figura 71: Colégio Ateneu Dom Bosco. 1941.	131
Figura 72: Igreja Ateneu Dom Bosco. 1950.....	132
Figura 73: Inauguração da sede do Tribunal de Justiça de Goiás, em 1986.....	133
Figura 74: Lago do Bosque dos Buritis. 1988.....	134
Figura 75: Mapa atual do Setor Oeste com a delimitação do Bosque dos Buritis, em amarelo.....	135
Figura 76: Mapa de Usos e Ocupações – Bosque dos Buritis.....	136
Figura 77: Mapa de Gabarito de Alturas – Bosque dos Buritis.	137

Figura 78: Planta situando o Parque Lago das Rosas em relação ao bairro.....	139
Figura 79: Planta de Situação – Parque Lago das Rosas.	140
Figura 80: Plano Urbanístico de 1947, com destaque para a área destinada ao Parque Lago das Rosas. Marcação em amarelo indica o traçado original ao parque, conforme projeto urbanístico proposto pelos técnicos da Prefeitura de Goiânia.....	141
Figura 81: Lago das Rosas. Década de 1940.	143
Figura 82: Lago das Rosas. Sem data.	144
Figura 83: Zoológico. Sem data.....	144
Figura 84: Zoológico. Sem data.....	145
Figura 85: Pórtico de entrada do Parque Zoológico, na década de 1950.....	146
Figura 86: Lago das Rosas, década de 1950.....	147
Figura 87: Vista aérea do Parque Lago das Rosas, na década de 1960.	148
Figura 88: Lago das Rosas. 1950.....	148
Figura 89: Crianças brincando no Lago das Rosas, na década de 1960.	149
Figura 90: Piscina Popular – Lago das Rosas. 1955.....	150
Figura 91: Trampolim – Lago das Rosas. 1953.....	151
Figura 92: Lago das Rosas. Sem data.	152
Figura 93: Hospital Geral de Goiânia (Alberto Rassi), antigo Hospital Geral- Inamps.	152
Figura 94: Museu de Arte Moderna de Goiânia. 1967.....	153
Figura 95: Estação Rodoviária de Goiânia. Década de 1960.....	154
Figura 96: Vista aérea do Parque Lago das Rosas, na década de 1960. 1- Castelinho; 2- Mureta 3- Museu de Arte de Goiânia.	155

Figura 97: Mapa atual do Setor Oeste com a delimitação do Parque Lago das Rosas, em amarelo.....	156
Figura 98: Mapa de Usos e Ocupações – Parque Lago das Rosas.	157
Figura 99: Mapa de Gabarito de Alturas – Parque Lago das Rosas.	159
Figura 100: Residência, um exemplar da arquitetura moderna projetada demolida no entorno do Lago das Rosas.....	160

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
Capítulo 1 ESPAÇO URBANO E O ESPAÇO PÚBLICO	36
1.1. Entre conceitos e práticas	36
1.2. Reflexões sobre morfologia urbana	40
1.3. Apropriações do espaço público	46
Capítulo 2 PERCURSO HISTÓRICO E A RECUPERAÇÃO DA TRAJETÓRIA DO BAIRRO	51
2.1. O cenário goianiense	51
2.2. A formação do Setor Oeste	60
2.3. O processo de ocupação e transformações urbanas	73
2.4. Verticalização	84
Capítulo 3 ENTRE PRAÇAS E PARQUES: OS ESPAÇOS PÚBLICOS DO BAIRRO	90
3.1. As praças.....	96
3.1.1. Praça Tamandaré	96
3.1.2. Praça do Sol.....	109
3.2. Os parques.....	118
3.2.1. Bosque dos Buritis.....	118
3.2.2. Parque Lagos das Rosas	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	165
APÊNDICE	176

INTRODUÇÃO

A cidade é caracterizada não apenas por seus espaços edificados, de construções de pedras e tijolos, mas definida também pela complexidade e diversidade das práticas que ocorrem nesses locais (Bertuluci, 2019). O domínio público da urbe – as ruas, parques e praças – são o palco e estimulador das ações humanas, como também pontos de encontro para se relacionar, divertir, relaxar ou comercializar. Santos (2004, p. 152) considera o espaço urbano como o agrupamento de interações sociais que sofrem intensa influência dos processos históricos, sendo resultado da matéria alterada pela sociedade ao longo de anos e vivenciada na atualidade.

Assim sendo, os espaços da cidade recebem uma intensa influência dos processos históricos sofridos. Podem ser compreendidos como o agrupamento de funções e formas, entrelaçadas por histórias e memórias que adquirem sentido a partir das relações sociais produzidas pelos indivíduos que o compõem. Trata-se, portanto, de um processo de mão dupla na medida em que, historicamente, segundo Gemzoe e Gehl (2002, p. 13), a configuração urbana reflete-se no comportamento e nas interações de seus usuários. Gehl (2015, p. 09) complementa: “primeiro nós moldamos a cidade - então, ela nos molda”.

O espaço público “compreende o espaço comum a todos, em que o ir e vir é livre” (Camargo, 2022, p. 29). São locais cruciais na construção da vida cotidiana urbana, proporcionando a convivência, encontros e, como consequência, melhoria da qualidade de vida. Surgem como espaços dinâmicos e de vivência, que promovem a troca e interação social, sendo capazes de agregar as mais variadas culturas e costumes de seus usuários. O espaço público possui uma dimensão política, sendo produzido e apropriado socialmente, permitindo ações coletivas e manifestação da vida social (Lefebvre, 2006).

Para que as cidades sejam atrativas aos seus usuários, apresentando uma variedade de funções urbanas, e cheias de vida – de maneira que seus usuários se sintam convidados a caminhar, pedalar e permanecer nos espaços públicos –, elas devem possuir um espaço público cautelosamente projetado visando firmar os processos que robustecem a vida urbana (Gehl, 2015, p. 06). A cidade viva, segundo Gehl (2015, p. 63) enuncia “sinais amistosos e acolhedores com a premissa de interação social”, requer uma vida urbana complexa e diversificada, onde as atividades de lazer e sociais

estejam integradas. Dessa forma, cria-se espaço tanto para a circulação de pedestres e veículos quanto para a participação na vida urbana.

Segundo o autor, “uma cidade que convida as pessoas a caminhar, por definição, deve ter uma estrutura razoavelmente coesa que permita curtas distâncias a pé, espaços públicos atrativos e uma variedade de funções urbanas” (Gehl, 2015, p. 06). Gehl completa sua reflexão, afirmando que tais aspectos contribuem para intensificar as atividades e fortalecer o sentimento de segurança nos espaços urbanos e seu entorno. Torná-las convidativas é uma condição fundamental para viabilizar a vida urbana, considerando que seus elementos principais no desenho urbano incluem a rua, como espaço de circulação, e a praça, como espaço de convivência e de experiências sociais (Gehl, 2015, p. 38). Essas atividades sociais necessitam da presença e interação de seus usuários e englobam diferentes maneiras de intercomunicação no espaço.

Projetada em meados de 1930, Goiânia insere-se nesse contexto de idealização das cidades modernas, como uma cidade nova, que objetivava o desbravamento, territorialização, bem como estimular o desenvolvimento urbano do Brasil Central. A história da cidade está inserida no contexto do governo de Getúlio Vargas – a Marcha para o Oeste. O intuito era promover a ocupação e desenvolvimento do interior do país, como também, romper com as antigas oligarquias e criar um símbolo de modernidade e de avanço capitalista no interior do Brasil.

A nova capital goiana marca a história urbana brasileira como relevante realização urbanística do século XX. O processo de construção da cidade foi marcado pela ação de três importantes atores: o Estado; a demanda por moradia; e o capital imobiliário. A sua história urbana conta com alianças estabelecidas entre esses atores, assim como conflitos de interesses entre eles (Moysés et al., 2007, p. 37). A atual conformação e desenho da cidade são resultados dessas ações.

A cidade que fora planejada, ocupou parte das terras desapropriadas de fazendas às margens do córrego Botafogo, no município de Campinas. Nas primeiras décadas, o Plano Inicial, idealizado por Atilio Corrêa Lima, foi mantido, restringindo a área urbana às zonas Central, Norte e Sul. Em 1936, substituindo Corrêa Lima, Armando Augusto de Godoy assume o planejamento e imprime uma série de alterações no plano urbanístico originalmente proposto. Entretanto, como destaca Moraes (2006), desde as primeiras décadas da formação de seu espaço urbano, a capital desenvolveu-se por meio de dois vetores de crescimento: o da cidade moderna planejada, norteada por diretrizes dos

planos urbanísticos, e o da cidade espontânea, resultado da formação de loteamentos clandestinos.

Prevista inicialmente para 50 mil habitantes, a nova capital expandiu-se e se adensou rapidamente, como revela imagem da década de 1940 (Figura 01). O controle desse crescimento da cidade, pautado nos ideais de qualidade urbana almejados por seus idealizadores e fundamentados nos princípios do urbanismo moderno, materializou-se no tecido urbano do Setor Central e suas adjacências (Melo, 2017, p. 18).

Figura 01: Vista aérea de Goiânia na década de 1940.



Fonte: SEPLAN de Goiânia.

Em disparidade aos ideais inicialmente propostos, diante da inexistência de normas que obrigassem os loteadores a fornecer infraestrutura mínima nos novos bairros e impulsionada pela pressão de particulares para a liberação de parcelamentos, uma

série de novos loteamentos foram aprovados pela Prefeitura no início da década de 1950, resultando no arruamento do Setor Sul, seguido pelo Setor Oeste (Bellorio, 2013).

Na década de 1960, Goiânia apresentou um intenso crescimento, como consequência principalmente da imigração dos operários da construção de Brasília. Ribeiro (2007, p. 150) pontua que, a partir dos anos 1970, o processo especulativo de ocupação urbana tomou conta de Goiânia. Como consequência desse quadro de exclusão social e econômica, ocorreu a degradação do espaço urbano, com o comprometimento da qualidade de vida de seus moradores. Como resultado, observou-se o gradativo abandono do Centro pelos moradores, que deu lugar à ocupação progressiva por prestadores de serviços e comércio.

A expansão periférica de Goiânia nesse período foi favorecida pela inexistência de normas que obrigassem os loteadores a fornecer infraestrutura mínima nos novos bairros. Tal lacuna legal, aliada à precariedade dos loteamentos – comercializados à população de baixa renda sem infraestrutura urbana adequada –, contribuiu para que a cidade se expandisse de forma desordenada e para que, nas décadas subsequentes surgissem inúmeros conjuntos populares nas regiões periféricas.

A respeito da ocupação de Goiânia, diversos textos discorrem sobre sua idealização, planejamento, construção e expansão urbana, descrevendo historicamente e analisando os planos de urbanização, desde de sua elaboração até os dias atuais. Em geral, esses estudos abrangem a cidade em sua totalidade, como bem salientou Oliveira e Peixoto (2022, p. 02). Porém, são raros os estudos cujo foco é o bairro. As autoras destacam que o “estudo da materialidade de um bairro, agregada ao imaginário que sustenta sua memória, permite, entre outras coisas, a percepção da identidade urbana, uma questão inquietante para as cidades projetadas” (Oliveira e Peixoto, 2009, p. 63).

O conceito de bairro está relacionado às divisões físicas de uma cidade que têm importante papel na sua organização. É uma porção da cidade que articula o espaço urbano e possui autonomia funcional. No entanto, o bairro, como espaço social, não coincide forçosamente com seus limites físicos. Isso porque, em seu processo de formação, constitui-se como um lugar voltado para o atendimento das necessidades de uma comunidade e ao longo do tempo adquire uma certa identidade, aceita por seus moradores e pelos moradores de outros bairros. Por conseguinte, ele incorpora a ideia de fronteira social para além de seu espaço físico, tendo um papel importante na organização do espaço urbano, ao ser relacionado a um conteúdo social (Caixeta, 2021, p. 17).

Sobre o Setor Oeste, objeto de investigação desta pesquisa, foram encontrados poucos estudos direcionados. Dentre a literatura existente, destacam-se a dissertação de Ana Flávia Rego Mota (2017), que buscou investigar o Bosque dos Buritis – parque urbano que habita o imaginário de seus usuários e as relações simbólicas estabelecidas

com o espaço urbano; como também a dissertação de Helloá Vicente Fernandes (2016), cujo foco é a análise das tipologias dos edifícios dos apartamentos localizados no entorno de seus parques urbanos, o Bosque dos Buritis e Lago das Rosas.

O Setor Oeste é atualmente um dos bairros mais populosos de Goiânia (IBGE, 2022), apesar de sua pequena extensão territorial, de aproximadamente 2,74 km². Situado de forma privilegiada entre dois grandes parques, o Lago das Rosas e o Bosque dos Buritis, é composto por inúmeras praças. Tais espaços públicos do bairro funcionam como atrativos urbanos e agregam valor ao entorno. É notória a elevação da densidade demográfica, como consequência do valor agregado que os atrativos de lazer e contato com a natureza propiciam.

Figura 02: Mapa atual do Setor Oeste com a delimitação do bairro, em amarelo.

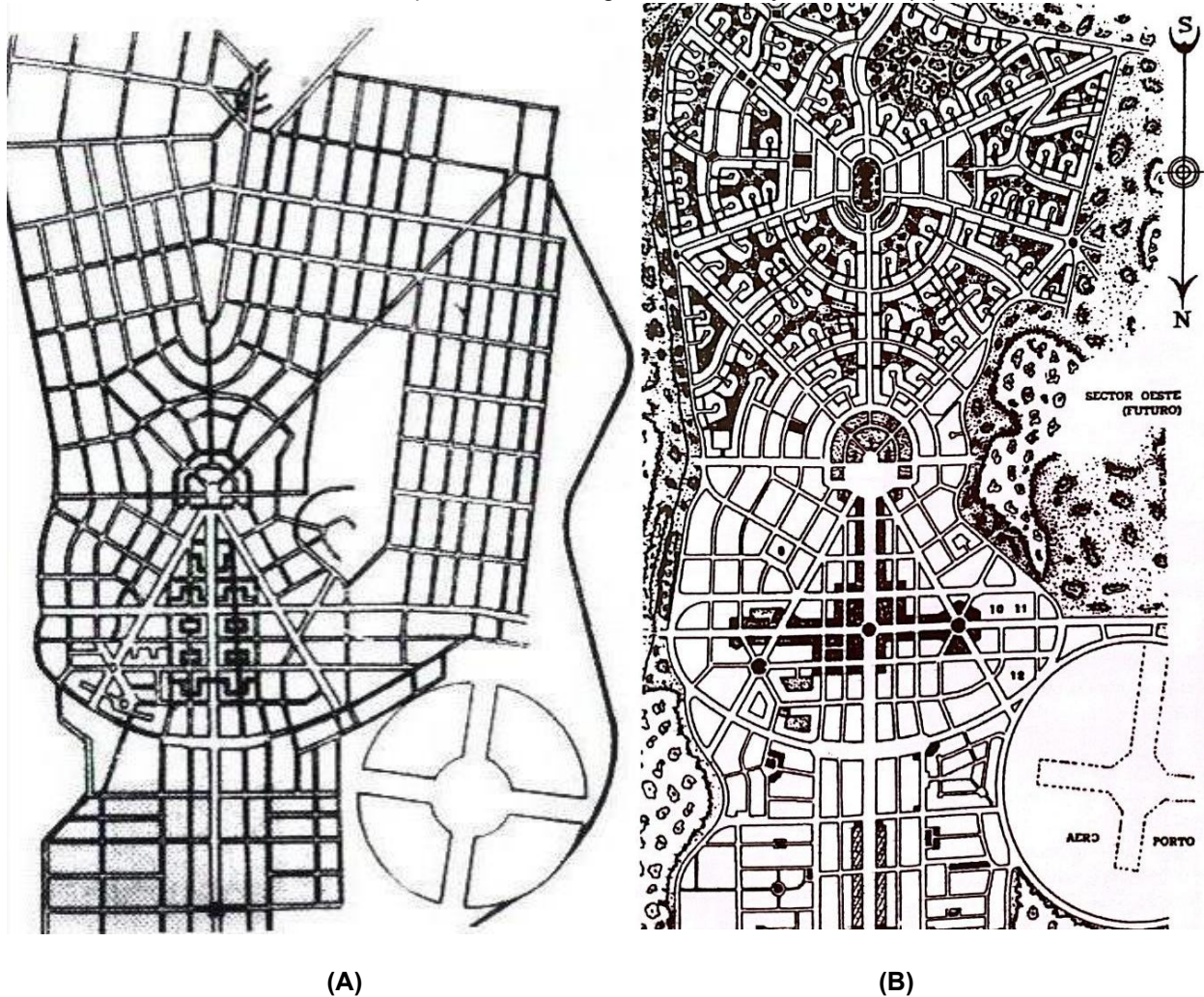


Fonte: Google Earth (2024). Intervenções da autora.

Impulsionado pelo mercado imobiliário e crescimento acelerado da cidade, iniciou-se na década de 1950 o arruamento do Setor Oeste (Vaz, 2002, p. 78). Este Setor já havia sido previsto, em forma de esboço, por Atilio Corrêa Lima, conforme Figura 3-A. Quando de sua assessoria ao irmãos Coimbra Bueno, durante a qual foram propostas algumas alterações no Setor Central e desenvolvido um novo traçado para o Setor Sul, Armando de Godoy não chegou a elaborar a proposta para o Setor Oeste (Figura 3- B).

Desta forma, o projeto do bairro teve sua elaboração realizada pelos técnicos do Estado (Mota, 2017, p. 20).

Figura 03: Plano Urbanístico de Goiânia, elaborado por Atilio Correia de Lima em 1933 (A) e reformulado por Armando Augusto de Godoy, em 1938 (B).



(A)

(B)

Fonte: SEPLAN de Goiânia.

No âmbito dos espaços públicos, concebidos também como espaços de lazer e ócio, encontram-se o Lago das Rosas (Figura 04) e o Bosque dos Buritis (Figura 05). O primeiro, situado próximo a Campinas – núcleo urbano que subsidiou a construção da nova cidade – e localizado no caminho que interligava os dois núcleos urbanos, foi a primeira área verde urbanizada de Goiânia, já na década de 1950. O segundo, localizado próximo à Praça Cívica – centro administrativo da capital –, atuava como limite entre o Setor Central e o futuro Setor Oeste, foi urbanizado um pouco mais tarde, especialmente a partir dos anos 1970.

Figura 04: Vista do Parque Lago das Rosas.



Fonte: Site da Universidade Federal de Goiás (2017). Exposição: O olhar vertical – fotografias da Coleção Santander Brasil. Foto: Tuca Rainés.

Figura 05: Vista do Bosque dos Buritis, na década de 2010.

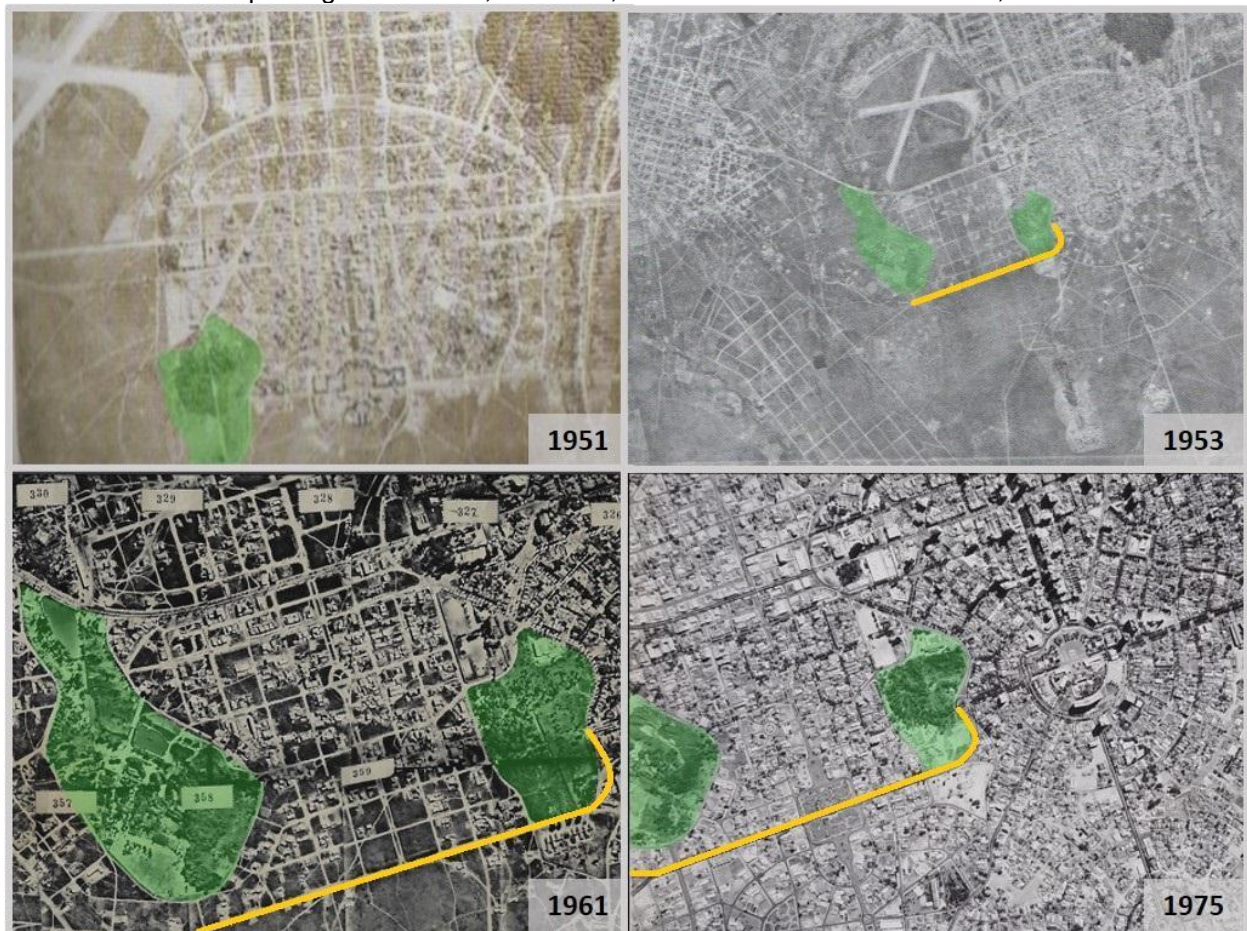


Fonte: Mota (2017). Foto: Joventino.

Hoje, configuram como importantes parques urbanos, atuando como pulmões verdes e espaços atrativos que robustecem a vida urbana. No que toca ao processo de formação e de ocupação do Setor Oeste (Figura 06), a partir das fotos aéreas pode-se observar que ele ocorre de forma gradativa. A urbanização concentrou-se, inicialmente, abaixo da Avenida Assis Chateaubriand, próximo aos Setores Central e Aeroporto, onde já haviam construções. Acima dessa avenida, as edificações foram surgindo posteriormente. Assim como aconteceu durante a ocupação e expansão, a verticalização seguiu o mesmo processo, acontecendo primeiramente na porção abaixo da referida avenida.

No início dos anos 1960, o Setor Oeste já estava parcialmente urbanizado e ocupado no trecho localizado entre as Avenidas Assis Chateaubriand e Anhanguera e entre os Parques Bosque dos Buritis e Lago das Rosas. Em foto aérea de 1975 (Figura 06), o bairro já aparece completamente ocupado e urbanizado, até as Avenidas D e 85.

Figura 06: Fotos aéreas de Goiânia nos anos de 1951/1953/1961/1975. Destaque para o Bosque dos Buritis e Parque Lago das Rosas, em verde, e Avenida Assis Chateaubriand, em amarelo.



Fonte: SEPLAN de Goiânia. Intervenções da autora.

Nesse sentido, faz-se necessário a compreensão do processo de verticalização sob ótica do cenário histórico do período. Segundo Vaz (2002), a verticalização do Setor Oeste iniciou-se já no final dos anos 1960, tendo seu ápice na década de 1980, sendo estimulada pela valorização do solo e especulação imobiliária, ambas apoiadas em alterações na legislação. Destinados aos membros da elite goianiense, os edifícios eram de alto padrão imobiliário e contavam com subsolos para garagens, portarias e salões de festas, diferente dos edifícios residenciais construídos no Setor Central (Oliveira; Peixoto, 2009, p. 61).

Impulsionado pelo crescimento da economia goiana, o interesse comercial pelo Setor Oeste e região aumentou à medida que se ampliavam a ideia de qualidade de vida e consciência ecológica. O processo de verticalização no Setor Oeste, associado ao discurso de qualidade de vida, ocorreu principalmente em função da proximidade com as grandes áreas verdes já urbanizadas, como o Bosque dos Buritis e o Lago das Rosas (Fernandes, 2016, p. 77). Conforme destaca o CAU-GO (2013a, p. 4), esses atributos foram transformados em produto imobiliário à época, comercializado como a “natureza ao alcance do olhar”. No final do século XX, o bairro perdeu seu protagonismo para outros setores e, recentemente voltou a se destacar com várias construções de alto padrão imobiliário, cujo valor do metro quadrado supera a média dos empreendimentos habitacionais da cidade (Tavares, 2016).

No Setor Oeste, o processo de verticalização não seguiu um ritmo contínuo e uniforme. Ao contrário, ocorreu de forma gradual, condicionado por diferentes conjunturas ao longo do tempo. Essa dinâmica particular impediu que o estoque de terrenos fosse esgotado, diferente do que aconteceu em outros bairros da cidade, como Jardim Goiás e Alto Bueno. Assim, mesmo nos períodos de maior intensidade construtiva, permaneceram áreas disponíveis para novas edificações, o que favoreceu tanto o aumento da densidade quanto a diversidade de usos no bairro.

Acioly e Davidson (1998) apontam uma dualidade encontrada na verticalização, em suas vantagens e desvantagens e sua relação direta com a densidade, à medida que, de forma equiparada, quanto mais alta a densidade populacional, mais problemas ocasionará. O mesmo acontece no oposto, quanto mais baixa a densidade, menores serão os transtornos. Para Moreira (2020, p. 53), uma ocupação de maior densidade, possibilita maior vivacidade e uso das ruas, em oposição, pode-se observar algumas desvantagens como a insalubridade dos edifícios, devido à sua implantação próxima e o aumento do tráfego de automóveis, contribuindo para congestionamentos.

Nesse sentido, a densidade qualificada, segundo a autora, deve beneficiar os moradores e usuários com a proximidade de acesso ao comércio, lazer, instituições de ensino e saúde, transporte público, entre outros. Devendo ser planejada de acordo com cada contexto urbano identificado. Sendo assim, “a densidade qualificada está diretamente relacionada com o grau de vitalidade que o espaço urbano possa ter, que somente pode ser atingido se as pessoas utilizarem o espaço público” (Moreira, 2020, p. 249).

Embora o processo de verticalização do Setor Oeste tenha se iniciado na década de 1960, seu ritmo gradual e os diferentes contextos ao longo do tempo permitiram transformações significativas tanto no tecido urbano – na forma urbana, densidade e ocupação do solo – quanto na vida dos moradores, afetando a apropriação dos espaços públicos, a circulação e os usos residenciais e comerciais. Atualmente, esse fenômeno está em expansão, trazendo oportunidades e desafios à qualidade de vida no bairro.

O recorte temporal desta pesquisa abrange desde a aprovação e origem do Setor Oeste até os dias atuais. Embora seu foco principal seja a investigação histórica, também foi realizada uma análise pontual da configuração atual dos espaços públicos selecionados, considerando os usos, gabaritos e formas de apropriação, como forma de evidenciar os desdobramentos dos processos urbanos na atualidade.

A delimitação do recorte espacial foi realizada em duas etapas de pesquisa e análise. Em primeiro momento, foi investigado o Setor Oeste em sua totalidade, com o objetivo de compreender o processo de formação e ocupação do bairro a partir de uma abordagem histórica. Na etapa seguinte, a pesquisa foi sistematizada e materializada por meio da análise de quatro espaços públicos e de suas bordas: a Praça Tamandaré, a Praça do Sol, o Bosque dos Buritis e o Parque Lago das Rosas. Conforme Arroyo (2007, online), as bordas se referem aos extremos ou margem de algo, no qual se verifica um limite:

No campo disciplinar da arquitetura, o termo *borda* se associa não só a ideia de um fechamento que deslinda campos com precisão, como também com um estado ou situação intermediária entre suas áreas ou regiões adjacentes. [...] Em tal sentido, estas bordas físicas caracterizam-se metafórica ou literalmente com fronteiras, margens, limites, passagens, transições etc.

A seleção dos espaços analisados foi realizada a partir de uma leitura preliminar do Setor Oeste, com o intuito de viabilizar tanto a coleta de dados quanto a apresentação dos resultados. A escolha de apenas alguns pontos específicos justificou-se pela ampla extensão territorial do bairro, pela relevância histórica dos espaços analisados, bem como pela necessidade de um levantamento *in loco*, que envolveu a observação direta

dos usos e ocupações e gabaritos de altura das edificações e, de forma complementar, das dinâmicas e formas de apropriação. Os espaços públicos selecionados foram:

- Praça Tamandaré: espaço público com múltiplas camadas históricas e simbólicas, cada qual com sua representatividade. A praça continua sendo um espaço de memória e de dinâmicas urbanas cotidianas, constantemente ressignificado por seus frequentadores, mantendo sua essência original e significado ao longo dos anos.

- Praça do Sol: atualmente atravessa um processo intenso de verticalização, marcado pela presença de empreendimentos imobiliários de alto padrão. A praça e seu entorno tornaram-se objeto de valorização do mercado, sendo frequentemente apresentados, inclusive na publicidade, como um “cartão-postal da cidade”¹, no qual o espaço passa a ser incorporado como valor simbólico e como mercadoria.

- Bosque dos Buritis: situado em uma área privilegiada, é considerado o primeiro parque urbano de Goiânia a ter seu entorno adensado e, logo em seguida, verticalizado. Por sua proximidade ao Setor Central, traz em si uma forte carga histórica como elemento representativo da identidade do bairro.

- Parque Lago das Rosas: importante pela posição estratégica no caminho que ligava Goiânia à Campinas, foi nos primeiros anos da capital um relevante ponto de encontro. Localizado inteiramente dentro dos limites do Setor Oeste, destaca-se pela diversidade de usos e formas de apropriação, além da variação no gabarito das edificações do seu entorno.

O aprofundamento teórico, aliado à pesquisa documental – composta por mapas, plantas, fotografias, reportagens e documentos – e à revisão bibliográfica de outros autores que já se debruçaram sobre o Setor Oeste, permitiu uma leitura crítica e fundamentada desse espaço.

Soma-se a isso a vivência como moradora do bairro desde 2008, quando me mudei do interior para a capital. Essa aproximação cotidiana com o lugar despertou a percepção de suas especificidades no contexto goianiense, evidenciando suas características que o tornam um recorte significativo para análise, como sua morfologia peculiar, a diversidade de usos e a presença expressiva de espaços públicos (praças e parques) que favorecem as interações sociais.

A história do Setor Oeste, assim como os registros sobre implantação e a apropriação de seus espaços, encontra-se atualmente fragmentada e incompleta. As

¹ A Praça do Sol ocupa uma posição de destaque no Setor Oeste, abrigando elementos arquitetônicos, paisagísticos e artísticos que a tornam reconhecível – como o letrero “Eu amo Goiânia”, frequentemente associado à sua imagem de cartão-postal da cidade.

informações disponíveis estão dispersas em recortes de jornais, fotografias, partes de capítulos de livros, artigos e dissertações, compondo acervos institucionais e particulares como peças soltas de um extenso quebra-cabeça urbano.

Diante da escassez de estudos abrangentes sobre o bairro e da fragmentação dos registros de sua formação, consolidação e transformações; a pergunta que orienta esta pesquisa é: Como se deu o processo de formação e transformação do Setor Oeste em Goiânia ao longo do tempo, e de que maneira documentos históricos, fotografias e mapas podem contribuir para a reconstrução de sua história e para a compreensão das permanências e rupturas em seu desenho e dinâmica morfológica? Nesse contexto, como espaços públicos selecionados, enquanto recortes representativos, revelam aspectos significativos da morfologia e da ocupação do bairro?

Nessa perspectiva, e com o intuito de gerar uma maior contribuição à academia e à cidade, esta pesquisa busca diferenciar-se de outras que tratam do mesmo tema, as quais, em sua maioria, adotam abordagens pontuais, voltadas a aspectos específicos. Em contraste, esta dissertação propõe um estudo abrangente do Setor Oeste, com o objetivo central de reconstruir sua trajetória histórica e compreender os processos que marcaram sua formação, consolidação e sua relevância no contexto urbano de Goiânia, utilizando como estudo de caso, os seus espaços públicos, suas praças e parques.

Para tanto, estabeleceu-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Investigar e compreender, por meio de fontes documentais, iconográficas e bibliográficas, o processo histórico de implantação e consolidação do Setor Oeste, desde sua origem até os dias atuais;
- b) Analisar os processos de urbanização e verticalização do bairro, destacando os fatores que influenciaram na conformação de sua morfologia urbana;
- c) Reconstruir a história dos espaços públicos selecionados como estudo de caso – Praça Tamandaré, Praça do Sol, Bosque dos Buritis e Parque Lago das Rosas – articulando as transformações ao longo do tempo e sua relação com o contexto urbano do bairro.
- d) Realizar uma leitura da configuração física e funcionais atual desses espaços, considerando os usos, gabaritos e formas de apropriação, como forma de identificar os desdobramentos históricos no tecido contemporâneo.

Os procedimentos metodológicos nesta pesquisa têm como base o método de abordagem qualitativo, com ênfase em uma pesquisa histórico-documental e iconográfica. Considerando a complexidade do bairro em sua totalidade, a investigação

se norteia pela análise de espaços públicos selecionados, que funcionam como recortes representativos de sua história e morfologia urbana.

O estudo se apoia no método histórico, conforme delineado por Lakatos e Markoni (2010), buscando interpretar acontecimentos e processos do passado para compreender a configuração urbana atual. A pesquisa também adota o método monográfico, a partir da escolha de um objeto específico, o Setor Oeste, analisado por meio de estudos de caso de seus espaços públicos. Serão utilizados os seguintes procedimentos técnicos para execução da pesquisa, objetivando identificar os elementos definidores da arquitetura e do urbanismo presentes no objeto de estudo em questão:

- Pesquisa Bibliográfica: realizada a partir da revisão bibliográfica, buscando autores que discutiram Goiânia, Setor Oeste ou objetos correlatos a este estudo; bem como a utilização de referencial teórico, cujos estudos nortearão a compreensão sobre os conceitos e reflexões acerca das temáticas abordadas nesse estudo, visando a melhor compreensão e objetivando a análise do material levantado;

- Pesquisa Documental: por meio da utilização de documentos históricos de fontes primárias, localizados nos acervos do Museu da Imagem e do Som (MIS-GO), Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás (UFG), Arquivo Histórico Estadual, Biblioteca da Secretaria de Planejamento Municipal de Goiânia (SEPLAN), Prefeitura de Goiânia, e no acervo pessoal de Hélio de Oliveira Rocha Júnior. Entre os materiais analisados estão: plantas urbanas e projetos originais; relatórios técnicos e administrativos; recortes de jornais; registros de legislação urbana; correspondências institucionais e memoriais descritivos de projetos.

- Pesquisa Iconográfica: a partir da análise de fotografias antigas e atuais, postais, imagens aéreas, mapas de diferentes períodos. A comparação entre os registros permite identificar as permanências e as transformações urbanas, no traçado e nas formas urbanas de uso dos espaços públicos. Essa etapa também contribuirá para compreender como esses espaços foram representados ao longo do tempo, a partir da leitura de imagens.

- Estudo de Caso: Para sistematização e análise, foi elaborada uma ficha de levantamento com o objetivo de padronizar as informações coletadas e garantir a coerência na organização dos dados históricos e morfológicos de cada espaço selecionado. Essa ficha serviu, de forma sistematizada, como instrumento norteador para as etapas de coleta de dados, análise documental, iconográfica e pesquisa de campo. Os resultados das análises apareceram na dissertação em formato de texto

corrido, visando garantir a fluidez, clareza e coesão na exposição dos conteúdos. A ficha, no entanto, foi incluída como apêndice ao final do trabalho, de modo a oferecer ao leitor acesso à estrutura metodológica utilizada. Cabe destacar que houve pequenas variações entre fichas aplicadas às praças e àquelas utilizadas nos parques, respeitando suas diferenças quanto à escala, função, configuração espacial e inserção urbana.

Diante da importância das imagens como registros históricos e veículos de interpretação do espaço urbano, compreende-se que elas desempenharam e ainda desempenham um papel fundamental na construção do conhecimento sobre Goiânia, desde seu planejamento e sua construção, até os dias de hoje. Carregando significados, representando, reproduzindo a realidade e evocando sensações. Considera-se que tais imagens tornam-se essenciais na análise e compreensão do processo de formação, ocupação e transformações do Setor Oeste, assim como de outros bairros de Goiânia, sendo um imenso e promissor campo de investigação.

A importância e o papel das imagens no estudo da arquitetura e do urbanismo é inquestionável. Pois, no contexto urbano as imagens manifestam-se de diversas formas: por meio da arquitetura, do traçado urbano, dos espaços públicos, da publicidade, da fotografia e da pintura. Como elementos visuais constroem uma dimensão simbólica que evoca sentidos, experiências e valores, além de estabelecer conexões com diferentes tempos históricos. Assim sendo, a capacidade das imagens de evocar significados múltiplos é essencial para a compreensão da cidade como um organismo vivo, em constante transformação e adaptação.

Ferrara (2000) contribui para essa compreensão ao enfatizar a importância das imagens urbanas na construção dos significados e da identidade da cidade. Para a autora as imagens urbanas atuam como símbolos que carregam valores, sentidos e experiências acumuladas ao longo do tempo. Esse fenômeno ocorre porque “a cidade se faz representar e se dá a conhecer concretamente pelas suas imagens” (Ferrara, 2000, p. 115).

A imagem, como observa Pesavento (2008, p. 69), possui duas propriedades essenciais, intrínsecas uma à outra: uma física, ligada à materialidade da imagem enquanto suporte concreto – como fotografias ou telas de pintura –; e uma semântica, relacionada à esfera intelectual, envolvendo a elaboração mental, que atribui significados ao que é visto. Segundo a autora, ambas interagem de maneira simultânea, pois a imagem física, ao ser percebida, é imediatamente associada à imagem mental, ativando memórias, promovendo interpretações e conferindo significado ao que é observado.

Essa interconexão gera novos significados e valores, destacando a relação intrínseca entre o material e o simbólico.

A observação de uma imagem ativa o que Pesavento (2008, p. 101) chama de “arquivo de memória”, estabelecendo relações com outras imagens armazenadas em nossa memória, conectando o “visto, o sabido, o lido, o adquirido, o ouvido”. Esse processo permite que a interpretação semântica da imagem se transforme, mesmo que seu suporte físico permaneça inalterado. Como destaca Monteiro (2019, p. 29), a atribuição de significado das imagens depende do olhar do observador, que varia de acordo com suas vivências, percepção do mundo, crenças, saberes e afetos, influenciados pelo contexto histórico, geográfico e cultural ao qual o sujeito está inserido. Dessa forma, “percebe-se que o observador, ao olhar para a imagem modela, transformando seu significado constantemente” (Monteiro, 2019, p. 29).

Entre os diversos tipos de imagens, as fotografias são amplamente utilizadas como uma das principais fontes históricas. Sua leitura, contudo, requer a definição prévia dos objetivos analíticos e das perguntas que orientam o pesquisador, especialmente no que tange ao que se deseja “ver/ler”. Ao interpretar uma imagem fotográfica, é possível identificar aspectos relacionados tanto ao seu sentido quanto ao seu significado. Além disso, pode-se buscar compreender a origem ou fundamentação de uma determinada realidade, visto que as imagens preservam vestígios dessa realidade, configurando-se, assim, como uma narrativa que orienta o observador pelos “caminhos do imaginário”, uma vez que ao retratar a realidade, dá-se origem a uma nova construção de realidade (Coelho, 2009, 13).

Barthes (1990) ressalta que a fotografia vai além de sua função objetiva de registrar o real, pois carrega também um caráter simbólico que transcende sua dimensão literal. A leitura de uma fotografia é mediada pelo conhecimento prévio do observador, que contribui para a construção de significados culturais e históricos. Esse paradoxo, segundo o autor, equilibra objetividade e subjetividade em suas múltiplas camadas de interpretação, como um palimpsesto.

Aquele que analisa imagens do passado precisa desenvolver habilidades para a partir do problema proposto e da construção do objeto de estudo fazer a imagem falar, e para isso é necessário que perguntas sejam feitas (Coelho, 2009, p. 14).

Sandra Pesavento (2005, p. 64, apud Coelho, 2009, p. 15) destaca:

[...] é preciso recolher traços e registros do passado, mas realizar com eles um trabalho de construção, verdadeiro quebra-cabeças, capaz de produzir sentido. Assim, as peças se articulam em composição ou justaposição, cruzando-se em todas as combinações possíveis, de modo a revelar analogias e relações de significado, ou então se combinam por contraste, a expor oposições ou

discrepâncias. Nas múltiplas combinações que se estabelecem, argumenta Benjamin, algo será revelado, conexões serão desnudadas, explicações se oferecem para a leitura do passado.

A autora enfatiza a importância de organizar os fragmentos históricos de forma a compor narrativas coerentes e reveladoras. Assim, ela sugere que, ao estudarmos o passado, é fundamental a coleta de fragmentos e registros históricos, “traços e registros do passado”, de modo a não apenas acumulá-los. Pesavento (2005, apud Coelho, 2009) destaca a necessidade de trabalhar esses elementos de maneira construtiva, como na montagem de um quebra-cabeças. Esse processo consiste em organizar e combinar as informações, criando novas interpretações e significados.

Assim sendo, as imagens desempenham um papel fundamental na construção de narrativas que transcendem o seu aspecto visual imediato. Elas carregam significados que vão além do que é visto, conectando-se a memórias, discursos e contextos culturais. Nesse sentido, as imagens tornam-se instrumentos valiosos para a interpretação e compreensão da realidade, pois operam como narrativas que articulam o passado e o presente.

Considerando que a imagem possibilita múltiplas leituras, assemelhando-se a um texto, torna-se indispensável o desenvolvimento de habilidades técnicas para a realização dessa interpretação. Essa competência visual requer uma predisposição atenta, somada ao acúmulo de conhecimento e à vivência. Trata-se de um exercício de decodificação da realidade, no qual a interpretação transcende as aparências imediatas, visando a compreensão dos significados intrínsecos e implícitos (Coelho, 2011, p. 73).

A fotografia tem se revelado um instrumento valioso na análise urbana, por seu potencial de registrar transformações espaciais, capturar paisagens efêmeras e fixar memórias visuais. No entanto, é fundamental que seu uso seja acompanhado de uma reflexão metodológica, uma vez que, frequentemente, o material iconográfico é limitado à função meramente ilustrativa.

Kossoy (2002) observa que a fotografia ampliou o conhecimento sobre o mundo ao torná-lo mais acessível e “familiar”, possibilitando o contato com diferentes realidades que antes eram narradas por meio de textos, relatos orais ou representações pictóricas. Foi justamente a partir da incorporação da fotografia como fonte, que a história passou a contar com um “novo documento” (Kossoy, 2002, p. 26), abrindo novas possibilidades para a investigação histórica urbana.

Nesse contexto, a composição da imagem fotográfica também se revela um fator essencial para sua leitura interpretativa. Manini (2011, p. 09) orienta que se observe

cuidadosamente a composição e distribuição dos elementos no espaço da imagem – como a disposição entre os lados direito e esquerdo, a parte superior e inferior –, pois esses aspectos revelam intencionalidades, características e relações significativas que enriquecem a análise visual.

Como apresentado anteriormente, a fotografia configura-se como uma ferramenta valiosa na análise apresentada nessa dissertação. Pois ela permite não apenas o registro e a preservação de memórias visuais, mas também a compreensão das dinâmicas e transformações espaciais ao longo do tempo. Ao mesmo tempo em que informa e amplia o conhecimento histórico, contribui para a compreensão do passado e do presente, especialmente diante das alterações constantes do tecido urbano.

Assim sendo, o texto foi dividido em três partes. O Capítulo 1, intitulado “O espaço urbano e o espaço público”, apresenta os fundamentos conceituais com base nos referenciais teóricos que sustentam o trabalho. A partir de uma revisão da literatura, são discutidas diferentes abordagens sobre o espaço urbano e o espaço público. São também abordadas as contribuições referentes à morfologia urbana para compreensão da configuração espacial urbana, bem como as noções de apropriação do espaço. Esse embasamento teórico oferece as bases e concepções sobre esses termos de forma a nortear a análise dos dados coletados e discutidos nos próximos capítulos.

Capítulo 2, “Percurso histórico e a recuperação da memória do bairro” traça uma linha do tempo da formação e consolidação do Setor Oeste, contextualizando-o no processo de urbanização de Goiânia. São abordados o cenário político e urbano da cidade, a origem e o desenvolvimento do bairro, seus traçados e limites, o processo de verticalização, bem como os elementos que compõem sua paisagem. A investigação baseia-se em fontes documentais e fotográficas, com o intuito de recuperar a memória urbana e compreender a dinâmica de ocupação do bairro ao longo das décadas.

O Capítulo 3, denominado “Entre praças e parques: os espaços públicos do Setor Oeste”, apresenta a análise dos espaços públicos selecionados do Setor Oeste a partir de registros fotográficos históricos. Nele são discutidas as transformações e permanências em praças e parques que compõem a identidade do bairro. Realizou-se, também, a leitura da configuração atual desses espaços e suas bordas, de forma a identificar os desdobramentos históricos no tecido contemporâneo. Por fim, nas “Considerações Finais”, foram apresentados os resultados obtidos a partir da análise documental e iconográfica, retomando-se os objetivos traçados inicialmente propostos, assim como uma cronologia da história do bairro.

CAPÍTULO 1 | ESPAÇO URBANO E O ESPAÇO PÚBLICO

1.1. Entre conceitos e práticas

O espaço urbano, entendido como o território construído e organizado socialmente, constitui o palco da vida cotidiana nas cidades. No interior desse espaço amplo, o espaço público se define como aquele acessível a todos, destinado ao uso coletivo, à convivência e à manifestação social. A distinção entre espaço urbano e espaço público é fundamental para compreender não apenas a organização física da cidade, mas também suas dinâmicas sociais, políticas e simbólicas.

Para Santos (1988, p. 21) o espaço está no centro das preocupações dos mais variados profissionais, podendo ser compreendido, por alguns, como objeto de estudo, e por outros, como produto e/ou processo histórico. Entretanto, para o ele, todos os espaços possuem dimensão geográfica, uma vez que são definidos pelas ações e produções da sociedade.

Em termos gerais, entende-se espaço urbano por um conjunto de diferentes usos justapostos. Tais usos definem áreas, como: o centro urbano, caracterizado pela concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão; as áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; e áreas de lazer, entre outras. Este conjunto de usos do solo constitui a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano fragmentado (Correa, 1995).

Em seu texto, *A composição arquitetônica e o campo da arquitetura: ensaio de sistematização para o estudo do fenômeno arquitetônico*, Graeff (1985), defende que o espaço urbano consiste no prolongamento do espaço arquitetônico, e a arquitetura está conectada a este espaço. De forma sintetizada, o espaço urbano possui um caráter comunitário, como uma moradia que pertence a todos.

A cidade não se define apenas por sua materialidade construída, mas também pela diversidade e complexidade das atividades que nela se desenvolvem (Bertuluci, 2019). Para Alberti (1485, *apud* Argan, 1995) a cidade não é apenas uma construção de pedras e tijolos, mas também uma entidade histórico-política. Santos (2006) complementa que o espaço da cidade é um compilado de ações e objetos, resultado da matéria alterada pela sociedade ao longo dos anos e animada pelas ações humanas atuais que lhe atribuem dinamismo e vitalidade.

Ao analisar a cidade e as transformações relacionadas a ela, Lefebvre (2009, p.137) defende que as maiores transformações no espaço urbano ocorreram em um

“duplo processo de industrialização e urbanização”, onde a vida urbana era consequência e dependia do crescimento industrial. Esse fato, como também destaca Camargo (2022), contribuiu para a instituição do “valor de troca”, no qual o espaço consiste em uma mercadoria, subordinada ao poder econômico, em detrimento do valor de uso, que se relaciona à qualidade de vida da sociedade, as suas relações sociais e a apropriação do espaço urbano.

Lefebvre (2009, p. 56) afirma que a cidade é o reflexo da sociedade sobre um local. Durante seu percurso histórico, ela apresenta profundas relações com a sua população, se transforma e se molda conforme as especificidades do lugar e período histórico em que se localiza. Para o autor, a cidade constitui-se da associação de duas condições, a “ordem próxima” e a “ordem distante”. A primeira, representada pelas relações de indivíduos entre si, em grupos de variados tamanhos, e dos grupos entre si. Já a segunda, é composta pela sociedade subordinada a grandes instituições, por uma cultura e conjuntos significantes. Assim, a cidade estabelece-se na interposição entre ambas condições, resultantes da vida cotidiana e das relações sociais. Lefebvre (2009, p. 66) completa que “a estrutura social está presente na cidade, é aí que ela se torna sensível, é aí que significa uma ordem”.

Com o intuito de confrontar o conceito tradicional do espaço, limitando-o ao mero refúgio das ações sociais, o autor examina as relações entre a vida cotidiana e o espaço, constatando que ele está significativamente relacionado à reprodução das relações sociais. Nesse sentido, o espaço é simultaneamente a “pré-condição e produto, meio e resultado” da reprodução das relações sociais. Por conseguinte, segundo o autor, a produção do espaço pode ser segmentada em três dimensões, sendo elas: representações no espaço (espaço concebido), práticas espaciais (espaço vivido) e espaços de representação (espaço percebido). Esses três aspectos demonstram como o espaço, dentre eles o espaço público, pode ser compreendido de formas diferentes, porém complementares. Lefebvre (2006, p. 65-66) ressalta que:

- O espaço concebido, como a representação do espaço, constitui-se em um conjunto de conhecimentos, códigos, signos e significados (informações, teorias, definições, plantas, mapas, entre outros) intrínsecos a multidisciplinaridade envolvida na construção dessas representações, como a arquitetura, geografia, engenharia etc.
- O espaço vivido, como prática social, apresenta a dimensão material das interações e atividades sociais, apontando-se aos deslocamentos, fluxos, redes de

interação e comunicação, entre outros. Práticas estas que se desenvolvem dentro e ao longo do espaço, sustentando as relações de troca e produção.

- O espaço percebido, como espaço de representação, indica a dimensão simbólica do espaço. Com isto, esses espaços não se referem propriamente aos espaços físicos, mas estão relacionados às paisagens imaginárias, projetos utópicos, monumentos e construções de caráter simbólico que, significados produzidos e assimilados, produzem as novas alternativas de práticas espaciais.

Lefebvre (1999) destaca ainda que podemos construir a leitura do fenômeno urbano a partir do nível global, misto e privado. O nível global é aquele em que os detentores do poder do Estado exercem influência na distribuição dos recursos e rendimentos, como agentes decisivos para alterar a lógica do trabalho produtivo. Concomitante a isso, encontramos as dimensões desse fenômeno com a projeção das relações sociais, o lugar onde as estratégias se confrontam, bem como a prática urbana. O nível misto, especificamente urbano, em sua concepção, relaciona-se ao plano da cidade. E o nível privado, o do habitar, considera as edificações, ou seja, os imóveis.

Esse foco dado à análise urbana leva a destacar a relevância do espaço público no âmbito da cidade. Segundo Ascher (2001), este espaço pode ser compreendido como uma arena da interação entre diferentes sujeitos sociais, onde expressam tanto os conflitos quanto os consensos da vida urbana. Para o autor, o espaço público é “o lugar onde se constrói simbolicamente a cidadania” (Ascher, 2001, p. 213). Nessa perspectiva, ele não se reduz a uma categoria espacial, mas incorpora uma dimensão política e cultural essencial ao funcionamento democrático da cidade.

As concepções referentes ao espaço público recebem uma intensa influência dos processos históricos por ele vivenciados. Esses espaços, como ruas, praças e parques, sobremaneira, destacam-se como lugares das manifestações coletivas e individuais de grande alcance sociocultural (Alex, 2008). Considera-se importante compreender o espaço livre como elemento fundamental da paisagem urbana. A paisagem é entendida como algo que caracteriza a cidade, confere personalidade ao espaço urbano, reflete a história e a cultura através das modificações que o homem realiza na natureza.

Boa parte das atividades de permanência acontece nos espaços livres de edificações, como jardins, praças e parques, que proporcionam convivência e lazer para a população. Dessa forma, ambientes livres e públicos possuem importante papel de consolidação das relações sociais e das identidades urbanas, assim como são de irrefutável valor para a história da cidade em que se encontram. Dentre esses espaços destaca-se a praça pública pelo seu valor histórico como local de encontro e lazer, onde acontecem trocas culturais e comerciais, manifestações festivas e políticas, presente em cidades grandes, médias e pequenas (Bertuluci, 2019, p. 27).

O espaço público é o local de encontro, interação e referência. Esse ambiente faz parte da vida de seus usuários e da cidade, como também, é vista como um lugar com valor funcional, sócio-político, cultural e artístico que reflete os sentimentos e as noções de coletividade e liberdade. Sua notoriedade está inscrita em seu valor histórico e, em sua contribuição como áreas sociais nos centros urbanos, possibilitando a realização de inúmeras atividades e variadas manifestações (Alex, 2008).

Camillo Sitte, já no final do século XIX, ofereceu uma crítica contundente ao urbanismo de sua época, denunciando a perda da qualidade estética e sensorial dos espaços públicos em virtude da racionalização excessiva dos traçados. Para o autor, as praças tradicionais medievais favoreciam a permanência, a escala humana e o prazer visual, ao passo que os novos projetos modernos produziam espaços vazios, sem relação com o pedestre ou com o tecido urbano existente. Como destaca o autor: “a beleza de uma praça reside mais em suas proporções e nas impressões estéticas que provoca do que em sua simetria ou dimensão” (Sitte, 1992, p. 57). Assim, o espaço público deve ser concebido como um lugar de encontro simbólico e de experiência sensível, não apenas como produto da geometria urbana.

Essa crítica foi retomada por Gehl, que, a partir da década de 1970, propôs uma revalorização dos espaços públicos a partir da ótica do pedestre. Em suas pesquisas, Gehl (2015) demonstra como as cidades modernas marginalizavam o convívio social ao priorizarem os automóveis e os fluxos velozes. Para o autor, a qualidade do espaço urbano é determinada pela possibilidade de as pessoas caminharem, permanecerem e interagirem (Gehl, 2015). Portanto, propõe critérios objetivos de avaliação do espaço público com base na escala humana, no conforto, na segurança e na vitalidade.

No Brasil, Lúcio Kowarick (2009) coloca em questão a dimensão contraditória do espaço urbano como locus de desigualdades, mas também de possibilidades de apropriação e resistência. O autor enfatiza que o espaço público não pode ser analisado apenas como forma física ou função urbana, mas como construção histórica marcada por disputas e exclusões sociais (Kowarick, 2009). Assim, compreender o espaço público brasileiro exige atenção às formas de segregação socioespacial e aos processos de informalidade que moldam o cotidiano das cidades.

Também merece destaque a contribuição de Raquel Rolnik (2015), para quem os espaços públicos são centrais na construção de cidades mais democráticas. Segundo a autora, a mercantilização crescente das cidades e os processos de privatização do espaço urbano ameaçam a função pública desses ambientes. Para ela, “a rua, a praça,

o parque, são os espaços de encontro, de diversidade, de expressão e de manifestação da vida urbana – elementos fundamentais para a experiência democrática” (Rolnik, 2015, p. 34)

Embora os padrões de uso tenham se transformado ao longo da história, o espaço público sempre exerceu funções centrais de encontro, comércio e circulação de pessoas. Historicamente, a cidade constituiu-se como um espaço de reunião, onde os indivíduos trocavam informações ou participavam de eventos relevantes, como coroações, festivais, procissões, entre outros (Lamas, 2004, apud Melo, 2017). Nesse contexto, Melo (2017) pontua que a evolução das estruturas urbanas moldava tanto o funcionamento da cidade quanto o comportamento de seus habitantes.

A revisão da teoria sobre o espaço público permitiu a detecção de cinco propriedades centrais que, como também pontua Camargo (2022, p. 50-51), possibilitam a identificação dos espaços públicos. São elas: a promoção da sociabilidade (permitindo que os usuários experimentem a diversidade de vivências, forma de pensar e relacionar coletivamente, estimulando o encontro e as relações sociais), o convite à permanência e a apropriação (criando uma ambiência que estimule o usuário a permanecer, utilizar e se apropriar do espaço), a vitória do valor de uso sobre o valor de troca (como reflexo de um espaço que não está à lógica do consumo, de maneira que não sejam necessárias trocas monetárias), a acessibilidade generalizada a todas as parcelas da população (proporcionando a garantia de um espaço acessível, tanto físico quanto ideologicamente, à toda população) e por fim, a viabilidade de práticas políticas (possibilitando a união entre os usuários e a esfera política).

[...] Pois a acessibilidade não é somente física, mas também simbólica, e a apropriação social dos espaços públicos urbanos tem implicações que ultrapassam o design físico de ruas, praças, parques, largos, shopping centers e prédios públicos. Se for certo que o adjetivo “público” diz respeito a acessibilidade generalizada e irrestrita, um espaço acessível a todos deve significar, por outro lado, algo mais do que o simples acesso físico a espaços abertos de uso coletivo. Afinal, que qualidades norteiam a apropriação social do espaço público na cidade contemporânea? Como explicar a apropriação seletiva e diferenciada de espaços que, em tese, seriam - ou deveriam ser - acessíveis a todos? (Serpa, 2007, p. 16)

1.2. Reflexões sobre morfologia urbana

A morfologia urbana é uma área do conhecimento voltada à análise da forma física das cidades, suas transformações ocorridas ao longo do tempo e as relações entre espaço construído e os processos sociais, econômicos e culturais que o moldam. Suas

bases teóricas são múltiplas e dialogam com diferentes tradições acadêmicas e metodológicas, com destaque para as escolas inglesas, italiana e francesa, que influenciaram significativamente a constituição desse campo.

Dentro da morfologia urbana, analisar os potenciais de receptividade dos lugares, resulta em identificar os atributos de urbanidade aos quais a cidade está vinculada. Segundo Aguiar (2012, p. 64) “portanto, a urbanidade é por definição uma qualidade da forma ou das formas”. Essa característica, embora vinculada à materialidade do espaço, também influencia a maneira como as pessoas interagem com ele, afetando seu comportamento e a percepção de bem-estar no espaço público. A urbanidade é um aspecto importante no meio urbano e pode manifestar-se de maneiras distintas (Bertuluci, 2019).

Manuel de Solà-Morales (2008), em seu livro “*De Cosas Urbanas*”, faz uma importante contribuição ao conceito de urbanidade a partir da cidade contemporânea. Destaca que não é possível buscar a urbanidade sem considerar as formas urbanas, o ambiente construído e a matéria. Para ele, a urbanidade contemporânea não será a da densidade como acúmulo de quantidades, nem a do exagero dos tamanhos, muito menos a do formalismo ou do funcionalismo. O autor defende uma urbanidade que acontece pela mescla de diferentes funções, pela articulação dos edifícios com o espaço, pela simultaneidade de espaços públicos e privados.

O desenho urbano pode se tornar um fator de acolhimento e atração, como também pode se tornar um grande limitante, contribuir para a exclusão e limitação de produção das práticas sociais. O espaço urbano equilibrado depende de alguns elementos da morfologia urbana, tais como: interação entre área verde e os edifícios, relação entre espaços construídos e espaços vazios, dimensões das caixas viárias, das calçadas, dos terrenos.

Segundo Lamas (2004, p. 37), morfologia urbana é a “[...] ciência que estuda as formas, interligando-as com os fenômenos que lhes deram origem”. Tal perspectiva busca compreender a cidade em sua totalidade, atrelando assim, a qualidade dos espaços à forma urbana. Segundo o autor, a forma urbana resulta de uma produção arquitetônica ou urbanística e pode ser examinada sob distintos enfoques, de acordo com o recorte adotado. Entre as diversas escalas possíveis, destaca-se, por exemplo, o estudo da forma de um bairro, que envolve a análise de suas ruas e praças.

Já Pereira Costa e Grimmner Netto (2015) trazem a definição de que morfologia na área do urbanismo, concerne o estudo da forma urbana decorrente das ações

humanas sobre o meio, resultando em um produto que pode ser construído e modificado pela sociedade. Nesse sentido, os autores destacam a importância da relação intrínseca entre a morfologia urbana e a ocupação do solo, uma vez que a edificação, o parcelamento e os espaços livres, refletem a sociedade e as ações humanas em cada período, de acordo com suas demandas. Como consequência, essas práticas promovem transformações nas praças, vias, quadras, lotes e, de forma geral, no traçado urbano.

A tradição inglesa aqui é representada por um dos principais precursores dos estudos de morfologia urbana, Michel Robert Günter Conzen (1960). Para Conzen, a cidade é resultado de um processo histórico e cumulativo de ocupações e modificações, sendo que cada uma dessas camadas pode ser lida a partir da sua materialização na paisagem urbana. Ele também introduz o conceito de “áreas morfológicas” para indicar zonas urbanas com características próprias de forma e uso, o que permite compreender a cidade como um conjunto de fragmentos articulados, com diferentes lógicas de formação (Conzen, 1960, p. 4-6).

O autor propõe a decomposição da cidade em três componentes fundamentais: o plano urbano (*town-plan*), as parcelas ou lotes (*plot pattern*) e os edifícios (*Building fabric*). Cada um desses elementos carrega informações sobre diferentes camadas históricas e dinâmicas de transformação urbana (Conzen, 1960, p. 4-5). O plano urbano, por exemplo, inclui o traçado viário e a organização de quarteirões funcionando como o arcabouço estrutural da cidade. Essa estrutura tende a ter maior permanência em relação às edificações, que são mais suscetíveis a alterações.

Outro conceito central na obra de Conzen (1960) é o de “unidade morfológica”, entendida como uma combinação relativamente estável das vias, lotes e edifícios que caracteriza uma área da cidade (Conzen, 1960, p. 9-11). Essas unidades permitem identificar zonas de permanência e de transformação ao longo do tempo. O autor ressalta que a leitura da morfologia urbana exige atenção à continuidade espacial e à permanência das formas herdadas. Como afirma: “a cidade é resultado de um processo histórico sedimentado no qual novos elementos se sobrepõem estruturas preexistentes sem necessariamente apagá-las” (Conzen, 1960, p. 6).

Destaca-se ainda o conceito de “*fringe belt*”, ou cinturão de transição, que se refere a áreas intermediárias localizadas entre o núcleo urbano consolidado e os setores mais periféricos da cidade. Esses espaços são caracterizados por formas heterogêneas e usos diversos, refletindo diferentes fases de crescimento urbano (Conzen, 1960, p. 44-47). Segundo Conzen, os “*fringe belts*” são áreas de amortecimento que absorvem

transformações funcionais e espaciais típicas da urbanização moderna. A identificação dessas zonas é fundamental para compreender como se dão os processos de expansão e reestruturação das cidades (Conzen, 1960, p. 45-46).

Dessa forma, Conzen inaugura um paradigma que associa a geografia à análise formal e histórica da cidade, influenciando profundamente o desenvolvimento posterior da morfologia urbana, especialmente na tradição inglesa. Sua morfologia, fundamentada na observação empírica e na cartografia comparativa, permanece atual e relevante, sendo amplamente utilizada em estudos de conservação urbana, planejamento participativo e leitura crítica da paisagem construída (Whitehand, 2001, p. 129-130).

Na tradição italiana, destacam-se Gianfranco Caniggia e Gian Luigi Maffei, elaborando o conceito de “processo tipológico”. Segundo Caniggia e Maffei (1995, p. 33), os tipos edilícios se transformam progressivamente por adaptações sucessivas, em resposta às necessidades dos habitantes. Os autores propõem um método de leitura da cidade baseado na compreensão dos processos de formação, transformação e adaptação dos tipos de edifícios, os quais se estruturam como produtos culturais e históricos inseridos em contextos urbanos específicos (Caniggia; Maffei, 1995, p. 21-25)

Segundo eles, o tipo edilício é o resultado de um processo construtivo contínuo que responde às necessidades práticas e sociais de seus usuários. Assim, destacam que “a forma urbana não é um dado estático, mas o resultado de uma evolução tipológica, onde cada modificação é uma adaptação funcional que respeita uma lógica interna de coerência com o tipo original” (Caniggia; Maffei, 1995, p. 33). Dessa forma, a cidade é vista como um organismo em constante transformação, cujas partes mantêm entre si relações de continuidades e progressiva complexificação (Caniggia; Maffei, 1995, p. 34)

Os autores trabalham com diferentes escalas tipológicas, que se articulam em um sistema hierárquico: o tipo edilício (conjunto construído), o agrupamento de tipos (quarteirão ou ínsula), o tecido urbano (organização do espaço edificado) e o sistema urbano como um todo. Essa abordagem é conhecida como método tipológico-processual, pois considera os tipos edilícios como estruturas dinâmicas que se desenvolvem segundo processos históricos de adaptação e diferenciação (Caniggia; Maffei, 1995, p. 35-37).

Do ponto de vista metodológico, Caniggia e Maffei propõem uma leitura empírica e detalhada da cidade, baseada em levantamentos, análises de plantas, seções e elevações, bem como na compreensão das lógicas construtivas locais. Essa leitura

permite identificar não apenas tipos edilícios dominantes em determinado contexto, mas também os processos históricos que moldam a forma urbana. A cidade, para eles, é um “registro formal de la actividad humana a lo largo del tiempo” (Caniggia; Maffei, 1995, p. 84).

Em síntese, a morfologia urbana, na visão de Caniggia e Maffei (1995), é uma disciplina profundamente enraizada no tempo histórico e nas práticas culturais da construção do espaço. A cidade é um sistema coerente de formas que evolui por meio de transformações tipológicas, sendo possível identificar padrões e estruturas recorrentes que revelam a lógica de sua formação (Caniggia; Maffei, 1995, p. 85-87).

A escola francesa, por sua vez, apresenta uma abordagem empírica e historicista da morfologia urbana, fundamentada em uma leitura detalhada da cidade construída. Philippe Panerai, Jean Castex, Jean-Charles Depaule e Bernard Vallat, em “*Formes urbaines: de l’îlot à la barre*” (1997), propõem a análise da forma urbana a partir da relação entre estrutura e tipos arquitetônicos. Nesta obra, os autores (Panerai et al., 1997, p. 12) desenvolveram uma abordagem empírica e descritiva da cidade, fundamentada na observação direta do tecido urbano e na comparação de diferentes formas de ocupação ao longo do tempo.

Essa análise parte do entendimento de que o espaço urbano é estruturado por tipologias edilícias e pelas formas de parcelamento, os quais interagem com as funções sociais e históricas da cidade. Um dos pontos centrais da proposta metodológica é o estudo da unidade do quarteirão (*îlot*) como elemento morfológico fundamental, permitindo compreender a organização interna dos espaços, os modos de ocupação e a inserção dos edifícios no tecido urbano (Panerai et al., 1997, p. 12). O *îlot* é compreendido não apenas como uma parcela delimitada por vias, mas como uma unidade de organização interna do espaço, reveladora das práticas urbanas e das práticas lógicas de produção do ambiente construído (Panerai et al., 1997, p. 12).

Os autores classificam diferentes formas de quarteirão – como o quarteirão fechado, o quarteirão aberto e o quarteirão livre – e analisam como cada tipo expressa uma relação específica entre a edificação, o lote e o espaço público. Por exemplo, no quarteirão fechado tradicional, comum nas cidades europeias do século XIX, os edifícios configuram uma fronteira contínua com a rua, gerando fachadas definidas e espaços internos privados (Panerai et al., 1997, p. 18). Já nas formas modernas, como a “barre” (bloco linear isolado no terreno), observa-se uma ruptura dessa lógica, resultando em maior fragmentação e homogeneização do espaço urbano.

A obra também enfatiza o papel dos modos de ocupação e da relação entre a arquitetura e o parcelamento como dimensões complementares para compreender a morfologia. Cada configuração espacial é produto de decisões técnicas, culturais, econômicas e institucionais que marcaram uma época e um modelo urbano. Nesse sentido, os autores defendem que o estudo da forma urbana deve ser sempre histórico e comparativo, atentando-se para as permanências e rupturas ao longo do tempo (Panerai et al., 1997, p. 24).

Os autores propõem uma metodologia que se desenvolve em três eixos fundamentais (Panerai et al., 1997, p. 27):

1. A estrutura viária – que organiza o espaço urbano em redes de circulação e hierarquiza o território;
2. Os lotes e parcelas – que condicionam a ocupação e os tipos de edificação;
3. Os edifícios e suas tipologias – que revelam os modos de morar, trabalhar e usar o espaço.

Segundo Panerai, Castex e Depaule (1997), a cidade deve ser compreendida como um palimpsesto, ou seja, um espaço sobreposto de camadas históricas, onde as formas antigas podem coexistir com novos elementos, compondo uma narrativa espacial rica e multifacetada. Assim, “ler” a cidade é interpretar essas camadas, reconhecendo os vestígios das formas anteriores mesmo em contextos de transformação (Panerai et al., 1997, p. 42).

Essa noção encontra eco em Aldo Rossi, que em “A Arquitetura da Cidade” (1982), também concebe a cidade como um artefato histórico sedimentado no tempo. Rossi defende que a forma urbana possui uma autonomia relativa em relação às funções e que os elementos da cidade – como ruas, praças, monumentos e edifícios – mantêm sua presença mesmo após mudanças de uso ou significado. Para o autor, a cidade é o “lócus da memória coletiva” (Rossi, 1982, p. 130), e essa memória se materializa por meio da persistência das formas arquitetônicas e urbanas, que funcionam como inscrições duráveis num tecido urbano continuamente reescrito.

Panerai, em sua obra *Análise Urbana* (2014), aborda esse enfoque ao aprofundar uma metodologia sistemática composta por três dimensões analíticas: o traçado (vias e parcelamento), os tipos edificados (formato, uso e inserção) e os modos de ocupação (relações sociais e funcionais com o espaço). O autor destaca que a cidade deve ser lida como um palimpsesto histórico, onde camadas de permanência e transformação revelam diferentes momentos de produção do espaço (Panerai, 2014, p. 11).

No Brasil, os estudos de morfologia urbana assumem particularidades relacionadas à formação histórica das cidades, aos processos coloniais e à dualidade entre planejamento e informalidade. Em “Formação das cidades no Brasil”, publicado em 2000, Nestor Goulart Reis Filho, propõe uma leitura tipológica e histórica das cidades brasileiras, a partir do estudo das plantas e do levantamento dos tipos arquitetônicos. O autor destaca que a urbanização no Brasil resultou da adaptação de modelos europeus às condições locais, o que gerou morfologias híbridas, marcadas por diferentes ritmos de crescimento e formas de ocupação (Reis Filho, 2000, p. 17).

O autor propõe o estudo da cidade a partir da análise das plantas urbanas históricas, dos tipos arquitetônicos predominantes e das formas de parcelamento e ocupação do solo. Segundo ele, as cidades devem ser compreendidas como expressões de processos históricos específicos, nos quais o traçado urbano, os lotes e as edificações revelam as dinâmicas sociais e econômicas de cada época (Reis Filho, 2000, p. 17). Ao enfatizar o papel da cultura e do contexto histórico na forma urbana, sua abordagem se afasta dos modelos universais e rígidos, aproximando-se de uma leitura crítica e situada da morfologia urbana.

Sua proposta metodológica envolve, portanto, uma leitura histórica, tipológica e crítica da cidade, capaz de reconhecer as lógicas de produção formal e informal, as permanências e as transformações das formas urbanas e os conflitos que estruturam o espaço urbano brasileiro. A contribuição de Nestor Goulart Reis Filho é fundamental para a morfologia comprometida com a realidade nacional, com suas especificidades culturais, econômicas e sociais.

1.3. Apropriações do espaço público

O espaço urbano está em constante mutação e, mesmo os espaços previamente planejados, podem sofrer transformações. Ao se idealizar uma cidade, é impossível prever os erros e acertos, pois, por mais que se possa prevê-los a partir de experiências precedentes mesmo estas sendo semelhantes, o acerto não pode ser garantido. A base teórica e conceitual é sempre elaborada a partir das experiências passadas, refletindo as realidades precedentes (Caixeta, 2021, p. 25). Cada qual possui suas particularidades e formas de desenvolver-se.

Segundo Santos (1988, p. 14), o fenômeno humano caracteriza-se pelo dinamismo, que se manifesta nas transformações qualitativas e quantitativas do espaço

habitado. Nesse contexto, a conceituação do termo apropriação mostra-se desafiadora, uma vez que, em diversas obras é tratado apenas como sinônimo de uso.

Lançando mão do Dicionário Aurélio (Ferreira, 1985), equipara-se a termos como “tomar como seu; tomar como próprio, adaptar, apoderar-se etc”. A análise etimológica indica que sua raiz se encontra na palavra próprio, definida como “pertencente; adequado”. Como também pontua Ripoli e Silva (2020) a partir dessas definições esboçam-se duas perspectivas de significado. A primeira, refere-se à posse de algo ou uso – “pertencente” e “tomar como seu”. A segunda relativa a um aspecto mais abstrato e subjetivo, enfim, considerar algo “adequado” ou “conveniente” requer um julgamento de valor e sujeita-se, substancialmente, à interpretação do interlocutor.

Santos e Vogel (1985, p. 150) afirmam que “os espaços coletivos e a sua apropriação por uma comunidade de moradores surgem como um processo complexo de atribuição de sentido”. Esse trecho evidencia que a apropriação do espaço não é apenas física, mas envolve as relações sociais e construção de significado compartilhado entre os moradores. Além disso, os autores identificam outro aspecto central nos processos de apropriação: o conflito. Segundo Santos e Vogel (1985, p.105):

Dimensão que é crucial quando se trata da apropriação de espaços – o conflito. Sua existência não deve surpreender, pois difícil seria imaginar qualquer processo de apropriação de um bem coletivo sem dissensões e discordâncias. [...] Os espaços não vêm acompanhados de folhetos contendo instruções para sua utilização.

O processo de apropriação está diretamente relacionado à forma como diferentes demandas da vida urbana se desenvolvem em um mesmo território, conferindo a essas áreas fronteiras fluídas e flexíveis. Compreender a apropriação do espaço requer reconhecer que ele, por si só, não é passível de utilização. Para que este seja utilizado é preciso que lhe sejam atribuídos determinados valores e categorias. Essas categorias são frequentemente representadas pelos nomes que damos aos espaços que conhecemos, de acordo com o significado que eles possuem para nós, como rua, praça, casa, entre outros (Santos; Vogel, 1985).

Segundo Lamas (2004, apud Melo, 2017), as formas urbanas não se relacionam apenas com fatores estéticos, ideológicos e culturais, mas também estão intimamente ligadas aos comportamentos urbanos, à apropriação e ao uso do espaço. Dessa perspectiva, torna-se evidente a importância de compreender como essas formas podem influenciar e moldar os comportamentos e a vida comunitária na cidade.

Em *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*, Certeau (1994) discute as táticas e as estratégias empregadas por indivíduos comuns por meio de suas de suas práticas

cotidianas. Por meio dessas ações, os sujeitos evidenciam sua singularidade enquanto interagem socialmente, ao mesmo tempo que revelam a pluralidade que emerge dessa interação. A noção de tática está diretamente relacionada à experiência do corpo em contato com a cidade.

Certeau (1994) destaca que é o pedestre que ao se movimentar efetivamente faz a cidade. O caminhante não só é capaz de efetivar certas possibilidades seguindo caminhos projetados, estratégicos e reconhecidos, como também é capaz de ampliar as possibilidades criando atalhos e desvios táticos. Os caminhantes e praticantes das cidades resistem e sobrevivem ao sistema urbanístico estratégico que tenta regulá-los e suprimi-los. Em vez disso, eles não sucumbem ao autoritarismo do poder por meio da tática, das práticas cotidianas e dos usos.

Para o autor, analisar as práticas que os sujeitos realizam cotidianamente requer uma maneira de caminhar, que pertence, aliás, às “maneiras de fazer”. Observar, por exemplo, as maneiras de falar e de se deslocar dos sujeitos permite interpretar, influenciar ou até mesmo contestar certas ações ou comportamentos. Tratam-se de práticas singulares, pois cada um as executa de modo próprio, mas que, simultaneamente, revelam aspectos do sujeito social (Certeau, 1994).

O ponto crítico da discussão traz uma provocação para pensarmos sobre uma reeducação na forma de apreender os elementos dentro da cidade, sob um outro ritmo de apropriação, de modo que não nos deslumbremos com meros cenários, mas que sejamos capazes de identificar as problemáticas da produção de espaços apenas para serem vistos, além de estarmos atentos à forma como tais elementos são apreendidos e incorporados no cotidiano (Certeau, 1994).

Sobre o conceito de “lugares de memória” Pierre Nora (1993, p. 09), destaca que o espaço é composto por seus aspectos “material, funcional e simbólico”, que são inter-relacionados e responsáveis por caracterizar a experiência vivenciada pelo indivíduo. Essa experiência preserva uma memória social do acontecimento, reverberada pelo tempo e pelas práticas dos usuários, sustentada pelo sentimento de pertencimento. Para o autor, a memória é vida, sempre carregada por pessoas e em constante evolução, aberta à interação dialética entre lembrança e esquecimento.

Maurice Halbwachs (2003) levanta em sua obra, *A Memória Coletiva*, a relação entre memória coletiva e o espaço. Para o sociólogo, a partir do momento em que um grupo social se encontra inserido em uma parte do espaço, este, passa a transformá-lo à sua maneira e moldá-lo à sua imagem, valores e concepções. Isto é, este agrupamento

se adapta a materialidade do lugar que resiste à sua influência.

Para o autor, a partir do momento em que a sociedade se encontra inserida em uma parte do espaço, esta, passa a transformá-lo à sua maneira e moldá-lo à sua imagem, valores e concepções. Cita como exemplo a casa, visto que a maneira como o mobiliário e objetos estão dispostos no ambiente refletem a marca das pessoas que ali residem. O lugar e o grupo possuem influência um sobre o outro. O grupo recebe a marca do lugar, assim como o lugar recebe a marca do grupo. O espaço oferece resistências em relação à sua materialidade, mas que mesmo assim as pessoas acabam deixando suas marcas na materialidade do espaço e é a partir dessa interação entre espaço e grupos sociais, que a imagem, os valores e as concepções sobre este espaço vão sendo moldadas (Halbwachs, 2003).

Halbwachs (2003) salienta que cada aspecto de um lugar possui sentidos próprios, inteligíveis sobretudo para aqueles que compartilham a mesma vivência social. Complementando essa questão, Le Goff (2003) afirma que:

A memória coletiva, é definida como o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado [...]. A memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção [...] a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia (Le Goff, 2003, p. 467-469).

Essas perspectivas sobre a memória coletiva corroboram com concepções defendidas por Candau (2014, p. 16) sobre o tema, especialmente ao alegar que: “A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, [...] se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história [...].” Conforme aponta Candau (2014), é por meio da dialética entre memória e identidade que os espaços da cidade permitem a ancoragem das memórias, evitando que elas se percam no tempo.

A partir dessa reflexão é possível perceber que a identidade e a memória resultam das interações entre sujeitos e lugares, sendo continuamente produzidos no cotidiano por meio das vivências e do uso social dos espaços. A identidade desses lugares, conforme destaca Candau (2014), é definida como uma unidade significativa, de ordem material ou ideal. O autor enfatiza ainda que os lugares “atravessam a memória viva” (Candau, 2014, p.175), mostrando-se resistentes, duráveis e marcados por histórias e memórias, em contraste com os não lugares, considerados banalizados, funcionais e

atemporais.

Não-lugar é o termo utilizado para designar um espaço de passagem, que não gera nenhuma identidade. Augé (2012, p.36) destaca que “Os não-lugares são tanto as instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos) quanto os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais”.

Dessa forma, a apropriação do espaço evidencia como elemento fundamental na construção do lugar, pois é por meio das práticas cotidianas, da vivência coletiva e da inscrição de memórias que o espaço adquire identidade, significado e pertencimento. Ao se apropriar de um espaço, os grupos sociais os transformam em referência afetiva e histórica, diferenciando-o do conceito de não-lugar, marcado pela ausência de vínculos e identidade. Essa distinção é fundamental para compreender a dinâmica urbana, pois evidencia a forma como o espaço urbano e o espaço público são apropriados pelos seus usuários.

CAPÍTULO 2 | PERCURSO HISTÓRICO E A RECUPERAÇÃO DA TRAJETÓRIA DO BAIRRO

2.1. O cenário goianiense

A criação da cidade de Goiânia, na década 1930, emerge como um estímulo à ocupação e ao desenvolvimento das áreas centrais do Brasil, se destacando como uma importante realização urbanística do século XX. A nova capital goiana está inserida no contexto do governo de Getúlio Vargas e a Marcha para o Oeste. Este programa governamental almejava a territorialização, desbravamento, desenvolvimento urbano e o avanço capitalista para o interior do País (Manso, 2001, p. 34).

A cidade representa uma ruptura nas relações com as estruturas sociopolíticas vigentes na antiga capital de Goiás. Configura-se como um campo de experimentação, no qual ideias provenientes dos centros urbanos se cruzam e se consolidam em novas sínteses (Amaral, 2015, p. 45). A instalação de uma nova capital em uma região próspera foi vista como essencial para o desenvolvimento econômico e atender as demandas sociais da população, especialmente da classe média emergente, por uma infraestrutura moderna (Daher, 2003, p. 33).

Getúlio Vargas buscava, com a mudança da capital, não apenas estabelecer uma nova organização política, mas também construir as bases de um estado moderno, alicerçado em leis racionais e governado por uma burocracia eficiente. Nesse contexto, a cidade foi projetada com as mais avançadas técnicas urbanísticas, sem qualquer referência às antigas tradições da região, ao passado e à população (Amaral, 2015, p. 51).

A idealização e materialização do projeto de mudança da capital goiana foram conduzidas por Pedro Ludovico Teixeira, figura central nesse processo. Natural do estado e representante da elite econômica da época, Teixeira desenvolveu um importante papel nesse processo enquanto interventor, nomeado por Getúlio Vargas após a Revolução de 1930. Sua atuação, ao enfrentar desafios significativos, consolidou sua imagem como um líder visionário (Mello, 2015, p. 35).

Pedro Ludovico fundamentou sua justificativa para a transferência da sede administrativa com base num anseio histórico que, segundo ele, remontava ao período colonial. Além disso, apontou a localização geográfica desfavorável de Vila Boa, cujo isolamento, devido à falta de integração ferroviária e rodoviária, dificultava o progresso econômico, social e cultural do Estado. Assim, a nova capital deveria estar

estrategicamente posicionada para garantir melhor conectividade e promover o desenvolvimento regional (Daher, 2003, p.36).

A construção de uma nova capital não era apenas um problema na vida de Goiás, era também uma chave, o começo da solução de todos os outros [...] uma capital acessível que irradiasse progresso e marchasse na vanguarda, coordenando uma vida política e estimulando a economia, ligada à maioria dos municípios por uma rede rodoviária planejada, era o órgão de que o Estado de Goiás necessitava absolutamente para reivindicar no seio da federação o lugar de saliência (Teixeira, 1973a, p. 2001 apud Daher, 2003, p.39).

Posteriormente, em seu livro de memórias, Pedro Ludovico registrou que a transferência de capital foi motivada por fatores políticos, sociais e econômicos, e não apenas pela precariedade estrutural da cidade de Goiás. Para a escolha do novo sítio, foram estabelecidos quatro critérios fundamentais: a proximidade com a ferrovia, disponibilidade de recursos hídricos, clima favorável e topografia plana. O local que melhor atendia a esses critérios situava-se próximo à cidade de Campinas (Daher, 2003, p. 40-42).

A definição do local para a implantação da nova capital foi precedida por um criterioso levantamento hidrográfico, coordenado por Armando Augusto de Godoy, resultando na delimitação das áreas destinadas à formação da cidade (Resende, 2022a, p. 07). Segundo determinado pelo estudo, a cidade ocuparia parte das terras desapropriadas de fazendas no município de Campinas. De acordo com Teixeira (1973, p. 73, apud Daher, 2003, p. 42), Campinas estava localizada a 700 metros de altitude, em uma vasta planície e era banhada pelos Rios Meia Ponte, Anicuns e Cascavel, oferecendo condições ideais para a construção da nova capital.

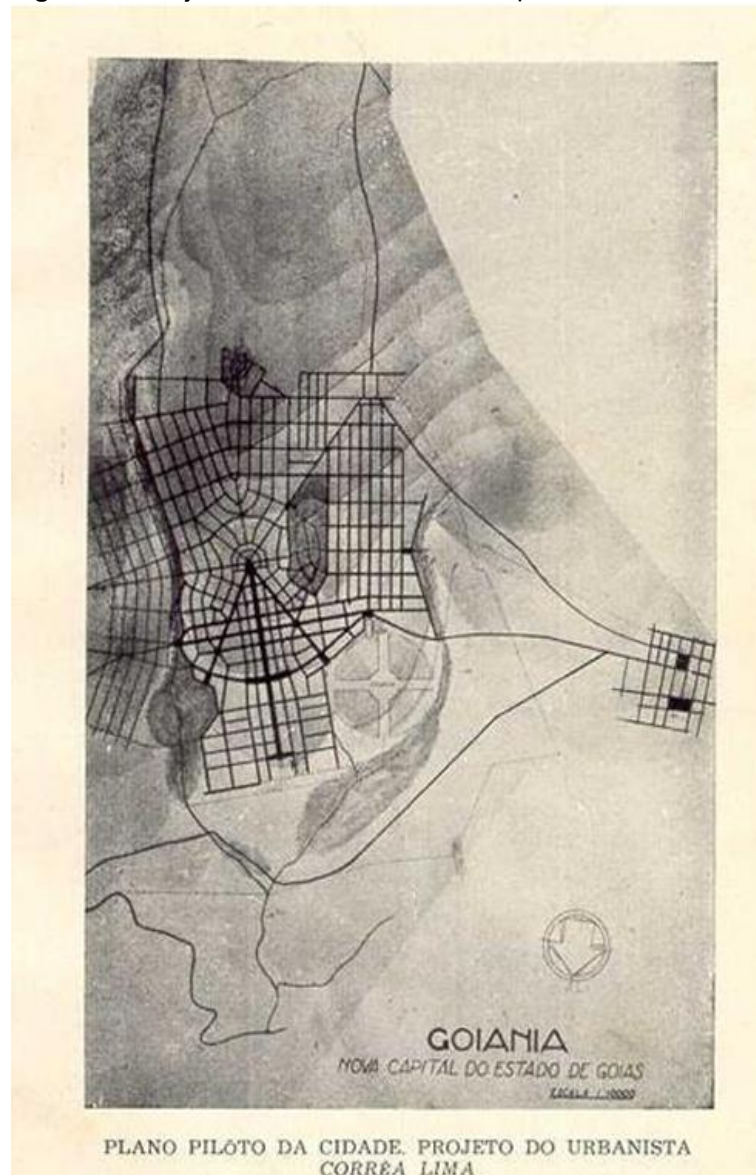
A conformação da cidade resulta da contribuição de diversos profissionais que introduzem novas concepções e inovações urbanísticas. Como destaca Amaral (2015, p. 44), a estrutura urbana de Goiânia é constituída por múltiplos planos sobrepostos, resultando em uma configuração dinâmica que reflete perspectivas distintas da modernidade. Nesse sentido, uma cidade não pode ser rigidamente caracterizada como planejada ou não, uma vez que sua conformação é fruto da constante sobreposição de diretrizes urbanísticas alinhadas aos princípios do urbanismo moderno emergente.

O pioneiro nesse processo foi Atilio Corrêa Lima, que, contratado pelo Governo de Goiás para elaborar o plano urbanístico e supervisionar a construção da nova capital em 1933, após concluir sua graduação no Rio de Janeiro e pós-graduação em Sorbone, na França, chegou à Goiânia trazendo influências do planejamento moderno (Amaral, 2015, p. 45). Sua abordagem fundamentou-se em estudos criteriosos do terreno, na implementação de infraestruturas voltadas ao sanitário e na incorporação de uma

estética neoclássica, que, por meio da análise histórica, conferia novos símbolos à cidade moderna (Amaral, 2015, p. 45). De acordo com Corrêa Lima (1937, p. 63), almejava-se que Goiânia exercesse, como nova sede administrativa, a função econômica e social, como “zona mais desenvolvida do Estado, como também a função político-administrativa”.

Por volta de 1934, foram submetidos ao Governo de Goiás os primeiros esboços do plano de urbanização da nova capital, concebidos pelo Dr. Atílio Corrêa Lima, os quais tratavam especificamente do Setor Central. Já sob a direção dos engenheiros Coimbra Bueno, responsáveis pela coordenação das obras, esses estudos, elaborados por Atílio, foram apresentados no início de 1935, abrangendo as áreas dos Setores Norte e Sul (Alvares, 1942, p. 11).

Figura 07: Projeto de Atílio Corrêa Lima, apresentado em 1935.



Fonte: Arquivo Histórico do Estado de Goiás.

Goiânia foi projetada para abrigar uma população de 50 mil habitantes, com implantação de parte do seu projeto, prevista inicialmente para 15 mil habitantes. No entanto, no projeto de Atílio, a delimitação territorial da cidade não foi concebida como definitiva, existindo a possibilidade de expansão quando necessário. Seguindo a escola francesa de urbanismo, Atílio projetou um traçado urbano com estrutura aberta, no qual as avenidas desempenham um papel fundamental na conexão entre a área implantada inicialmente às futuras expansões (Daher, 2003, p. 91).

Conforme a proposta do projeto moderno para a nova capital, Manso (2001) destaca que a cidade seria estruturada em diferentes zonas funcionais, abrangendo o centro administrativo, o setor comercial, as áreas residenciais – tanto urbanas quanto suburbanas –, a zona destinada aos trabalhadores, a área industrial, além de espaços verdes, o aeroporto e os traçados iniciais dos setores Oeste e Leste (Godinho, 2018, p.43). Ainda segundo a autora:

A estrutura urbana de Atílio Corrêa Lima para Goiânia privilegiou as grandes perspectivas, estabeleceu o centro administrativo como o elemento fundamental na composição, sendo visto de todos os pontos da cidade. No conjunto de vias radiais importantes que para ele convergem, a Avenida Goiás, eixo norte-sul da composição urbana de Goiânia, é a via de maior destaque, sendo tratada como uma grande alameda. No extremo norte desta avenida, situada na parte mais baixa da cidade, localiza-se a zona industrial – junto da estação ferroviária, de modo a possibilitar o seu crescimento ao longo da via de trens. O setor comercial distribuiu-se no cruzamento com a Avenida Anhanguera. Concebido pelo autor como a “área mais central da cidade, onde gravita o comércio, onde a construção é mais densa”, seu traçado em malha ortogonal privilegia o tráfego de veículos e as áreas de estacionamento (Manso, 2001, p. 101).

A configuração topográfica foi estrategicamente utilizada para enfatizar o principal elemento da cidade: o seu centro administrativo. Sua composição foi planejada, posicionada de maneira a se destacar visualmente de diversos pontos urbanos. O projeto urbanístico desenvolveu uma abordagem inspirada no modelo clássico de Versailles, Karlsruhe e Washington, reconhecido pelo traçado monumental, conferindo à nova capital um caráter imponente e condizente com sua relevância estadual, respeitadas as devidas proporções (Corrêa Lima, 1942, p. 100).

Figura 08: Vista geral da Avenida Goiás. 1945. Goiânia-GO.



Fonte: Acervo MIS|GO.

Em 1936, em meio às divergências políticas e financeiras, Atilio Corrêa Lima retira-se à frente do planejamento da capital, sendo sucedido pelo engenheiro Armando Augusto de Godoy, que, entre 1936 e 1938, a convite dos irmãos Coimbra Bueno, assumiu a liderança dos trabalhos para dar continuidade ao plano urbanístico (Daher, 2003, p. 135), (Amaral, 2015, p. 54).

Armando Augusto de Godoy, então responsável pela Seção Técnica da Prefeitura do Rio de Janeiro, mesmo mantendo seu escritório à distância, atualizou os princípios fundamentais de Goiânia. Suas propostas incorporaram elementos do conceito de cidades-jardins, que buscavam um equilíbrio entre o ambiente natural e o espaço urbano, além da estética do estilo *Art Déco*. Essa abordagem foi consolidada no Plano Diretor aprovado em 1938 (Amaral, 2015, p. 46).

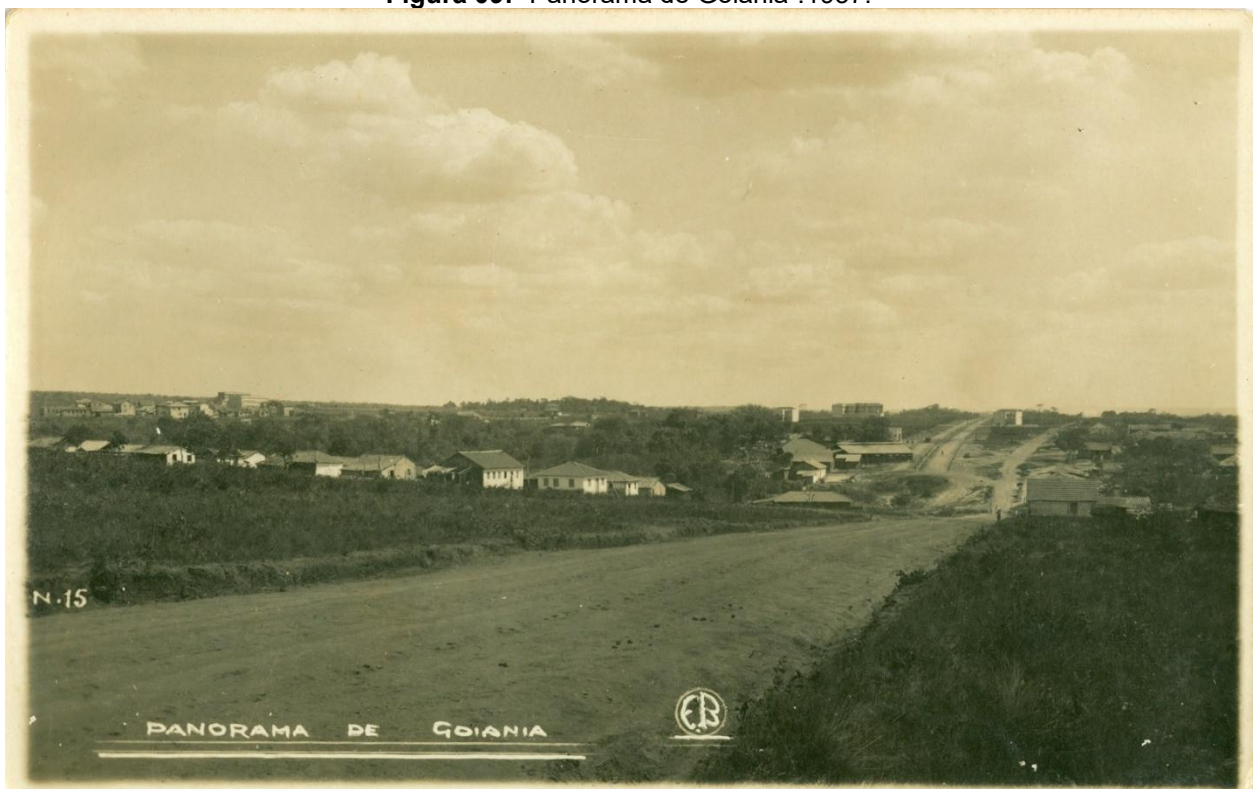
Para Godoy, a criação de Goiânia não possuía a mesma perspectiva social, econômica e política profunda e abrangente que Howard buscava alcançar nas cidades-jardim. Embora o Brasil enfrentasse um processo de transformação após a Revolução

de 1930, a proposta de Howard era direcionada à uma população urbana, com o intuito de reduzir a densidade nos grandes centros urbanos. Godoy visava, com o projeto de Goiânia, atender à população rural proveniente de pequenas cidades e vilarejos do interior do estado, que ainda não haviam experimentado o processo de industrialização. Sobre esta questão, Daher (2003, p. 141) destaca que:

Uma das transformações operadas após a Revolução de 1930 referia-se à mudança de sua economia, de base agropastoril para industrialização de bens duráveis, mudança em que o estado seria o principal agente. A população de Goiás, com raras exceções, vivia dentro de uma economia de subsistência os camponeses trabalhavam em regime de semiescravidão, cujos salários se resumiam em moradia e alimento dentro do mais restrito possível e subordinados a um poder político formado por uma oligarquia e a um poder econômico constituído pelos grandes proprietários de terra.

Godoy sugere que a implantação da cidade seja realizada de maneira gradual, levando em consideração as necessidades imediatas e a disponibilidade financeira do momento. Também recomenda que “a área para desapropriação da futura capital esteja limitada dentro de um raio de quatro quilômetros” (Daher, 2003, p. 151). Essa área de extensão seria adequada tanto para o núcleo urbano, quanto para sua expansão e área para pequena agricultura. Teixeira (1973, p. 94) destaca a recomendação de Godoy referente às bacias dos riachos que iriam abastecer Goiânia deveriam ter suas nascentes desapropriadas.

Figura 09: “Panorama de Goiânia”.1937.



Fonte: Acervo MIS|GO. Foto: Eduardo Bilemjian.

Godoy também orienta o governo de Goiás a suspender o recolhimento de impostos, como uma estratégia para a atração de moradores e o incentivo à instalação de indústrias e comércios. Defendia que uma das maneiras mais eficazes para a construção rápida da cidade seria a partir da dispensa da cobrança de certos impostos por um certo período. Além disso, destaca o impacto da propaganda como atrativo (Daher, 2003, p. 151).

Segundo projetado pelo engenheiro, considerava-se que a área e a população estariam limitadas de forma permanente. Dessa forma, a expansão da cidade seria restrita, e as futuras cidades-satélites, previstas para acomodar o crescimento populacional, não estariam diretamente conectadas ao núcleo urbano, que permaneceria isolado e fixo. A cidade seria circundada por uma faixa de área verde, compondo a zona rural, visando garantir a salubridade. À medida que a população crescesse, ela deveria se deslocar para estas cidades-satélites, localizadas na área suburbana. No entanto, Godoy não chegou a elaborar nem a definir a localização desses novos núcleos urbanos (Daher, 2003, p. 160).

Segundo Daher (2003, p. 164), Godoy² não pôde projetar toda a cidade segundo o modelo das cidades-jardim, uma vez que os Setores Central e Norte já haviam sido implantados. O Setor Sul, por outro lado, foi concebido de acordo com as diretrizes de Unwin. Sobre as novas soluções dadas aos Setores Norte, Sul e Oeste, foi publicado no “Correio Oficial”, de 03 de maio de 1936 o seguinte noticiário, conforme Alvares (1942, p. 16-17):

Está já em execução a zona Norte, a segunda das quatro zonas em que se divide o plano geral da cidade. Na zona sul é que surgirá a mais moderna solução urbanística do momento atual. Será aqui realizada, pela segunda vez no mundo, a solução mais técnica para cidades modernas e que foi pela primeira vez realizada há poucos anos em Redburn, cidade do século XX, como é denominada nos Estados Unidos. A zona Oeste seguirá a mesma orientação técnica da zona Sul, e será realizada em Goiânia.

Daher (2003, p.196) destaca que, enquanto “Atílio obteve a funcionalidade no traçado de Goiânia, a estética ficou por conta de Godói”. A autora pontua que, ao comparar os setores projetados por ambos, o desenho de Atílio destaca-se como elegante e harmonioso, com o foco funcionalidade, resultado de um traçado racional, em contraste, a proposta de Godoy para o Setor Sul se destaca, tanto no seu traçado quanto

² A revisão do plano inicial, proposto em 1935, atribuída a Godoy, mas formalmente assinada pela firma dos irmãos Coimbra Bueno, promoveu alterações na proposta original de Atílio, detalhando os setores Sul, Norte e Central, além de incorporar e apresentar o parcelamento do Setor Coimbra (Resende, 2022a, p. 07).

na configuração espacial, por apresentar áreas verdes, curvas e recantos.

Em 1938, devido a compromissos profissionais em outras localidades e à impossibilidade de se deslocar até Goiânia, Godoy não pôde dar prosseguimento ao projeto. Diante dessa situação, os irmãos Jerônimo e Abelardo Coimbra Bueno passaram a exercer a função de urbanistas, seja por falta de alternativas, seja por desejarem imprimir uma abordagem distinta da proposta de Godoy. Questionavam a viabilidade do projeto elaborado por Godoy, considerando-o inadequado e desconectado das necessidades e especificidades da realidade local (Daher, 2003).

Aqui para Goiânia, não podemos garantir que o plano seja executado como o do Dr. Armando de Godói, isto é, que a cidade não passe dos contornos para a qual foi projetada. É muito possível que a evolução de nossa sociedade venha a determinar orientação diferente, determinando a expansão da cidade para fora do perímetro atualmente projetado. Por isso, é necessário prever uma legislação que faculte essa evolução. Isso dificilmente será conseguido se o Estado vender, em vez de arrendar, faixas de terras, em torno da cidade (Alvares, 1942, p. 36).

Assim, o plano urbanístico da cidade passou por sua terceira reformulação, sendo oficialmente reconhecido pelo Decreto- Lei nº 90-A, de 30 de julho de 1938 (Daher, 2003, p. 199). Os documentos referentes a esse decreto estabelecem os limites urbanos da cidade sem, no entretanto, apresentar detalhamento específico sobre os Setores Oeste, Aeroporto, Leste Universitário e Leste Vila Nova (Resende, 2022a, p. 08).

Jerônimo Coimbra Bueno, como destaca Daher (2003, p. 200), demonstrou perspicácia ao identificar as limitações do projeto de Godoy. Contudo, de forma paradoxal, incorporou ao plano oficial de Goiânia um projeto de loteamento de sua propriedade particular, denominado por ele como cidade-satélite de Campinas. Diferentemente do conceito de cidades-satélites proposto Howard, esse setor consistia apenas em um loteamento situado nas proximidades de Campinas, afastado do núcleo urbano e conectado por uma via, que mais tarde se tornaria a Avenida Anhanguera. No desenvolvimento do plano, Coimbra Bueno manteve os parques, bem como os Setores Norte e Central da proposta original de Atilio, reduzindo a área comercial do centro e preservando o traçado de Godoy para o Setor Sul (Daher, 2003, p. 200).

Durante sua primeira década, Goiânia apresentou um ritmo de crescimento lento, caracterizando um período de transformações estruturais, no qual as concepções iniciais foram reformuladas. Esse processo foi influenciado pela atuação de Jerônimo Coimbra Bueno, que, além de ser o superintendente responsável pela construção da capital, também possuía direitos de comercialização de terras. Como resultado dessas dinâmicas, foram instituídos o Plano de Urbanização e o Código de Edificações de

Goiânia em 1947, os quais estabeleceram diretrizes para o ordenamento territorial, bem como para a delimitação das áreas urbanas e de expansão (Resende, 2022a, p. 08).

Ao longo das duas décadas em que o primeiro Plano Diretor esteve em vigor, Goiânia passou por uma transformação radical, expandindo seus limites e sua área parcelada. Novos bairros surgiram como unidades autônomas, a situação se agravou progressivamente, com a multiplicação de bairros desconectados, até que a cidade começou a formar um conglomerado denso e desordenado (Amaral, 2015, p. 55).

Na década de 1940, o plano urbanístico de Goiânia passou por um processo de expansão, com a incorporação de novas áreas parceladas à leste e oeste do núcleo inicial. Em 1947, a Prefeitura, por meio do Decreto-Lei nº 574, ampliou os limites municipais e autorizou loteamentos privados com a obrigatoriedade de implantação de infraestrutura urbana pelos proprietários (Daher, 2003). No entanto, poucos anos depois, mediante pressão dos proprietários de terras, essa lei foi revogada, e a exigência do custeio das melhorias urbanas foi anulada pelo governo. Como consequência, a cidade passou a ser ocupada rapidamente por loteamentos em seu entorno imediato, experimentando um crescimento desordenado (Daher, 2003, p. 103).

Anos mais tarde, Jerônimo Coimbra Bueno governou o Estado de Goiás entre 1947 e 1950, período em que ocorreu um expressivo aumento no número de loteamentos privados na capital (Oliveira, 2002). Durante seu mandato, foi aprovada a Lei nº 176, que dispensava os loteamentos da obrigação de implantar infraestrutura básica em empreendimentos situados dentro dos limites urbanos da cidade. Na prática, essa medida transferiu à iniciativa privada a responsabilidade pelo planejamento da expansão de Goiânia (Guimarães, 2019). Além disso, Coimbra Bueno governou em favor de seus semelhantes, consolidando, tanto no meio social quanto no âmbito oficial, os interesses privados daqueles que possuíam a terra como principal ativo para a especulação imobiliária, sendo ele próprio proprietário de terras na cidade (Oliveira, 2002) (Cruz, 2021, p. 73).

Essa diretriz, em conformidade com o previsto pelo Decreto-Lei nº 176/1950, resultou na aprovação de aproximadamente 160 loteamentos, a maioria dos quais se limitava à definição de seus parâmetros. Esse processo teve um impacto significativo na configuração urbana, contribuindo para a fragmentação do território ao longo das décadas seguintes (Resende, 2022b, p. 10).

Como consequência desse processo, as terras pertencentes aos irmãos Coimbra Bueno, localizadas a oeste do Córrego Capim Puba e adjacentes ao núcleo de

Campinas, sofreram valorização significativa, fomentando um polo de crescimento nessa direção. Esse movimento delineou as bases para as estratégias de ordenamento territorial posteriormente condicionadas no Plano Diretor Integrado de Goiânia (PDIG) de 1969. Nesse contexto, o eixo Leste-Oeste passou a apresentar maior dinamismo e expansão, impulsionado pela ocupação de áreas não pertencentes ao Estado, mas contíguas aos núcleos pioneiros da cidade. Bairros como o Setor Oeste emergiram como polos de crescimento, enquanto a Avenida Anhanguera se consolidou como um eixo estruturador desse processo (Resende, 2022b, p. 16).

A conformação urbana de Goiânia também foi influenciada pela atuação do engenheiro e topógrafo alemão Ewald Janssen, convidado por Jerônimo Coimbra Bueno em 1948, para colaborar com o planejamento urbano da capital. Apesar de criticar a ausência de regulação estatal e o crescimento urbano desordenado, Janssen defendeu a criação de áreas verdes, destacando a importância do ajardinamento na estrutura urbana. Em seus relatórios, sugeriu a criação de novos espaços públicos como o Bosque dos Buritis, o Parque Botafogo e outro parque no Setor Leste, sendo que apenas este último não foi implantado (Cruz, 2021, p. 73-74).

2.2. A formação do bairro

O Setor Oeste, teve seu traçado inicial proposto por Atílio Corrêa Lima. Preliminarmente, havia sua previsão em forma de esboço, sendo que o mesmo deveria ser detalhado posteriormente. Assim como nos demais Setores propostos, esta concepção inicial era composta por malhas ortogonais, obedecendo a topografia do terreno. Definia-se também, que seria concebido como uma zona essencialmente residencial (Daher, 2003; Bellorio, 2013, p. 44).

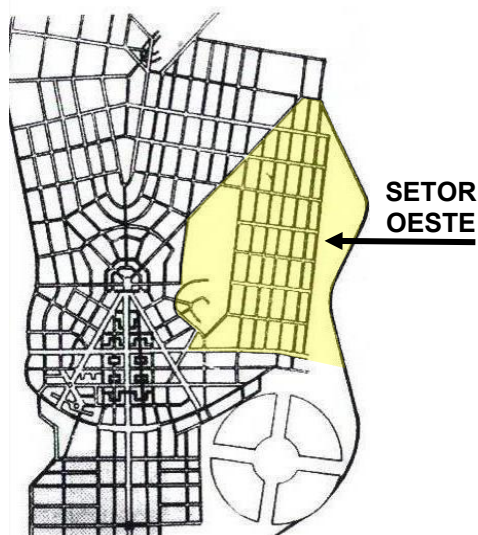


Figura 10: Plano Urbanístico de Goiânia, elaborado por Atílio Corrêa de Lima em meados de 1930, apresentando o esboço do Setor Oeste. **Fonte:** Acervo SEPLAN. Intervenções da autora.

Figura 11: Plano Urbanístico de Goiânia, elaborado por Atilio Corrêa de Lima em meados de 1930, apresentando o esboço do Setor Oeste (nº6).



Fonte: Ackel, 2007, p.138.

A proposta de Corrêa Lima incorporava princípios de higiene urbana, seguindo as diretrizes de seus mestres: “Dentro do critério moderno que manda promover as cidades de áreas plantadas, a fim de permitir que o ambiente seja beneficiado por essas reservas de oxigênio, procuramos proporcionar à cidade o máximo que nos foi possível de espaços livres” (Corrêa Lima, 1937, p. 44). O arquiteto enfatizou que os parques urbanos não deveriam cumprir apenas funções higiênicas, como também estéticas. Um exemplo disso foi a transformação do Buritizal, situado entre a Rua 72 e Alameda dos Buritis (futuro Setor Oeste), em um parque. Conforme especificou, “é necessário drená-lo conscientemente, conduzindo as águas pelo *talweg*, em canal descoberto, tirando partido deste para efeitos de cascata e um grande lago recreativo (Corrêa Lima, 1937, p. 145).

A partir da imagem abaixo (Figura 12), datada de 1936, pode-se perceber o núcleo inicial de Goiânia, projetado por Atilio ainda em fase de arruamento. O local onde hoje situa-se o Setor Oeste, numerado no mapa (nº1) era uma propriedade rural com apenas estradas não pavimentadas. Na imagem, também se percebe as manchas com

vegetação nativa compostas pelo Bosque dos Buritis (nº2) e o futuro Parque Lago das Rosas e Zoológico de Goiânia (nº3).

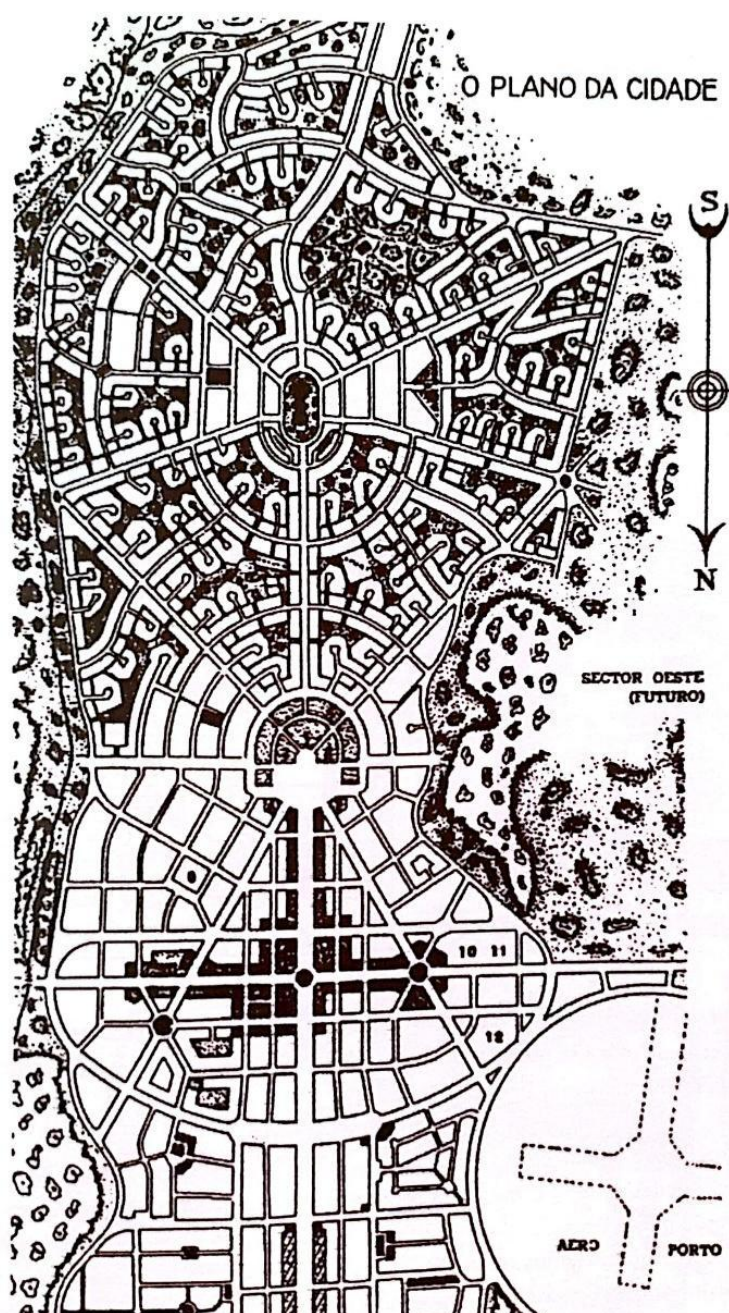
Figura 12: Traçado urbano de Goiânia. 1936. Aproximação da área onde hoje situa-se o Setor Oeste.



Fonte: Acervo MUZA/MIS|GO. Intervenções da autora.

Após 1936, já sob orientação de Godoy, o Plano de Atílio foi reformulado, tendo como referência as cidades-jardins do inglês Ebenezer Howard. Godoy provocou alterações urbanísticas e de zoneamento, no entanto, conservou o que já havia sido implantado (Daher, 2009, p. 84). Em resposta ao ofício nº 24, de 18 de fevereiro de 1937, emitido pela Secretaria do Governo de Goiás, o Superintendente de Obras apresentou ao Diretor da Fazenda um relatório detalhado sobre o progresso das obras, bem como sobre os princípios fundamentais que norteavam o plano de Goiânia (Alvares, 1942, p.22). O novo Plano de Urbanização apresentado para aprovação, estabelece que assim que finalizadas as plantas do Setor Sul, teriam início os estudos para o Setor Oeste, assim, concluindo os projetos para os setores da cidade (Alvares, 1942, p. 24).

Figura 13: Plano Urbanístico, reformulado por Armando de Godoy. 1938.



Fonte: Acervo SEPLAN.

Naquele momento, o plano urbanístico de Goiânia previa que a cidade deveria ser composta por quatro setores: Central, Norte, Sul e Oeste. Essa segmentação foi concebida com o propósito de definir etapas estratégicas para o crescimento planejado da cidade. Inicialmente, as edificações foram construídas nos Setores Central e Norte, enquanto a ocupação do Setor Sul seria permitida após seis anos. A expansão para o Setor Oeste ocorreria em um momento posterior, evitando, assim, uma dispersão excessiva da população, o que poderia comprometer a eficiência dos serviços urbanos (Alvares, 1942, p. 27).

Embora delimitados territorialmente, esses setores não foram concebidos como unidades isoladas ou independentes, mas sim como parte interligadas de um mesmo tecido urbano. Dessa forma, a cidade foi idealizada como um organismo coeso e funcional, proporcionando um ambiente adequado ao pleno desenvolvimento das atividades humanas e consolidando-se, ao longo do tempo, como um espaço urbano integrado e harmonioso (Alvares, 1942, p. 27).

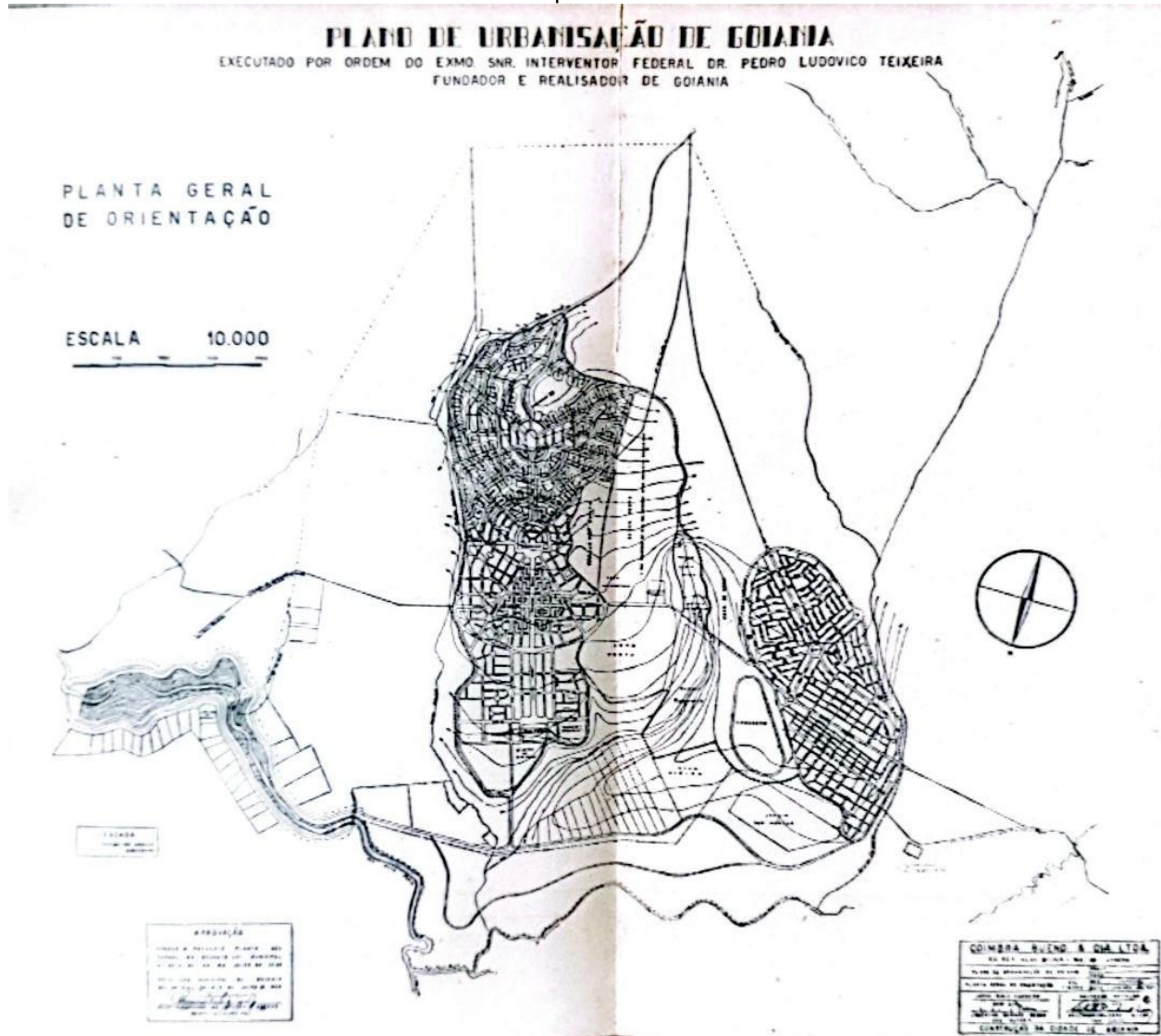
A concepção urbanística de Goiânia previu, desde o início, uma divisão da cidade em zonas específicas, cada uma adequada a determinadas funções. Além dessas zonas principais, foram previstas subzonas, áreas para a instalação de serviços e demais espaços planejados para atender as necessidades específicas (Alvares, 1942, p. 28). Dentre as áreas definidas, destacam-se as zonas residenciais, que foram projetadas para estarem presentes em todos os setores da cidade, com ênfase especial nos Setores Sul e Oeste.

Além disso, o planejamento urbano destacou a importância de evitar a instalação de residências nas imediações das fábricas, a fim de prevenir problemas relacionados ao desconforto e à insalubridade, garantindo assim melhores condições de habitabilidade e bem-estar (Alvares, 1942, p. 31). O planejamento urbano priorizou o conforto e a qualidade ambiental das áreas residenciais, considerando a importância de locais tranquilos, bem ventilados e com ar puro. Para atingir esse objetivo, as zonas residenciais foram estrategicamente posicionadas ao longo da periferia da cidade, integradas às faixas de bosques que a circundam.

Dado que nem todas as moradias poderiam ser localizadas na periferia, foram reservadas as áreas do Bosque dos Buritis, Capim Puba e Botafogo, além de praças, garantindo, assim, uma circulação adequada do ar e a manutenção da qualidade ambiental em diferentes pontos da cidade.

Com a retirada de Godoy do comando do planejamento urbano de Goiânia em 1938, os irmãos Coimbra Bueno assumiram a condução dos projetos e promoveram nova reformulação do plano urbanístico da cidade. Segundo o plano proposto (Figura 14), reconhecido pelo Decreto-Lei 90-A, de 1938, o Setor Oeste foi reservado para ser planejado em uma etapa futura, enquanto novos elementos foram incorporados ao projeto.

Figura 14: Plano de Urbanização de Goiânia. Planta Geral de Orientação, aprovada pelo Decreto-Lei 90-A, de 1938. Vale destacar que a porção ocupada pelo Setor Oeste ainda aparecia como futura zona de expansão.



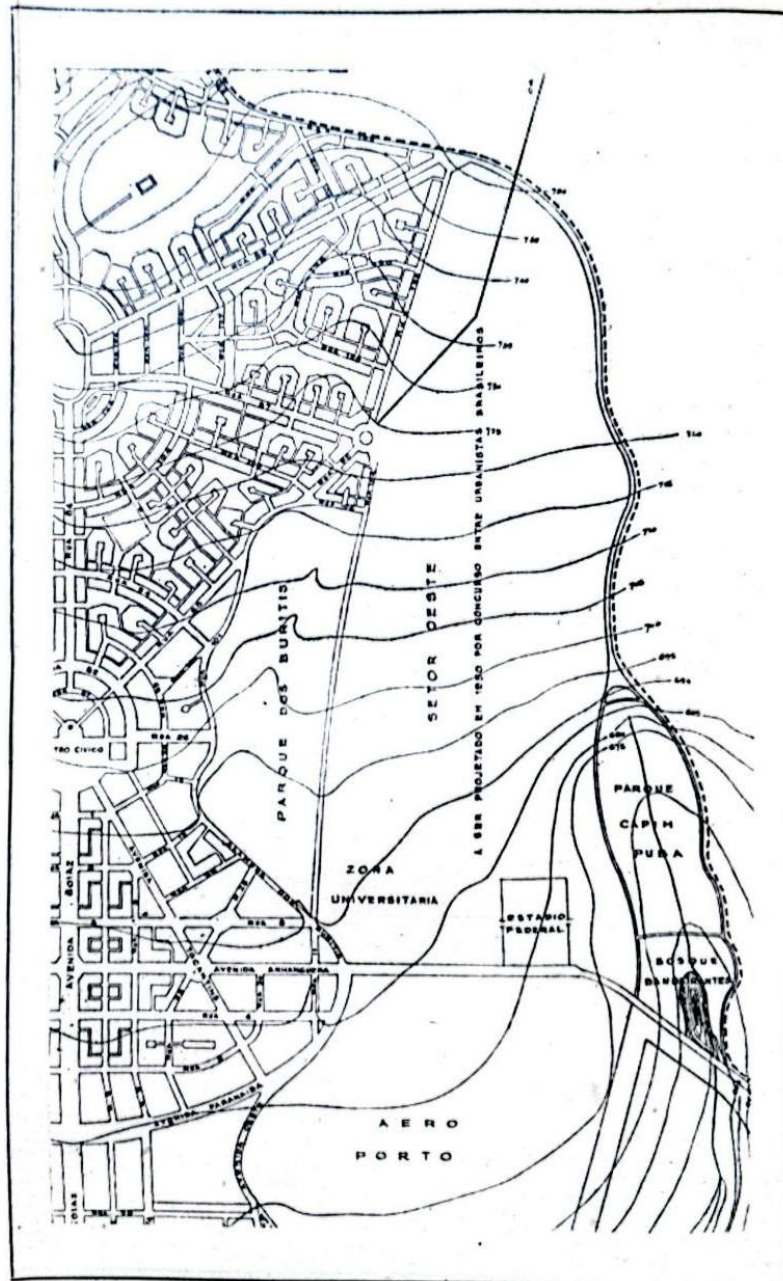
Fonte: Alvares (1942).

A seguir, serão apresentadas as modificações propostas no Decreto-Lei 90-A para o Setor Oeste, referentes aos parques e zoneamento (Daher, 2003, p. 200-201):

- Bosque dos Bandeirantes e Parque Capim Puba: Localizados entre a Zona de Esportes e o futuro Setor Oeste. O Parque Capim Puba, em particular, seria destinado à preservação da vegetação nativa, abrigando nascentes do córrego de mesmo nome.
- Parque Zoológico: Previsto para ser implantado no vale do Capim Puba, entre o Hipódromo e o Aeroporto, preservando a mata virgem existente na área. O parque seria separado por uma avenida arborizada, projetada para fornecer acesso ao local onde os animais do zoológico seriam mantidos.
- Setor Oeste e Zona Universitária: O planejamento e a ocupação do Setor Oeste ocorreriam somente após a consolidação dos setores previstos no Plano Diretor.

Para sua concepção, estava prevista a realização de um concurso nacional por volta de 1950, com o objetivo de promover Goiânia. Nesse mesmo espaço, seria instituída a Zona Universitária, conectada ao Setor Central pela Avenida dos Buritis (Figura 15). Essa área abrigaria a reitoria, a casa do estudante, praças esportivas, piscinas, ginásios e diversas faculdades, consolidando um polo educacional na cidade.

Figura 15: Plano de Urbanização de Goiânia, com destaque para área onde futuramente seria implantado o Setor Oeste. Planta Geral de Orientação, aprovada pelo Decreto-Lei 90-A, de 1938.



Fonte: Alvares (1942).

O Plano de Urbanização da cidade foi novamente reformulado em 1947, culminando na instituição do Código de Edificações (Daher, 2003). Segundo Resende (2022b, p. 06), refletiu-se a pressão econômico-fundiária pela incorporação de novas

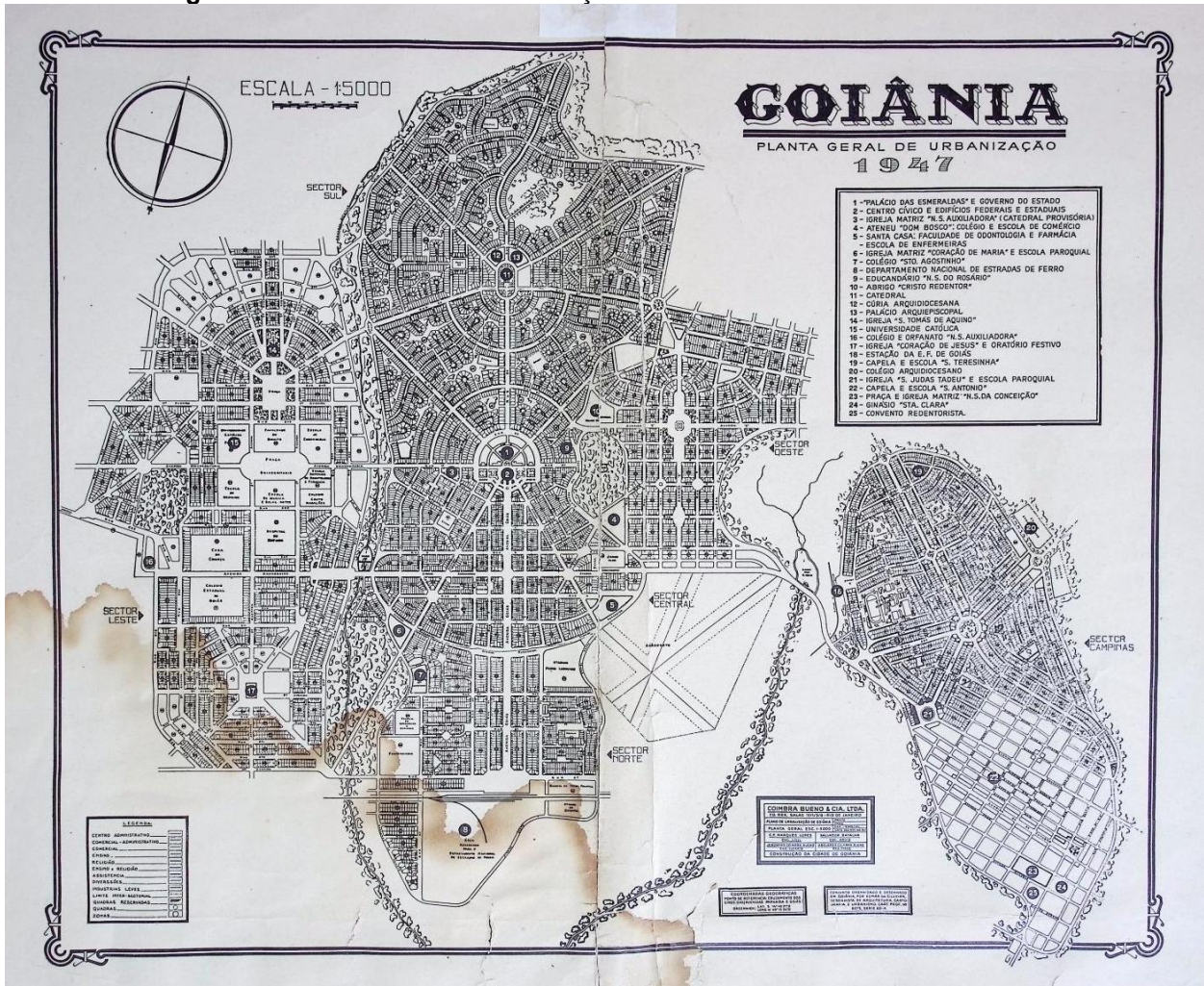
áreas à zona urbana, bem como a atuação político-institucional para a venda de lotes sob domínio público. Essa legislação definiu mais detalhes sobre o ordenamento da cidade e estabeleceu setores específicos. O novo planejamento também trouxe uma maior ênfase na delimitação de espaços públicos, como praças, parques e áreas verdes, além da inclusão de equipamentos sociais. Dessa forma, foi possível compreender melhor o papel de cada bairro e suas interações dentro da dinâmica urbana, que passaram por transformações ao longo da implantação da capital.

A partir da nova lei aprovada em 1950 (Lei nº 176) revogando a obrigatoriedade de implantação de infraestrutura mínima pelo empreendedor, Goiânia experimentou um rápido crescimento no número de loteamentos, sem que houvesse qualquer plano regulamentando e coordenando a urbanização e expansão urbana. Intensificou-se então, a pressão do mercado imobiliário por lotes urbanos, o que contribuiu para a instalação do Setor Oeste, em local destinado à futura expansão da capital (Bellorio, 2013, p. 52), (Tavares, 2016).

Os novos bairros que surgiam, ligavam-se ao centro histórico, contrariando as propostas e desenhos originais da capital goiana. Simultâneo à eclosão dos novos loteamentos, destacam-se outras dinâmicas urbanas que contribuíram para a aceleração do crescimento da cidade (Oliveira; Peixoto, 2009, p. 61).

O Setor Oeste não foi concebido a partir de concurso público, como era previsto pelo Decreto-Lei 90-A. Foi projetado entre 1940 e 1942 pelos projetistas José Neddermeyer e Jorge Félix, ambos técnicos do Estado, conforme cópias heliográficas do projeto, que fazem parte do Acervo Ewald Janssen. O projeto foi aprovado oficialmente em 1947, por meio da Planta Geral de Urbanização – embora a aprovação do loteamento por meio de Decreto só tenha ocorrido posteriormente –, já apresentando sua conformação atual, com a definição das vias, praças e parques, conforme mapa abaixo (Figura 16).

Figura 16: Planta Geral de Urbanização. 1947. Coimbra Bueno & CIA. LTDA.

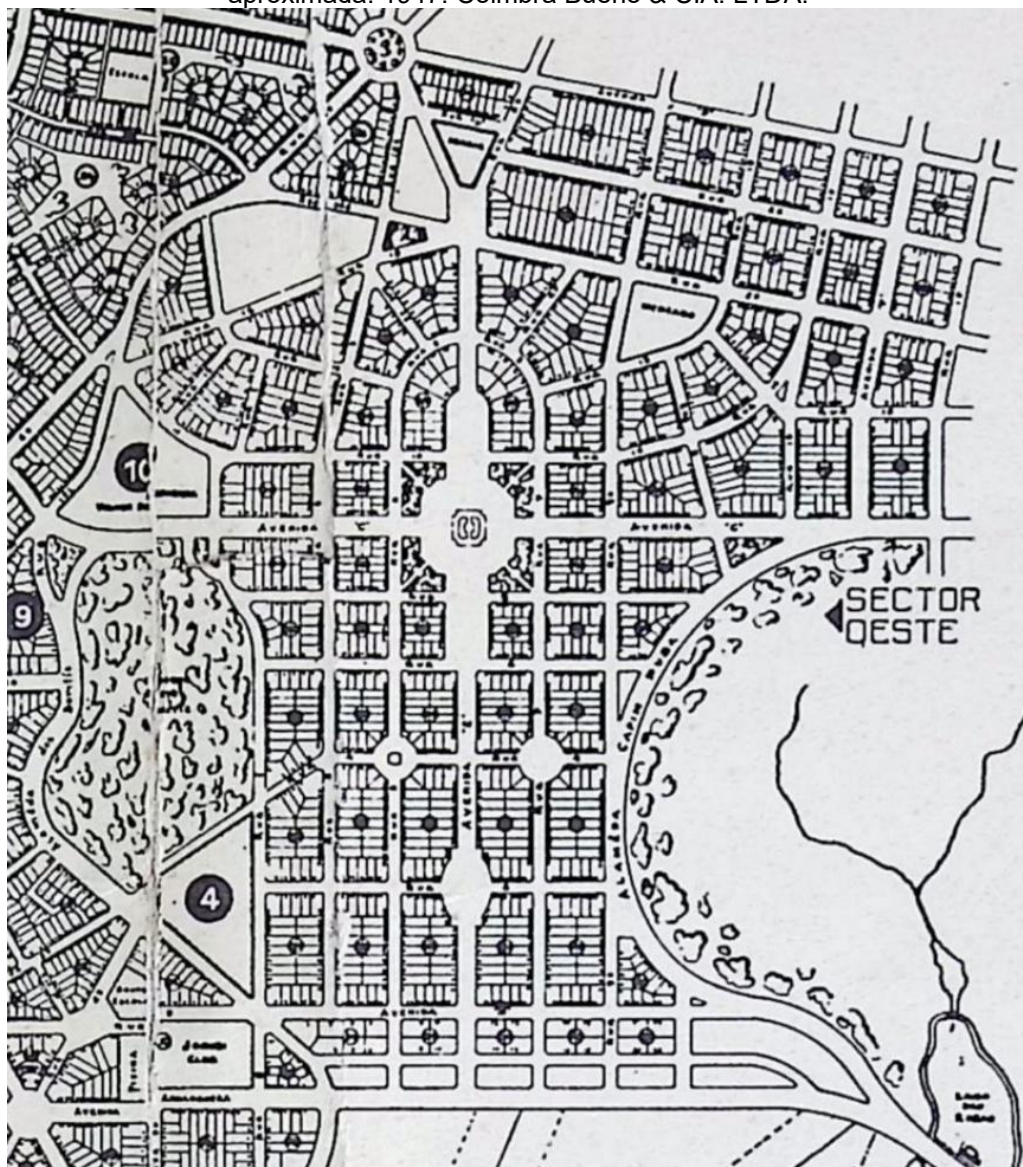


Fonte: Arquivo Histórico Estadual.

O arquiteto José Amaral Neddermeyer, natural de São Paulo, nasceu em 1894 e graduou-se em Arquitetura pela Escola de Engenharia do Mackenzie em 1918, completando sua formação com estudos de escultura no Liceu de Artes e Ofícios da mesma cidade. Sua atuação profissional destacou-se já na década de 1930, quando a imprensa noticiou sua participação em eventos e projetos relevantes. A transferência de Neddermeyer para Goiânia ocorreu em abril de 1936, segundo registros do Correio Oficial. Sua vinda esteve associada à função de responsável pelas obras da Construtora Lar Nacional. Em 1937, passou a integrar a Seção de Arquitetura da Superintendência Geral de Obras, assumindo posteriormente posição de destaque na administração pública. O Decreto-Lei nº 1.132, de 4 de outubro de 1938, formalizou sua nomeação como Chefe da Seção de Arquitetura, cargo que já exercia desde o ano anterior. Nos anos 1940, foi diretor da Diretoria Geral da Produção de Trânsito, período em que trabalhou nos projetos do Setor Oeste. Faleceu em Goiânia, em 1951 (Gonçalves, 2003, p. 64)

O arquiteto Jorge Félix de Souza, natural da cidade de Goiás, nasceu em 1908 e graduou-se em 1932 pela Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, onde obteve especialização em Modelagem e Aquarela. Iniciou sua carreira profissional no Rio de Janeiro, atuando até 1934, quando se transferiu para Juiz de Fora, local onde projetou o Cineteatro da Fábrica de Cartuchos. Pouco depois, estabeleceu-se em Goiânia, inserindo-se no processo de formação da nova capital. Na cidade, foi responsável por projetos arquitetônicos de grande relevância, como, por exemplo, o Coreto da Praça Cívica, o Cineteatro Goiânia – este desenvolvido em parceria com José Amaral Neddermeyer. Também projetou a Escola de Aprendizes e Artífices, o atual Instituto Federal de Goiás, inaugurado em 1942 durante as celebrações do Batismo Cultural, entre outros projetos de destaque em Goiânia (Gonçalves, 2003).

Figura 17: Recorte da Planta Geral de Urbanização, apresentando o Setor Oeste de forma mais aproximada. 1947. Coimbra Bueno & CIA. LTDA.



Fonte: Arquivo Histórico Estadual. Intervenções da autora.

O Setor Oeste apresenta um traçado que combina a regularidade das quadras retangulares dispostas em alinhamento ortogonal na porção central, com a fluidez de quadras curvilíneas nas áreas de transição com outros bairros. O desenho urbano do traçado inicial incorpora a amplitude, com eixos largos e simétricos, que reforçam a monumentalidade de determinadas perspectivas, como das Avenidas Assis Chateaubriand e Avenida República do Líbano, ao mesmo tempo que articula com pequenas praças circulares distribuídas em pontos estratégicos do bairro.

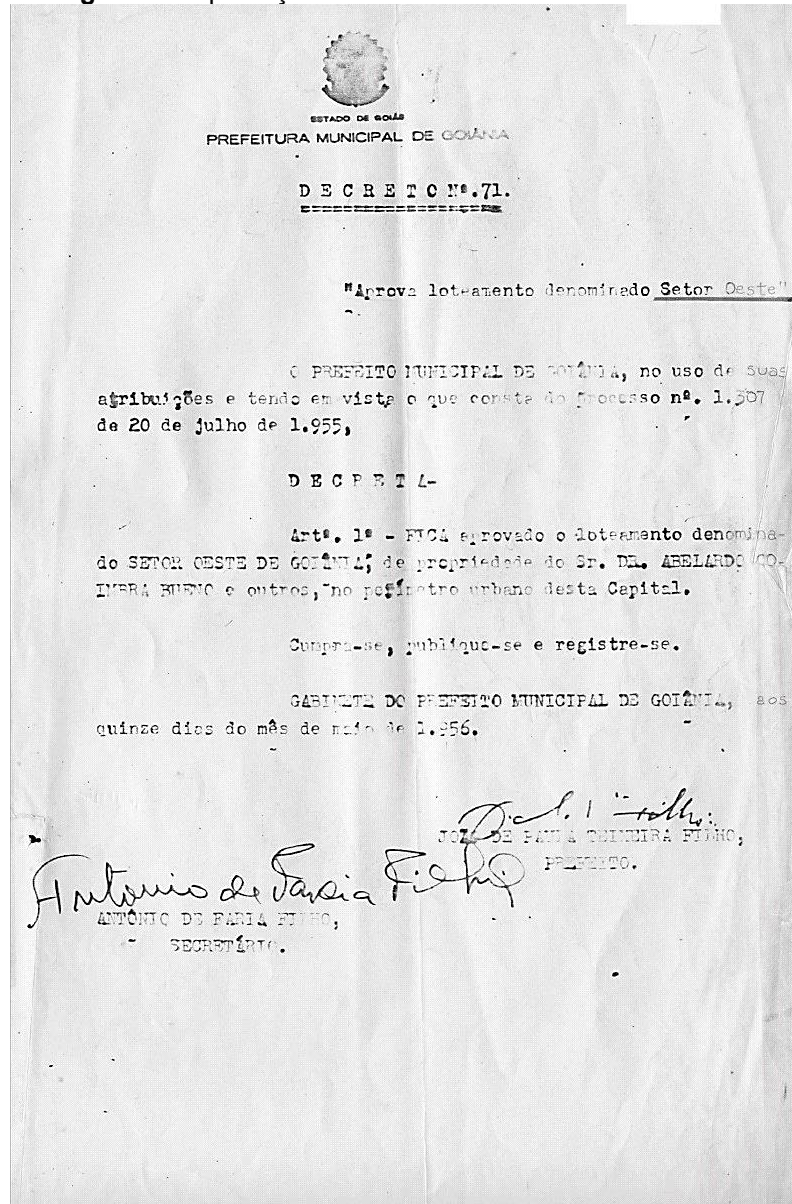
Além do traçado, outro aspecto que revela a história e a organização do bairro é a nomenclatura de suas vias. Inicialmente, as avenidas recebiam letras do alfabeto, enquanto as ruas eram numeradas. Ao longo das décadas algumas nomenclaturas das vias foram alteradas, como exemplo, a antiga “C” é denominada Avenida Assis Chateaubriand, bem como a Avenida República do Líbano (antiga Avenida “E”), Avenida Portugal (antes, Avenida “F”), e a Rua 20 (que passou a se chamar Rua João de Abreu).

Outro elemento fundamental é a presença do Bosque dos Buritis, configurado originalmente como uma ampla área verde de contornos sinuosos, em contraste com a malha mais regular. Situado em uma área altamente valorizada em Goiânia, nas proximidades da Praça Cívica, o Bosque dos Buritis possuía uma extensão cerca de 70% maior do que a atual, tendo sofrido sucessivas perdas territoriais em decorrência da especulação imobiliária (Oliveira et. al., 2019, p. 362) (CAU-GO, 2013b).

Até os dias atuais, os terrenos do entorno do Bosque continuam sendo comercializados por valores elevados, refletindo a pressão do mercado sobre os espaços públicos e a disputa contínua pelo uso do solo urbano (Silva, 2019, p. 89). Martins Júnior (2007) destaca que o processo de descaracterização do Parque dos Buritis teve início na década de 1940, quando partes de sua área foram parceladas, incluindo doações realizadas pelo Governo Estadual e aos Colégios Ateneu Dom Bosco e Externato São José.

Um marco importante ocorreu em 15 de maio de 1956, com a assinatura do Decreto nº 71 (Figura 18), pelo então prefeito, João de Paula Teixeira Filho. Esse decreto aprovou o loteamento do Setor Oeste, cujas terras pertenciam ao engenheiro Abelardo Coimbra Bueno, consolidando a ocupação e fragmentação da área originalmente destinada ao parque (Oliveira et. al., 2019, p. 373). Conforme documento apresentado abaixo, o loteamento do Setor Oeste foi aprovado nos seguintes termos: “Fica aprovado o loteamento denominado Setor Oeste de Goiânia; de propriedade do Dr. Abelardo Coimbra Bueno e outros, no perímetro urbano desta Capital”.

Figura 18: Aprovação do loteamento do Setor Oeste em 1956.



Fonte: Acervo SEPLAN.

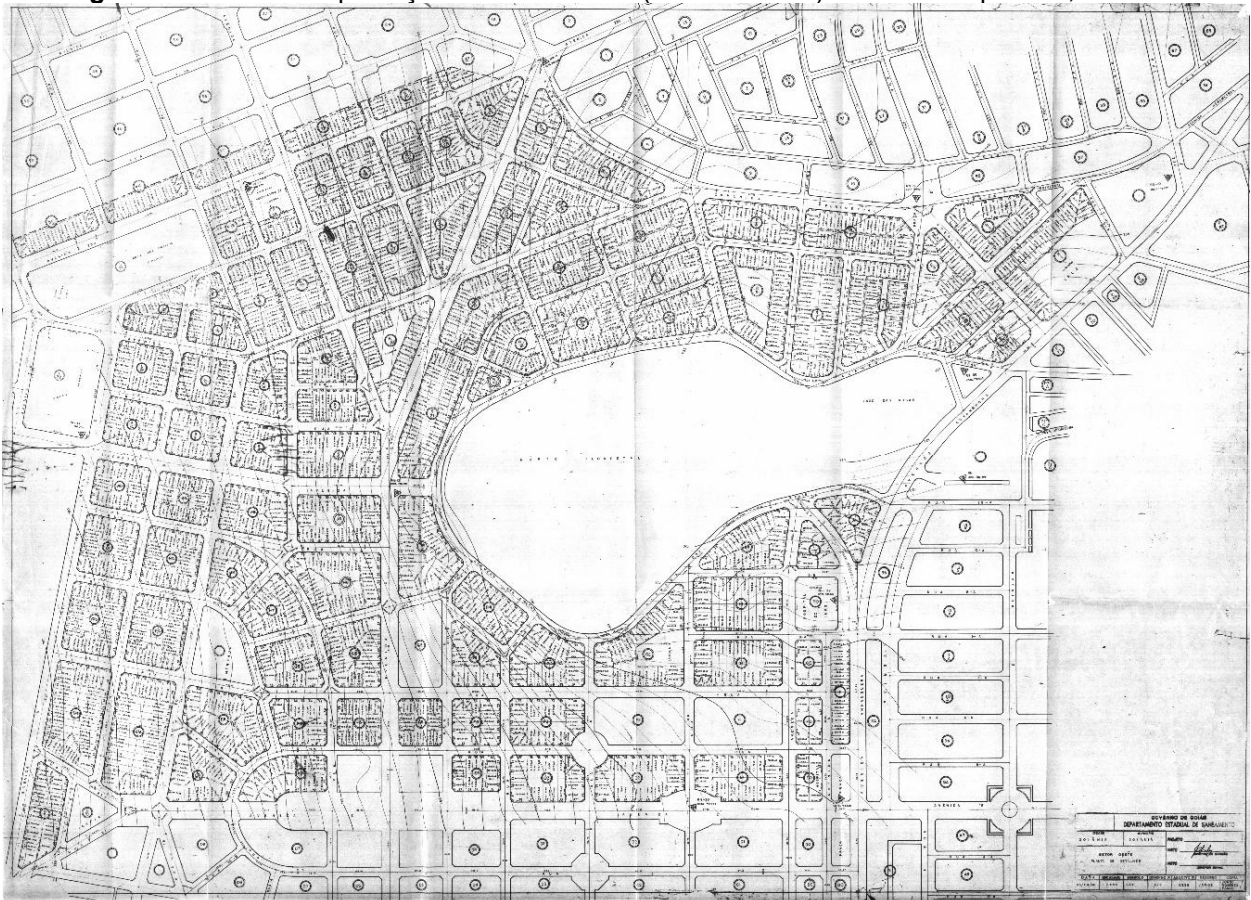
Posteriormente, verificou-se a expansão do bairro, que, em primeiro momento, conforme o projeto estabelecido pelos técnicos do Estado no Plano de Urbanização de 1947, compreendia a área situada entre os parques – no eixo Leste-Oeste, e as Avenidas Anhanguera e Avenida D, no eixo Norte-Sul.

Segundo matéria publicada no Jornal O Popular, em 24 de julho de 1994, assinada por Danin Júnior, e conforme descrito no Decreto nº 71, de 15 de junho de 1956, “os parceladores foram Abelardo Coimbra Bueno e outros – ou seja, não foi o Estado, apesar do plano Original da área constar como pública” (Danin Júnior, 1994). Ainda sobre a reportagem, a arquiteta e servidora do Iplan, Kátia Paiva, ressalta que os documentos disponíveis na instituição não esclarecem o motivo pelo qual o bairro foi parcelado por particulares e não pelo Estado: “Não consta a mínima explicação pública para que isto

tenha acontecido nos longínquos anos 40” (Danin Júnior, 1994).

Danin Júnior (1994) acrescenta que “outra data aparece para causar confusão na reconstituição histórica do Setor Oeste”. De acordo com decreto publicado do dia 26 de agosto de 1960, o Setor Oeste cresceu, incorporando um trecho com 196 lotes de propriedade de Abelardo Coimbra Bueno, Jerônimo Coimbra Bueno e sua esposa, Ambrosina Parassu Borges Coimbra Bueno. Segundo Memorial Descritivo disponível na Biblioteca da Seplan, essa área situava-se no cruzamento dos eixos R-11, T-7 e T-9, sendo incorporado ao projeto do bairro, então em expansão (Figura 19).

Figura 19: Planta de Aprovação do Setor Oeste (Planta Parcial) - Área de Expansão, de 1968.



Fonte: Acervo SEPLAN.

No que se refere à autoria do projeto dessa área de expansão, não foram encontrados documentos oficiais que a confirmassem. Entretanto, foram localizadas plantas que continham carimbo com o nome “Jorge”, como autor dos desenhos, tanto para plantas da parte “antiga” do bairro, quanto para as da área de crescimento (Figura 20). Todas estas plantas, são datadas de 05 de abril de 1968. A hipótese levantada nesta pesquisa é que se trate de Jorge Félix, um dos responsáveis pelo projeto inicial do bairro. Contudo, essa é apenas uma suposição, que ainda demanda investigação em estudos futuros.

Figura 20: Carimbo - Planta de Aprovação do Setor Oeste (Planta Parcial). Área de Expansão. De 1968. Destaque para o nome “Jorge”, na aba Desenho.

GOVÉRNO DE GOIÁS						
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SANEAMENTO						
CIDADE GOIÂNIA		MUNICÍPIO GOIÂNIA		PROJETO _____		
SETOR OESTE PLANTA DE DETALHES				VISTO _____ <i>Jorge</i> DIRETOR DE DIVISÃO		
				VISTO _____ DIRETOR GERAL		
DATA	ESCALA(S)	SÍMBOLO	DESENHO N.	ARQUIVO N.	DESENHO	CÓPIA
05/04/68	1:2.000	GOI-	2/2	5336	JORGE	JORGE ROBERTO PAULO

Fonte: Acervo SEPLAN.

Esta dinâmica de expansão é perceptível, claramente, através do traçado urbano proposto por cada um dos profissionais envolvidos na concepção do bairro como um todo. Destaca-se, também, que o trecho implantado posteriormente apresenta semelhanças ao desenho urbano do Setor Coimbra (originalmente cidade satélite de Campinas), reforçando, assim, a interligação entre os bairros e contribuindo para a integração do tecido urbano.

2.3. O processo de ocupação e transformações urbanas

Impulsionado pelo crescimento acelerado e pelo mercado imobiliário, o arruamento do Setor Oeste teve início da década de 1950 (Vaz, 2002, p. 78). A partir das fotos aéreas do bairro, observa-se que a ocupação ocorreu de forma gradual, concentrando-se inicialmente na área ao norte da Avenida Assis Chateaubriand, próxima aos Setores Central, onde já existiam construções, e Aeroporto. As edificações na porção sul dessa avenida surgiram posteriormente, seguindo o mesmo padrão de ocupação. Esse processo também refletiu na verticalização, acontecendo primeiramente na porção abaixo da referida avenida.

Por não ser necessário investimentos dos loteadores, ouve o arruamento do Setor Oeste, a partir de 1950, com a aprovação da Lei nº 176, que revogou alguns dispositivos do Decreto-Lei nº 574/1947. Enquanto o decreto anterior estabelecia a obrigatoriedade

de implantação de infraestrutura mínima nos loteamentos, a nova legislação passou a exigir apenas a demarcação e a abertura das vias públicas, determinando que a pavimentação ocorresse somente após a instalação das redes de água e esgoto. Contudo, a lei não especificou a quem caberia o ônus da execução dessas obras, o que gerou incertezas quanto à responsabilidade pela infraestrutura urbana (Bellorio, 2013, p. 52).

Figura 21: Traçado urbano de Goiânia. Implantação dos Setores Sul e Oeste no início da década de 1950.



Fonte: Acervo SEPLAN.

Embora o Setor Oeste tenha sido projetado entre 1940 e 1942, e seu projeto conste na Planta Geral de Urbanização de 1947, o loteamento só foi aprovado oficialmente em 1956, por meio do Decreto nº 71. Essa aprovação tardia pode indicar, hipoteticamente, a falta de vontade política em implementar a infraestrutura necessária no bairro. A imagem aérea apresentada (Figura 22) mostra, no entanto, que o bairro já se encontrava ocupado em 1955, em toda sua porção entre as avenidas Anhanguera e Assis Chateaubriand e entre os dois parques urbanos, Bosque dos Buritis e Parque Lago das Rosas. O traçado observado evidencia o início do arruamento, mesmo sem as infraestruturas adequadas, que seriam implementadas posteriormente.

Figura 22: Foto aérea do Setor Oeste em 1955.

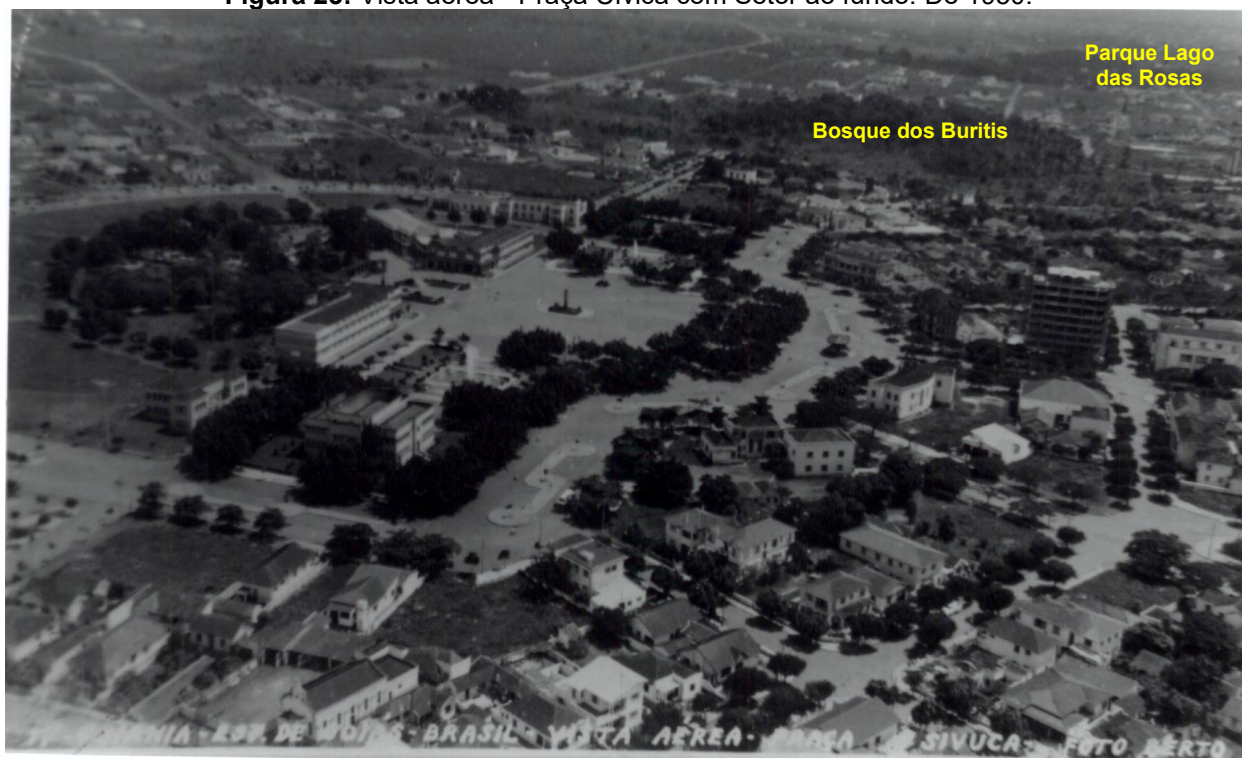


Fonte: Gonçalves (2003). Foto: Janusz Gerulewicz. Intervenções da autora.

Segundo Gonçalves (2003, p. 70), na década de 1950, a cidade já contava com aproximadamente 40 mil habitantes, e quase todos os lotes do Setor Central encontravam-se ocupados e pertencentes a proprietários privados. Em contraste, segundo o autor, os terrenos do Setor Sul, colocados à venda desde 1937, e os do Setor Oeste, disponíveis a partir do início da década de 1940, que ainda apresentavam valores acessíveis.

A imagem abaixo (Figura 23) complementa a anterior (Figura 22), oferecendo uma vista aérea em perspectiva da Praça Cívica, em primeiro plano, e evidenciando o arruamento e o início da ocupação do Setor Oeste na década de 1950. Observa-se a presença das primeiras edificações, ainda de forma espaçada, mas com maior concentração entre as duas vias paralelas, conforme destacado na figura precedente. Outro aspecto visível nesta imagem é a presença dos parques urbanos situados no Setor Oeste, que, neste período, apareciam como áreas de arborização densa intercaladas por trechos ainda desmatados, o que posteriormente seria urbanizado e reflorestado.

Figura 23: Vista aérea - Praça Cívica com Setor ao fundo. De 1950.

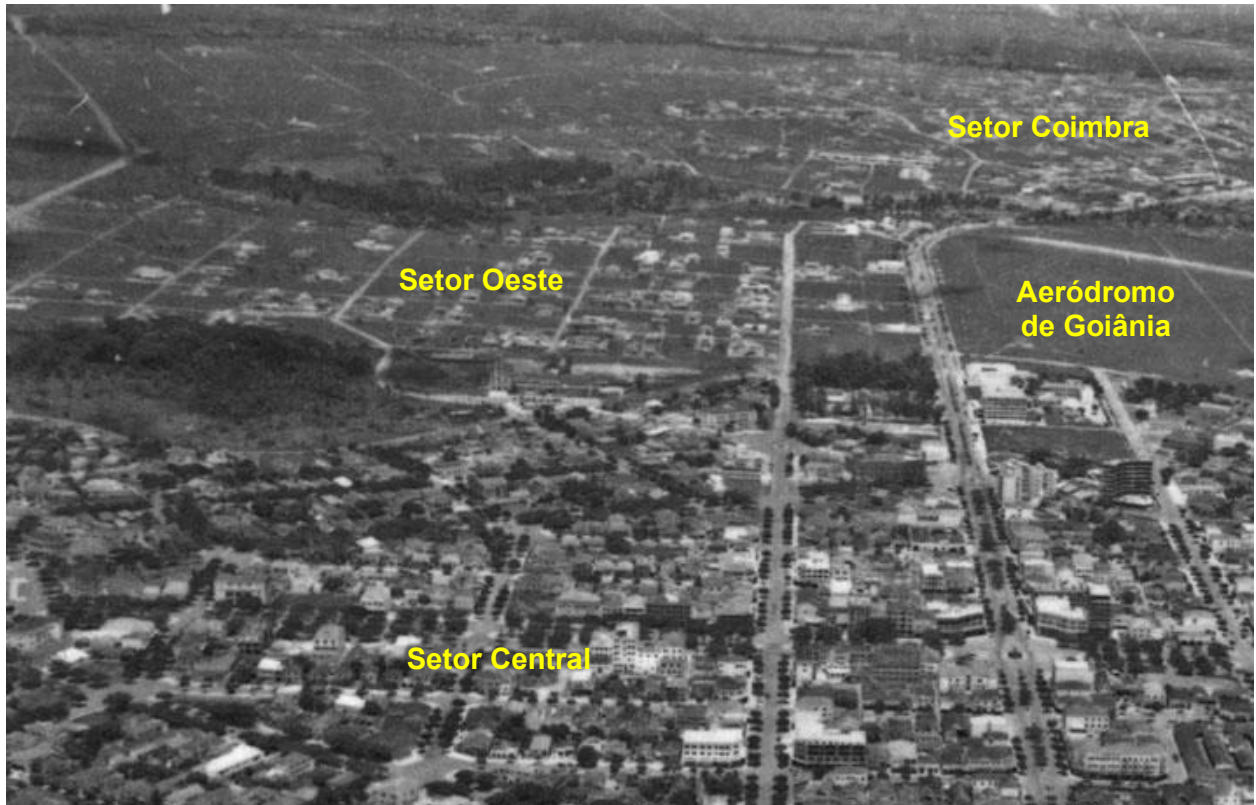


Fonte: Acervo MIS|GO. Foto: Sílvio Berto. Intervenções da autora.

O Setor Oeste se afirmou como continuidade do núcleo central de Goiânia, acompanhando o eixo estruturador da Avenida Anhanguera e mantendo a ligação com Campinas. Nesse sentido, o bairro assumiu um papel estratégico na valorização fundiária e na expansão da malha urbana, consolidando-se como uma área de transição entre o núcleo inicial e os limites urbanos mais recentes.

Em 1957, como mostra a Figura 24, a ocupação do bairro já se fazia presente, ainda que de forma espaçada, com maior concentração na porção norte, próximo ao Setor Central – que nesse período já se encontrava adensado. As quadras localizadas às margens da Avenida Anhanguera possuíam poucas edificações, devido ao fato de, desde o projeto concebido pelos técnicos do Estado, estas serem destinadas às praças públicas. Na via paralela à referida avenida, encontra-se a continuação da Rua 03 do Setor Central, cujo nome, ao adentrar no Setor Oeste, é alterado para Avenida B. Essa via, e suas quadras lindeiras foram as primeiras a serem ocupadas com maior intensidade, visto sua proximidade com as áreas já consolidadas da capital. A imagem também evidencia que o Aeródromo ainda permanecia na área correspondente ao atual Setor Aeroporto, bem como o início da ocupação à oeste do Parque Lago das Rosas, em direção ao Setor Coimbra.

Figura 24: Vista aérea de Goiânia. Setor Oeste no canto superior esquerdo. 1957.



Fonte: Biblioteca IBGE. Série Acervo dos trabalhos geográficos de campo. Foto: Tibor Jablonsky e Faissol Speridião. Intervenções da autora.

Figura 25: Vista aérea de Goiânia. Praça do Avião, localizada no Setor Aeroporto, em primeiro plano, e ao fundo Setor Oeste, na década de 1960.



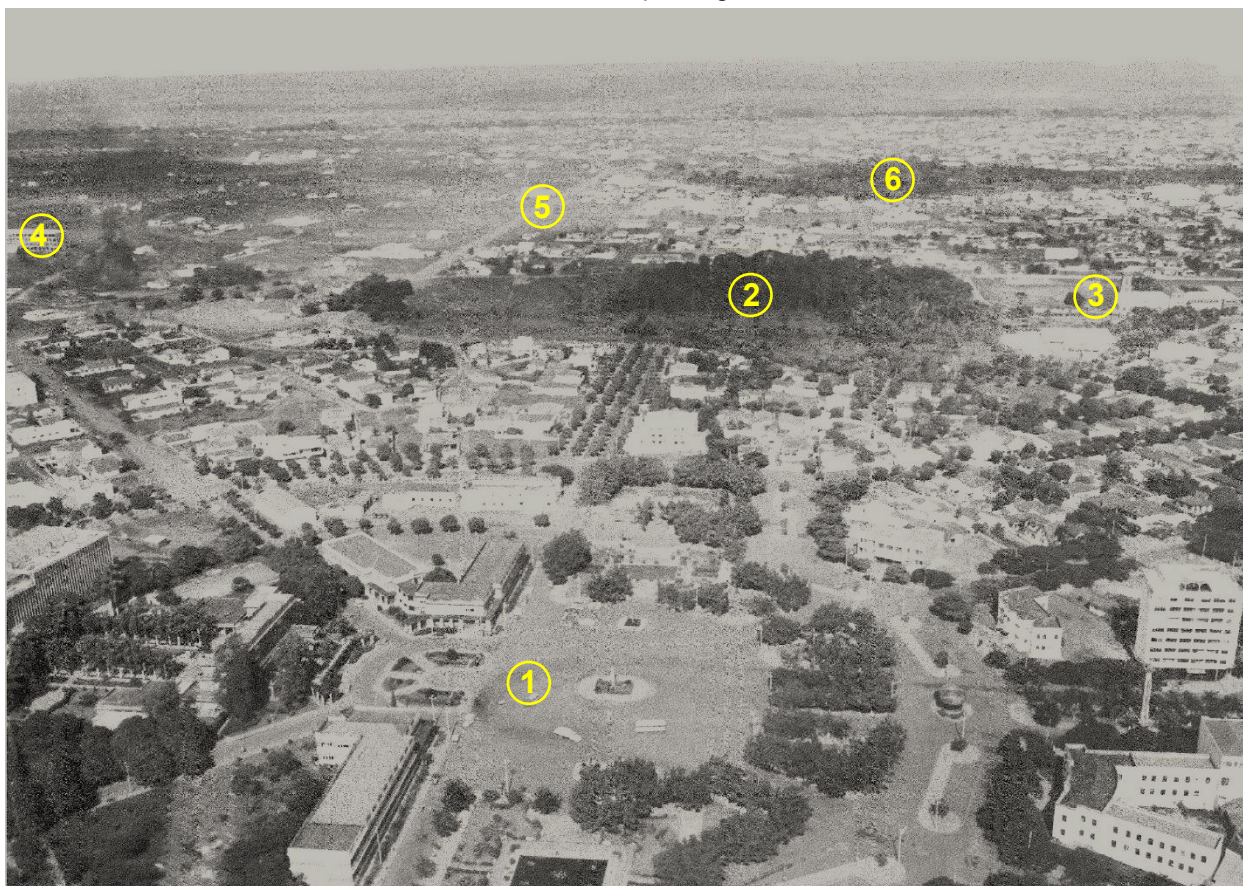
Fonte: Acervo pessoal de Hélio de Oliveira Júnior. Foto: Hélio de Oliveira. Intervenções da autora.

Nos planos urbanísticos elaborados por Atílio Corrêa Lima e seu sucessor, Armando de Godoy, os eixos viários de Goiânia já desempenharam um papel fundamental na estruturação do centro expandido da cidade. A Avenida Anhanguera, por exemplo, foi concebida com uma conexão estratégica entre o centro e a região de Campinas. Da mesma forma, a Rua 10 (atualmente Avenida Universitária) tinha a função de direcionar o fluxo viário do centro em direção ao Setor Universitário. Além disso, outras vias estruturantes foram planejadas para induzir a expansão urbana em diferentes direções, promovendo a integração com os Setores Sul, Oeste e Marista (Duarte et. al, 2022, p. 04).

O Setor Oeste, apresentou um processo de ocupação mais expressivo em comparação ao Setor Sul. Este último, por sua vez, passou a ser efetivamente ocupado a partir da década de 1960, período em que se intensificou o fluxo migratório (Resende, 2022a, p. 03).

Na década de 1960, a ocupação do Setor se intensificou, sobretudo com adensamento das áreas que haviam sido ocupadas inicialmente. Neste período iniciou-se a construção de novas edificações nos terrenos à sul da Avenida Assis Chateaubriand. Na Figura 26 destaca-se, em primeiro plano a Praça Cívica e a sua proximidade com Setor Oeste, fator que contribuiu significativamente para a intensificação de sua ocupação. Ao centro da imagem, encontra-se o Bosque dos Buritis, com uma grande área ainda sem vegetação e sem urbanização. À direita deste parque, encontra-se o Colégio Ateneu Dom Bosco, construído em terreno onde seria localizado a extensão do Bosque, bem como outro colégio, o Externato São José, identificado na extremidade esquerda da imagem, em um terreno que também era destinado ao referido parque urbano. Ao fundo da imagem, encontra-se o Parque Lago das Rosas. Observa-se um maior adensamento na região limítrofe com o Setor Coimbra, que já estava consolidado.

Figura 26: Vista aérea da Praça Cívica. Setor Oeste ao fundo. Década de 1960. 1- Praça Cívica; 2- Bosque dos Buritis; 3- Colégio Ateneu Dom Bosco; 4- Colégio Externato São José; 5- Avenida Assis Chateaubriand; 6- Parque Lago das Rosas.



Fonte: Oliveira (2008). Foto: Hélio de Oliveira. Intervenções da autora.

Apesar do processo de expansão urbana ser marcado por uma ocupação espraiada e um crescimento demográfico acelerado, o Setor Oeste foi fundamental na configuração da cidade, superando barreiras iniciais como o Córrego Capim Puba e ampliando seu território através da incorporação da cidade de Campinas. Esse movimento de expansão não só consolidou o Setor Oeste como uma área residencial de classe média e alta, mas também estabeleceu a região como um polo de crescimento e valorização fundiária.

Na imagem abaixo (Figura 27), pode-se perceber, no canto superior direito parte do Setor Oeste, já em expansão na porção acima da Avenida Assis Chateaubriand. Destaca-se também as quadras que foram aprovadas, onde inicialmente seria implantado a totalidade do Bosque dos Buritis, com a construção das primeiras edificações, tanto instituições públicas e privadas, como residências e comércios. Outro fator que merece destaque é o fato de que, neste período, ainda que com o arruamento e definição dos terrenos, as inúmeras praças presentes no bairro, ainda não estavam delimitadas, conforme estabelecido no Plano de Urbanização de 1947. Neste período,

as avenidas Assis Chateaubriand e República do Líbano se cruzavam, sem a presença da Praça Tamandaré.

Figura 27: Vista aérea da Avenida Goiás e parte do Setor Oeste (canto superior direito). Década de 1960.



Fonte: Acervo MIS|GO. Foto: Alois Feichtenberger. Intervenções da autora.

A análise dos elementos regulares do processo de expansão, como destaca Panerai (2014), evidencia que a primeira expansão do território ocorre sob forte especulação fundiária, com a promoção da venda de lotes e a valorização das áreas centrais. O Setor Oeste consolidou-se como um bairro voltado a uma população com maior poder aquisitivo, passando por um adensamento significativo a partir da década de 1960. Esse processo foi impulsionado por políticas urbanas que favoreceram a verticalização em áreas nobres (Resende, 2022b, p. 11).

Figura 28: Ocupação do Setor Oeste em 1968, destacando em laranja as áreas mais consolidadas.



Fonte: Resende, 2022b.

A ocupação do Setor Oeste, conforme as aerofotogrametrias dos anos 1960, reflete sua função como articulador entre os núcleos pioneiros de Goiânia e Campinas, com destaque para a importância da Avenida Anhanguera como eixo de crescimento. O bairro, ao final dessa década, já demonstrava uma articulação clara entre os setores Central e Coimbra, com ocupações também se estendendo ao norte da avenida e nas áreas adjacentes aos polos de crescimento, como o Bosque dos Buritis e Lago das Rosas.

O Plano de Desenvolvimento Integrado de 1969 foi oficialmente aprovado pela Lei nº 4.523, de 31 de dezembro de 1971 (Goiânia, 1971). Coordenado por Jorge Wilhelm (1968), esse plano acordado, ao final da década de 1960, em um cenário marcado pela intensa especulação imobiliária e pela escassez de moradias, consequência do intenso fluxo migratório, tanto de pessoas do próprio estado, como de outras localidades. Esses fatores resultaram em um processo de expansão urbana desordenado, pouco controlada pelo poder público (Oliveira et. al., 2019, p. 367). A migração da classe média oriunda da antiga capital, aliada à presença de grandes proprietários rurais vinculados ao setor agropecuário, desempenhou um papel fundamental na dinamização da economia local, contribuindo para a estruturação da cidade e para a sua consolidação (Silva, 2019, p.92).

O planejamento urbano dos bairros centrais e nobres, dentre eles o Setor Oeste,

contrastava com a ausência de planejamento nas áreas mais populosas da cidade. O Plano de Urbanização de 1938, bem como os planos subsequentes, não previam a dimensão real do crescimento populacional e territorial que Goiânia viria a alcançar. Enquanto a previsão inicial estimava 50 mil habitantes, já em 1970 a população da capital atingia mais de 380 mil habitantes. No intervalo de apenas uma década, entre 1975 e 1985, esse número mais que dobrou, alcançando a marca de 885 mil habitantes (Silva, 2019, p. 96).

Na década de 1970, a ocupação e, conseqüentemente, o adensamento do bairro se intensificaram, tanto na área ocupada primeiramente – próximo ao Setor Central –, quanto na área mais à sul, ocupada posteriormente. Observa-se nesta vista aérea da fotografia de Alois Feichtenberger, o traçado das vias começando a tomar a forma projetada por Jorge Félix e José Amaral Neddermeyer, com a demarcação do contorno da Praça Tamandaré, conforme verifica-se na imagem abaixo (Figura 29).

Figura 29: Vista aérea do setor Central e parte do Setor Oeste (canto superior direito). Década de 1970.



Fonte: Acervo MIS|GO. Foto: Alois Feichtenberger. Intervenções da autora.

Referente à alteração da delimitação do bairro, durante a gestão do Prefeito Nion Albernaz, foi estabelecido a partir da Lei Complementar n° 068, de 26 de março de 1999, que o Setor Oeste teria a área compreendida dentro dos seguintes limites:

Inicia-se na confluência dos eixos das Avenidas Paranaíba, Avenida Anhanguera e Alameda dos Buritis; segue pelos eixos da Alameda dos Buritis, Avenida Assis Chateaubriand, Rua Dr. Olinto Manso Pereira, Rua 101, Rua 85, Rua 106, Rua 134, Rua 21, Praça Latif Sebba, Avenida D, Avenida Castelo Branco, Praça Benedita da Silva Lobo, Avenida Perimetral, continuação da Rua 220 e Avenida Anhanguera até o ponto de início destes limites.

Figura 30: Mapa atual do Setor Oeste com a delimitação do bairro, em amarelo, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 068, em 1999.



Fonte: Google Earth (2024). Intervenções da autora.

O Setor Oeste foi concebido no plano urbanístico de Corrêa Lima com um caráter essencialmente residencial. Contudo, sua ocupação e localização estratégica favoreceu sua rápida transformação em uma nova centralidade, passando a abrigar uma variedade de comércios, prestadores de serviços, clínicas e outros estabelecimentos, contribuindo para a diversificação de suas funções urbanas (Tavares, 2016, p. 93).

Esses fatores também contribuíram para a vitalidade urbana, presente no bairro. Seus moradores possuem uma gama de usos disponíveis, contribuindo para que esses não necessitem se locomover para outros bairros. O Setor Oeste consolidou-se como um importante polo do centro financeiro de Goiânia nas primeiras décadas de seu desenvolvimento. Além disso, o bairro abrigou outros usos importantes, como o setor hoteleiro, contribuindo para a diversificação das atividades econômicas na região.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia de 2000, o Setor Oeste foi classificado como zona de predominância residencial de baixa densidade (ZPR-BD). O plano previu que a área poderia abrigar residências unifamiliares, comércios, serviços e indústrias de pequeno porte, com uma densidade relativa de 250 habitantes por hectare. No entanto, esse direcionamento foi posteriormente modificado com a criação das zonas de adensamento, o que continuou impulsionando o processo de verticalização do bairro (Bellorio, 2013).

2.4. Verticalização

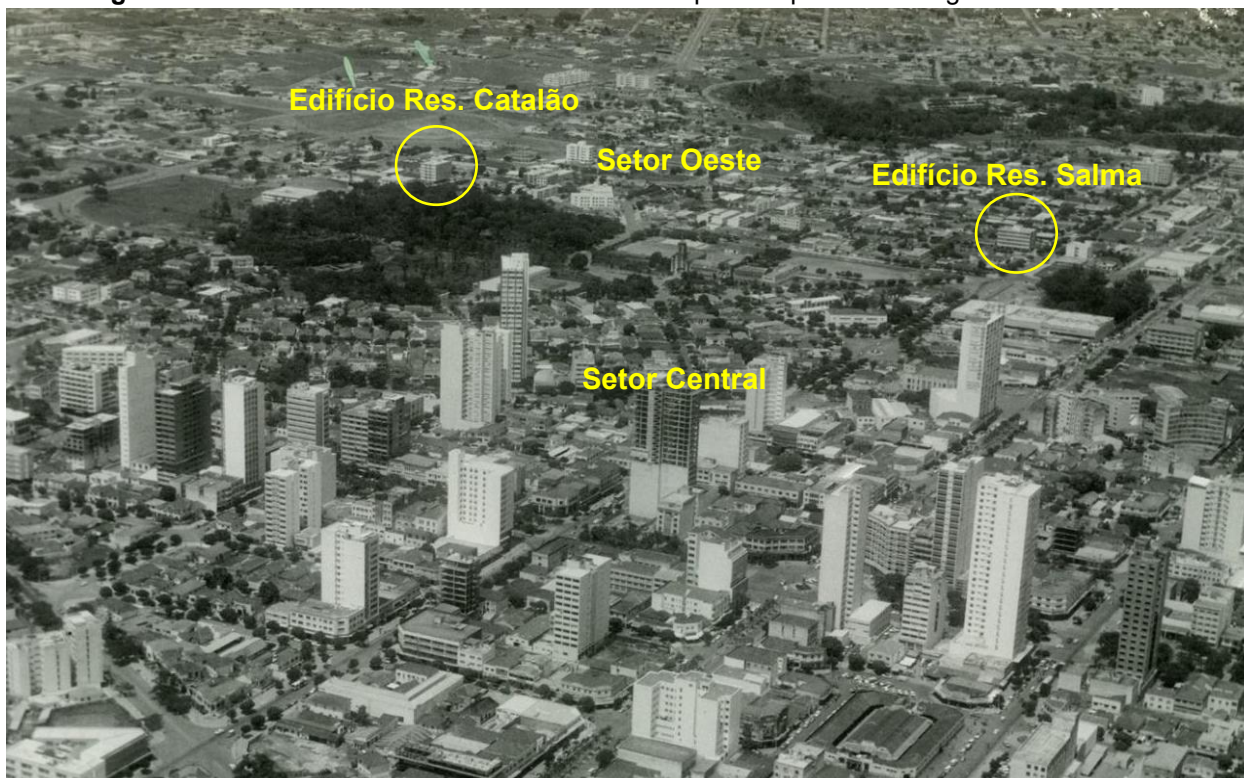
Goiânia foi concebida para abrigar uma população de 50 mil habitantes, contudo, esse número foi rapidamente superado, especialmente a partir da década de 1960. Um dos fatores que contribuiu para esse crescimento foi sua verticalização prematura, ocorrida antes mesmo da conclusão do processo de verticalização do Setor Central, em função da sua localização urbana e da migração da classe média desse setor para o Setor Oeste, como destaca Vaz (2002).

Esse fenômeno alterou significativamente a configuração física da cidade, destacando-se a implantação de edifícios em altura no Setor Oeste (Manso, 2001, p.42). Na década de 1960, a população de Goiânia cresceu significativamente, passando de 363.304 para 724.081 habitantes, atingindo uma taxa de urbanização próxima a cem por cento (Moysés, 2004, p. 161). Esse aumento populacional gerou uma demanda crescente por infraestrutura física e social, especialmente no setor habitacional (Bellorio, 2013, p. 61).

Nesse contexto, a verticalização das edificações tornou-se um destaque marcante, principalmente para as classes média e alta. Esse processo ocorreu principalmente no Setor Central e no Setor Oeste da cidade, alterando a configuração urbana resultando na intensificação da ocupação dos lotes disponíveis nas áreas mais centrais (Bellorio, 2013, p. 61).

Em uma imagem (Figura 31) da década de 1960, destaca-se o início do processo de verticalização no Setor Central (em primeiro plano na fotografia), e seguindo pelo Setor Oeste, já apresentando alguns edifícios de pequeno porte. Um dos edifícios identificados na imagem abaixo é o Edifício Residencial Salma, localizado na Av. B (extensão da Rua 03 do Setor Central). Outro edifício identificado é o Edifício Residencial Catalão, situado Rua 6 esquina com a Rua 3.

Figura 31: Vista aérea de Goiânia. Setor Oeste na parte superior da imagem. Década de 1960.



Fonte: Acervo MIS|GO. Foto: Alois Feichtenberger. Intervenções da autora.

Figura 32: À esquerda, o Edifício Residencial Catalão, na Rua 6 esq. com Rua 3. À direita, desenho de perspectiva arquitetônica do Edifício Residencial Salma, localizado na Rua 3 esquina com Avenida B. Sem data. Goiânia-GO.



Fonte: Acervo MIS|GO. Fotos: Alois Feichtenberger.

Ao analisar a evolução da regulamentação referente aos recuos mínimos existentes, Tavares (2016, p. 83-84) evidencia a influência da especulação imobiliária e da supervalorização do solo na formação do tecido urbano da cidade. A autora ressalta que a ocupação o solo em Goiânia, ao longo de sua história, tem sido moldada por diversas alterações na regulamentação urbanística. Contudo, nem todas essas mudanças objetivaram a melhoria da qualidade de seus habitantes. Ela observa ainda

que, década de 1970, não havia a imposição de recuos laterais ou frontais para os edifícios.

A Lei de Zoneamento de Goiânia de 1975 incentivou a construção de edifícios residenciais no Centro e no Setor Oeste. A concentração de edifícios ocorreu, em grande parte, em bairros ou em áreas específicas onde a infraestrutura disponível, principalmente de rede de água e esgoto, possibilitou a edificação de empreendimentos verticalizados (Bellorio, 2013, p.83). Nesse período, o Setor Oeste destacou-se como um dos principais polos de verticalização, intensificando esse processo principalmente na primeira metade da década de 1980.

Da mesma forma, a Lei de Zoneamento e Uso do Solo (Lei nº 5.735 de 19 de dezembro de 1980) contribuiu para o processo de verticalização em setores específicos, dentre eles, o Setor Oeste. Essa lei passou a estipular a obrigatoriedade de recuo de dois metros nas laterais e frontal de cinco metros. Além disso, favoreceu a descentralização das atividades comerciais e de serviços, promovendo sua distribuição ao longo dos eixos estratégicos (Bellorio, 2013, p. 97). No Setor Oeste, a verticalização se consolidou ao longo de avenidas importantes, como Assis Chateaubriand, T-7, República do Líbano e Portugal (Vaz, 2002, p. 102).

Até meados dos anos 1980 o bairro era predominantemente de baixa densidade e residencial, composto majoritariamente por casas de grande porte – sendo elas térreas e sobrados – ocupadas pela classe média/alta goianiense. A partir dessa década, observou-se o aumento do processo de verticalização, seguido pela alteração de ocupação do solo, com uma série de atividades de comércio e de serviços sendo deslocados do Setor Central para o entorno da Praça Tamandaré e principais corredores viários do Setor Oeste (Vaz, 2002).

Em 1990, a Lei de Zoneamento 031/94 ampliou o recuo lateral de forma proporcional à altura dos edifícios. Com a Lei 171/2000, houve a eliminação da exigência de recuos laterais para edificações com altura de até seis metros. Em contrapartida, para construções com mais de três andares, estabeleceu-se um aumento na profundidade dos recuos. Esses ajustes nas normas refletem a adaptação da regulamentação urbanística, possivelmente influenciada pelos interesses imobiliários e pelo crescimento da cidade (Tavares, 2016).

A Lei da Outorga Onerosa também teve um impacto significativo na ocupação do Setor Oeste. Através dessa legislação, regulamentada pela Lei nº 8.618 de 2008, foi autorizada a construção acima do coeficiente de aproveitamento básico, mediante

pagamento de taxas. O Setor Oeste, incluído no Grupo I dessa lei, foi um dos bairros beneficiados por essa medida, que, embora tivesse o intuito de reduzir o adensamento de áreas já saturadas, acabou provocando a valorização do solo e a exclusão de camadas menos favorecidas economicamente. Segundo Tavares (2016, p. 85), “as taxas cobradas pelo poder público são repassadas aos futuros moradores, que, nesse caso, serão aqueles indivíduos com maior poder aquisitivo”.

No Plano Diretor de 1992 previa-se a manutenção do uso atual no Setor Oeste, caracterizada pela diversidade de usos e densidades, com a implementação de novas configurações no espaço. O objetivo desta estratégia era melhorar a qualidade de vida urbana, promovendo melhor ventilação e insolação, além de melhorar o tráfego, com a ampliação de oferta de estacionamentos e o aproveitamento mais eficiente da infraestrutura existente (Bellorio, 2013).

No âmbito dos bairros adjacentes ao Setor Central, como o Setor Oeste, o planejamento urbano previa um controle mais rigoroso sobre a verticalização, com o objetivo de evitar que esses setores ultrapassem os limites de infraestrutura viária e dos serviços urbanos. Essa abordagem visava equilibrar o crescimento da cidade com a capacidade de suporte das infraestruturas existentes, garantindo a sustentabilidade e o desenvolvimento urbano (Bellorio, 2013, p. 125).

Segundo Tavares (2016, p. 17), o Setor Oeste se destaca por sua valorização fundiária, fator que tem impulsionado um processo acelerado de verticalização. A autora destaca que esse fenômeno reflete uma transformação significativa na forma de morar, evidenciando mudanças no perfil urbano e habitacional da região.

Na Figura 33, capturada pelo fotógrafo Hélio de Oliveira, retrata com clareza o processo de verticalização do Setor Oeste no início dos anos 2000. No centro da fotografia, destaca-se a Praça Tamandaré. À época em que a imagem foi registrada, observa-se que a maior concentração de edifícios de grande altura se situava predominantemente ao norte da Avenida Assis Chateaubriand e da própria Praça Tamandaré, à direita da foto. Nas últimas décadas, a região à sul passou por um expressivo movimento de transformação urbana: terrenos anteriormente ocupados por residências unifamiliares de alto padrão foram gradualmente substituídos por novos empreendimentos verticais, compostos por torres de múltiplos pavimentos.

Figura 33: Vista aérea do Setor Oeste em meados de 2000. Ao centro da imagem, a Praça Tamandaré.



Fonte: Acervo Hélio de Oliveira Júnior. Foto: Hélio de Oliveira. Intervenções da autora.

Figura 34: Vista aérea do Setor Oeste em 2025. A frente à Praça Tamandaré. Destaque para os edifícios em altura ao fundo, situados no entorno da Praça do Sol.



Fonte: Autora, 2025.

Assim, observa-se que o fenômeno de verticalização do bairro não ocorreu de maneira contínua e bem delimitada. Pelo contrário, esse processo se deu de maneira gradativa, apresentando tempos e conjunturas diversas, podendo ser observado ainda hoje nas publicidades imobiliárias. Visto isso, percebe-se que a maneira como se verticalizou contribuiu para que não se esgotasse o estoque de terrenos passíveis de serem ocupados, como ocorreu em outros bairros de Goiânia – como por exemplo, o Jardim Goiás e Alto Bueno. Ou seja, mesmo durante a fase mais intensa de sua verticalização não houve o esgotamento de áreas, contribuindo também para uma maior densidade e variedade de usos.

CAPÍTULO 3 | ENTRE PRAÇAS E PARQUES: OS ESPAÇOS PÚBLICOS DO BAIRRO

Como visto nos fundamentos apresentados no primeiro capítulo dessa dissertação, o espaço urbano pode ser compreendido como o agrupamento de funções e formas entrelaçadas pelas histórias, adquirindo sentido a partir das relações sociais produzidas pelos indivíduos que o compõem. Neste sentido, o espaço público surge como um ambiente dinâmico e de vivência, que promove a troca e interação social, permitindo agregar os costumes de seus usuários e diferentes culturas, transmitindo um sentido de pertencimento ao local e de memória coletiva.

Nas primeiras décadas após a fundação de Goiânia, os espaços públicos tinham um papel central na vida social da capital em formação. A Praça Cívica, a Avenida Goiás, a Praça do Trabalhador, o Grande Hotel, o Jôquei Clube, o Café Central e o Teatro Goiânia funcionavam como pontos de encontro e lazer dos goianienses, sendo representativos da nova modernidade urbana (Grande; Boaventura, 2015). Contudo, a partir da década de 1950, observa-se uma transformação nos usos desses espaços. A criação de novos bairros como o Setor Oeste, introduziu dinâmicas urbanas distintas, provocando o deslocamento de atividades do centro para as áreas em expansão (Ribeiro, 2004).

Esse movimento culminou, na década de 1970, na perda de protagonismo do Setor Central frente a outros bairros em processo de consolidação. O Setor Oeste, já totalmente urbanizado, passou a atrair funções de lazer e residenciais, refletindo uma mudança na apropriação e uso dos espaços públicos. Nesse contexto, o debate em torno da condição dos espaços públicos goianienses – incluindo praças e parques – passou a ocorrer na academia, por meio de estudos urbanos; nos órgãos municipais de planejamento e gestão urbana, que buscavam avaliar a distribuição e a qualidade desses equipamentos; bem como na imprensa local, que discutia a ocupação e a especulação imobiliária em áreas públicas. Esses debates evidenciam a influência do poder público e a desigual distribuição desses espaços entre áreas centrais e periféricas da capital (Godinho, 2018, p. 50).

A definição do espaço público, como observa Santos (2004), é complexa, pois envolve múltiplas significações e dimensões. Esses espaços, como ruas, praças e parques, são atravessados por processos históricos, sociais e políticos que moldam seus usos e sentidos. Por seu caráter público, apresentam-se como locais de manifestação

da memória, da cultura e da identidade coletiva, segundo Alex (2008). Sobre a complexidade do caráter desses espaços, Lamas (2004) complementa ao definir a praça como um espaço de permanência, encontros, manifestações e comércio, atribuindo-lhe valor funcional, sociopolítico, cultural e artístico. O mesmo, pode-se dizer em relação aos demais logradouros da cidade – jardins, parques, hortos, passeios, ruas e avenidas –, que em maior ou menor grau assumem esse papel na vida urbana.

Esses, representam espaços fundamentais para construção da vida urbana cotidiana. São lugares de convivência, encontros, manifestações simbólicas, contribuindo para a vitalidade da cidade e para a qualidade de vida da população. Mais do que elementos físicos, carregam em si significados culturais, históricos e sociais que contribuem para a identidade urbana e a construção da memória coletiva.

Os espaços públicos tem, na sua história, pontos de referência inerentes à sua memória e são fundamentais para a construção da identidade e do sentimento de pertencimento das pessoas, frente ao meio no qual estão inseridas. À medida que a cidade se desenvolve e novas necessidades vão surgindo, alguns espaços passam por modificações para se adequarem, e muitas dessas transformações ocorrem de maneira rápida. Muitos desses locais têm seus usos, estruturas e dinâmicas alteradas significativamente, podendo tornar-se um fator determinante para o abandono dos mesmos.

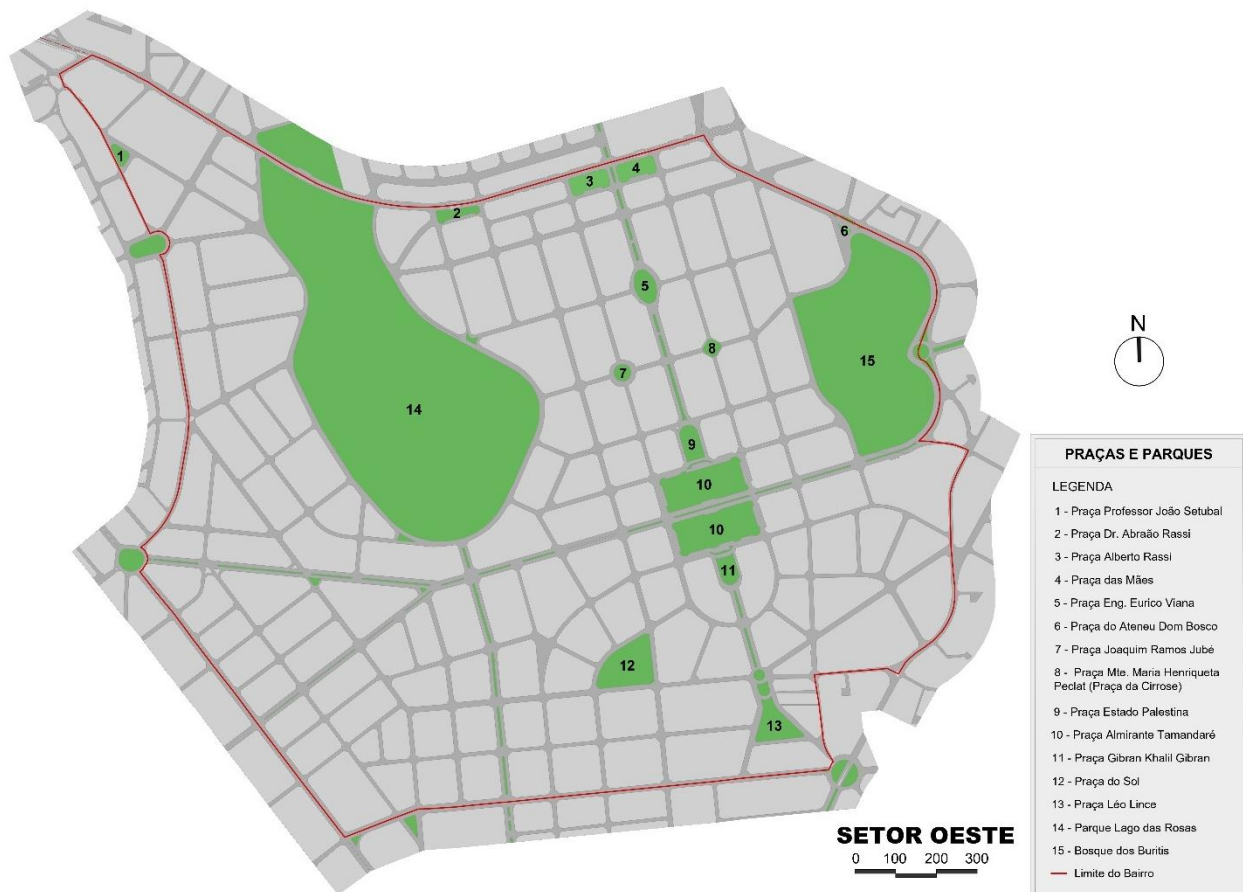
Alguns desses espaços, ao perderem sua função original ou não se adequarem às novas demandas urbanas, acabam por ser esquecidos ou subutilizados, comprometendo não apenas a vitalidade urbana, mas também a continuidade dos vínculos simbólicos e afetivos da população com a cidade. Por outro lado, há aqueles que resistem ao tempo e às transformações, preservando-se como marcos identitários e de memória coletiva. Nesse contexto, as praças e os parques urbanos se revelam elementos essenciais não apenas do ponto de vista funcional – como locais de lazer, descanso e convivência –, mas também como dispositivos simbólicos que expressam a história e os modos de vida urbana.

Ao se observar a evolução urbana de Goiânia, com foco no Setor Oeste, percebe-se que a permanência e a reconfiguração de determinados espaços públicos refletem diretamente os processos de valorização, ocupação e apropriação do território. As praças e parques distribuídos em meio a uma malha urbana que mescla planejamento e expansão privada – por meio da valorização imobiliária –, revelam tanto a persistência de certas práticas sociais quanto a emergência de novos padrões de uso.

Compreender o papel das praças e parques no Setor Oeste implica, portanto, analisar a trajetória desses espaços – desde sua concepção, inserção no traçado urbano, história, modificações ao longo das décadas, até os modos contemporâneos de usos e apropriações, decorrentes da sua verticalização. Este movimento permite revelar, não apenas a morfologia desses espaços, mas também sua contribuição para a construção da urbanidade e da identidade local.

Como visto anteriormente, o Setor Oeste apresenta uma expressiva quantidade de áreas livres destinadas ao lazer, configurando-se um bairro que abriga, atualmente, 13 praças e 2 parques urbanos de grande relevância. Esses espaços públicos se distribuem em diferentes escalas, com diferentes funções e níveis de apropriação, compondo uma rede de áreas públicas que desempenham importante papel no bairro.

Figura 35: Parques e praças situados no Setor Oeste.



Fonte: Base cadastral de Goiânia. Intervenções da autora.

Entre essas áreas, destacam-se as praças de maior porte – como Praça Almirante Tamandaré, a Praça do Sol – que funcionam como marcos estruturais na paisagem, articulando vias, fluxos e centralidades. Em outra escala, há praças de porte médio, como a Praça das Mães, Praça Alberto Rassi (antiga Praça Serra Dourada), a Praça

Engenheiro Eurico Viana, Praça Estado da Palestina, a Praça Gibran Khalil Gibran e a Praça Léo Lince, que também cumprem funções relevantes, embora com menor visibilidade.

Já as praças de pequeno porte, como a Praça Maria Henriqueta Peclat (popularmente conhecida como Praça da Cirrose), a Praça Joaquim Ramos Jubé, a Praça Professor João Setúbal e a Praça do Ateneu Dom Bosco, apresentam uma ambiência diferenciada. De uso mais cotidiano, íntimo e localizado, essas praças menores não apenas oferecem espaços de descanso e sociabilidade, mas também preservam vínculos afetivos importantes com os moradores do entorno. Embora não tenham protagonismo no traçado urbano mais amplo, elas compõem a memória e a vida local de forma singular.

Ao longo da pesquisa, foi possível reunir informações históricas sobre algumas dessas praças. Localizada em uma área de grande visibilidade no Setor Oeste, a Praça das Mães é um dos espaços públicos significativos do bairro que carrega consigo uma carga simbólica e afetiva. Sua denominação está associada à escultura central que homenageia as mães e que, além de um ponto de referência e identificação para frequentadores, serviu para agregar valor simbólico à paisagem urbana. O monumento denominado “Amor de Mãe”, construído em argamassa e com 3,2 metros de altura, foi criado em 1969 pelo artista Antenor Silva. Originalmente, a praça apresentava um desenho urbano distinto do atual, com espelhos d’água, que enriqueciam visualmente o espaço e contribuía para sua ambiência contemplativa. Esses elementos, entretanto, foram suprimidos ao longo do tempo, em meio às transformações³ pelas quais a praça passou, sobretudo com as mudanças nas edificações do entorno.

³ Com essas alterações, a praça apresenta-se hoje de forma distinta. O espelho d’água que antes envolvia a escultura em homenagem às mães foi removido, sendo substituído por espaços de contemplação e floreiras. Em junho de 2019, o local passou por um processo de revitalização e recebeu um novo monumento, em homenagem à Igreja de São Nicolau, situada em frente à praça.

Figura 36: Praça das Mães em 1969.



Fonte: Oliveira (2012). Foto: Hélio de Oliveira.

Em seu entorno, funcionou inicialmente o supermercado “Alô Brasil”, um dos mais conhecidos na cidade nas décadas de 1970 e 1980. Sua presença atraía moradores não apenas do bairro, mas de diversas regiões de Goiânia, movimentando intensamente o entorno da praça. Com o tempo, este foi substituído pelo “Supermercado Marcos”, que teve seu funcionamento até a década de 2010. Mais recentemente, o edifício foi reformulado para abrigar a galeria comercial “*República Mall*” refletindo o processo de reconfiguração e valorização imobiliária da região.

Um ponto de destaque é que o entorno da Praça das Mães hoje é composto predominantemente por usos comerciais, de serviços e institucionais, o que interfere diretamente no perfil dos frequentadores. Ao contrário das praças cercadas por áreas residenciais, onde há uma apropriação mais contínua e familiar do espaço, aqui o uso tende a ser mais dinâmico, associado à passagem e à funcionalidade prática do cotidiano. Por isso, embora seja um espaço com valor histórico, atualmente é pouco utilizada como local de permanência e convivência.

Entre os espaços públicos de menor porte do Setor Oeste, destaca-se a Praça Maria Henriqueta Peclat, popularmente conhecida como Praça da Cirrose. Ainda que em

pequena escala, essa praça possui grande valor simbólico e afetivo para os moradores antigos do bairro e da capital. O apelido “Praça da Cirrose” remonta à década de 1980, quando o entorno era composto por diversos bares, tornando-se um ponto de encontro bastante movimentado, principalmente à noite.

O nome informal surgiu justamente em alusão à vida boêmia no local. Muitos frequentadores daquela época hoje estão idosos, ainda relembram as histórias associadas ao espaço, mencionando inclusive que um dos bares mais conhecidos pertencia à mãe do ex-governador Marconi Perillo. Embora os bares tenham praticamente desaparecido – existe apenas um no local – e a ambiência tenha se transformado, com a instalação de usos variados, com empreendimentos residenciais de múltiplos pavimentos, instituição de saúde (Hospital de Queimaduras), prestadores de serviços e comércios locais, o nome persiste no imaginário coletivo.

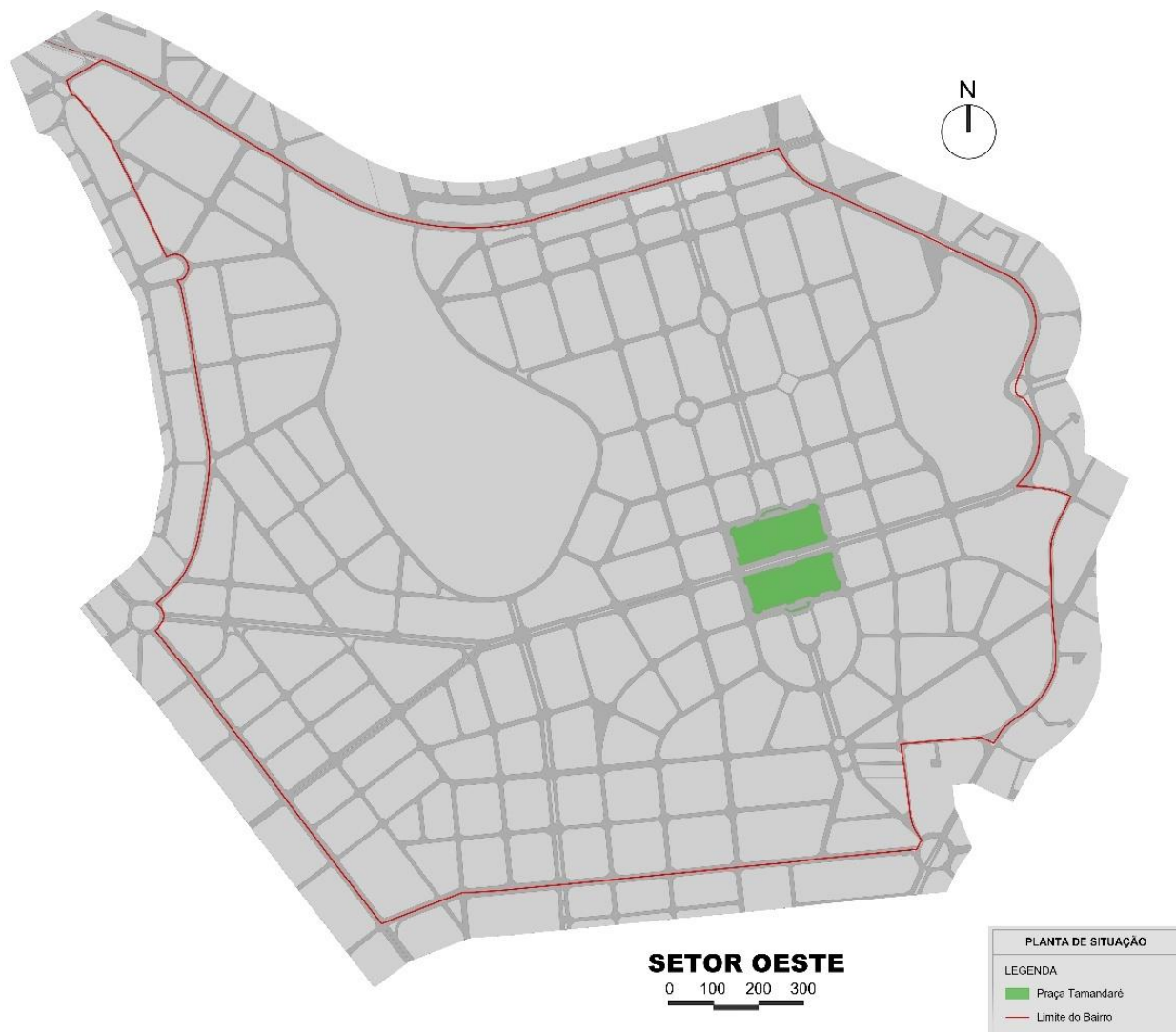
Atualmente, a praça apresenta um ambiente completamente distinto daquele do passado boêmio, mas permanece como espaço ativo e multifuncional. Durante o dia, é frequentada por pessoas que utilizam os serviços do Hospital de Queimaduras, bem como por clientes e trabalhadores dos diversos estabelecimentos comerciais e de serviços localizados nas imediações. Ao final da tarde, o fluxo de pessoas se intensifica, com a presença de moradores que se apropriam do espaço para o lazer, a contemplação e a socialização. Nesse período, observa-se a convivência de diferentes faixas etárias – crianças, adultos e idosos – o que reforça o caráter plural e acessível da praça.

Diante da variedade de praças existentes no Setor Oeste e das diferentes configurações que assumem, este trabalho volta-se para a análise de quatro espaços públicos de maior porte e importância no bairro, sendo estes: a Praça Tamandaré; a Praça do Sol, o Bosque dos Buritis; e o Parque Lago das Rosas. Serão apresentadas, a seguir, informações sobre a origem, inserção no traçado urbano, história e transformações ao longo do tempo, edifícios relevantes do entorno, configuração espacial bem como, de forma sintetizada, as dinâmicas urbanas.

3.1. As praças

3.1.1. Praça Tamandaré

Figura 37: Planta situando a Praça Tamandaré em relação ao bairro.



Fonte: Base cadastral de Goiânia. Intervenções da autora.

Localizada na área central do bairro, a Praça Almirante Tamandaré – popularmente conhecida apenas por Tamandaré – ocupa uma posição estratégica, no cruzamento das Avenidas Assis Chateaubriand e República do Líbano, importantes eixos viários de Goiânia, que ligam a região central da cidade à outras áreas. Seu perímetro é delimitado pelas Ruas 05, 10, 07 e 08, conforme mostra a planta de situação abaixo (Figura 38), compondo um importante espaço público inserido na malha urbana do bairro. A praça se destaca por sua centralidade, sua história e pelo papel que desempenha na configuração espacial e na dinâmica cotidiana da região.



Figura 38: Planta de Situação – Praça Tamandaré.
Fonte: Base cadastral de Goiânia. Intervenções da autora.

Conforme consta no projeto urbanístico de 1947 (Figura 39), já havia a previsão de um espaço destinado à implantação da praça, no entanto, sua configuração original apresenta um traçado distinto do que se observa atualmente. A disposição desenhada na planta de 1947, analisada nesta pesquisa, revela uma conformação mais aberta, que guarda semelhanças formais com a Praça Cívica – tanto pela presença de um espaço central amplo quanto pela presença aparente de um local para a instalação de um monumento. Embora não existam fontes documentais que confirmem essa intenção, a observação empírica do mapa permite inferir a existência de um espaço no centro da praça, circundado por canteiros arborizados nas extremidades. Essa organização espacial contrasta significativamente com a configuração atual da praça, conforme será analisado na sequência.



Figura 39: Plano Urbanístico de 1947, com destaque para a área destinada à Praça Tamandaré. Marcação em amarelo indica o traçado original da praça, conforme projeto urbanístico proposto pelos técnicos da Prefeitura de Goiânia. **Fonte:** Acervo Arquivo Histórico Estadual. Intervenções da autora.

A partir da análise de fotografias aéreas do Setor Oeste (Figura 40), é possível identificar que a ocupação do entorno da Praça Tamandaré teve início, prioritariamente, a partir da década de 1950, com destaque para a porção norte da Avenida Assis Chateaubriand (à direita). Desde as primeiras intervenções urbanísticas, observa-se o respeito aos limites previamente estabelecidos.



Figura 40: Vista aérea da década de 1950. Em amarelo, a demarcação de onde está situada a Praça Tamandaré atualmente. **Fonte:** Acervo Hélio de Oliveira Júnior. Foto: Hélio de Oliveira. Intervenções da autora

Tal ordenamento torna-se mais evidente nas imagens da década de 1960 (Figura 41), nas quais o desenho urbano já se apresenta claramente delimitado. Ressalta-se, ainda, que desde sua criação, a Praça Tamandaré foi atravessada pela Avenida Assis Chateaubriand, que serviu como um elemento estruturador de sua configuração espacial. Nota-se também que, em sua concepção e implantação, a praça apresentava traçado com contornos mais arredondados, com os cantos abaulados, os quais foram modificados na década de 1980, conforme projetos elaborados pela Prefeitura Municipal.

Figura 41: Vista aérea da década de 1960. Em amarelo, a demarcação de onde está situada a Praça Tamandaré atualmente.



Fonte: Acervo Hélio de Oliveira Júnior. Foto: Hélio de Oliveira. Intervenções da autora.

A fotografia de 1962 (Figura 42), conforme relato de Leandro Tex ao “Goiânia, ontem e hoje” (Perfil do Facebook), registra o próprio informante e seu pai. Segundo Tex, a imagem foi capturada no cruzamento da Rua 8 com a Rua 5, no Setor Oeste. À direita da imagem, é possível identificar a área correspondente à Praça Tamandaré, que, nesta época, ainda apresentava como um espaço não urbanizado, carente de infraestrutura e paisagismo. A cena registrada contribui para as evidências observadas nas fotos aéreas

do mesmo período, revelando a presença de construções espalhadas, intercaladas por lotes vagos, o que caracteriza um padrão de ocupação ainda incipiente e fragmentado, cenário que viria a se alterar em pouco tempo.

Figura 42: Fotografia da Praça Tamandaré, antiga Praça “E”, em 1962.



Fonte: Fotografia enviada por Leandro Tex e disponibilizada pela Página do Facebook: “Goiânia, ontem e hoje”, enviada por Leandro Tex. Autor Desconhecido. Disponível em: https://www.facebook.com/story.php?story_fbid=929475592728459&id=100069980796491&mibextid=wwXlfr&rdid=R5TnHBCLPuNSVjkd# Acesso em: 10 jun. 2025.

A Praça Tamandaré (antes denominada Praça “E”) foi finalmente inaugurada em 24 de outubro de 1972, consolidando-se como um espaço de relevância no cenário urbano de Goiânia e na história da cidade. Segundo reportagem publicada no jornal O Popular, em 1977, no referido ano a praça passou por um processo de transformação paisagística, que foi descrito como a implantação do primeiro “mini bosque” da cidade. Na ocasião, foram plantados “trezentos e quarenta e oito mudas, de um total de 1.207”, incluindo espécies nativas e ornamentais. A iniciativa foi posteriormente destacada como uma experiência de êxito. Uma imagem (Figura 43) publicada na edição de 30 de agosto de 1981 (O popular) apresenta a praça, já em fase de crescimento, enfatizando o êxito da proposta, com a legenda “uma experiência que deu certo”.

Figura 43: Praça Tamandaré no início da década de 1980.



Fonte: O Popular, 1981. Acervo SEPLAN de Goiânia.

Na década de 1970, o Setor Central perdeu parte do seu protagonismo urbano, dando lugar à valorização de outros bairros, o que contribuiu para o declínio e esvaziamento dos seus espaços públicos. Nesse contexto, o Setor Oeste, já urbanizado e consolidado como área de moradia de camadas médias e altas, passou a concentrar também importantes funções de lazer, destacando-se nesse cenário. Entre as décadas de 1970 e 1980, a Praça Tamandaré consolidou-se como um dos principais pontos de encontros da juventude goiana e um dos principais pontos de lazer noturno da cidade, assumindo papel relevante como espaço de sociabilidade. Atraindo um expressivo número de bares e restaurantes, o local passou a ser intensamente frequentado por pessoas que transitavam entre os espaços privados dos estabelecimentos e o espaço público da praça, conformando um circuito urbano ativo e dinâmico (Grande; Boaventura, 2015).

As interações ao redor da praça, especialmente em lanchonetes, bares e outros comércios, conferiam vitalidade ao espaço, que era ocupado de forma contínua por grupos de jovens que circulavam e permaneciam no local por longos períodos (Tavares, 2016, p. 90). Esses encontros na praça e bares no entorno, envolviam desde jovens mais ousados até personalidades intelectuais. Dom Quixote, Zero Bar, Sírius Chopp, Saloon eram alguns dos principais estabelecimentos que a juventude se encontrava. Havia também, diversos restaurantes, a exemplo a Churrascaria do Gaúcho, que atraía famílias

de toda capital.

Segundo dados do Instituto de Planejamento Municipal de Goiânia (IPLAN), no Projeto de Reurbanização da Praça Tamandaré (1988, p. 08), até o início dos anos 1980 nas proximidades da praça era predominantemente de baixa densidade e residencial, caracterizada principalmente por casas térreas e sobrados. A partir dessa década, observou-se o intenso processo de verticalização, seguido pela alteração de ocupação do solo, com uma série de atividades de comércio e de serviços sendo deslocados da área central para o entorno da Praça Tamandaré e dos principais corredores viários do Setor Oeste. No entorno desse local se concentrava a maior parte de empreendimentos localizados no Setor.

Segundo o Jornal Diário da Manhã (2005b), “para atender ao pedido de alguns jovens que faziam corrida de carros, o prefeito Manoel dos Reis mandou reforçar o asfalto das ruas que cercam a área verde”. Foi a partir daí que os praticantes de corrida de rua fizeram do local o novo *point* da cidade. Em sua disposição mais oval, era usada para os “rachas”, seja de moto ou carro. Muitas jovens participavam dessas corridas seminuas, utilizando camisetas para acenar aos que assistiam.

Figura 44: A Praça Tamandaré também era conhecida pelos rachas automotivos, que atraíam grande público.



Fonte: Acervo de Carlos William/ Reprodução A Redação, 2022. Acervo SEPLAN.

Outra matéria também publicada pelo Diário da Manhã (2005a, s.p.), relata que:

A tradição de competições já vinha de uma década atrás, quando o famoso Jôquei Clube organizava corridas de cavalo na Avenida Assis Chateaubriand. Nesta época, a praça não passava de um imenso campo, onde eram armadas tendas de circo e parques de diversões.

POINT DE RACHAS E DESFILÉ DE JOVENS

Ponto de encontro durante as décadas de 70 e 80, Praça Tamandaré concentrava bares que animavam vida boêmia

Figura 45: Manchete de jornal sobre Praça Tamandaré como um dos principais pontos de encontros da juventude das décadas de 1970 e 1980. **Fonte:** Diário da Manhã, 2005b. Acervo SEPLAN de Goiânia.

A Praça Tamandaré consistia em um dos principais pontos de encontro e com grande concentração de tráfego em Goiânia, constituindo-se, na década de 1980, como um dos locais de maior incidência de acidentes automobilísticos e ocorrências policiais. Segundo apresentado no Memorial do Projeto desenvolvido pelo Instituto de Planejamento Municipal de Goiânia (IPLAN) para a Reurbanização da Praça Tamandaré (1988, p. 04):

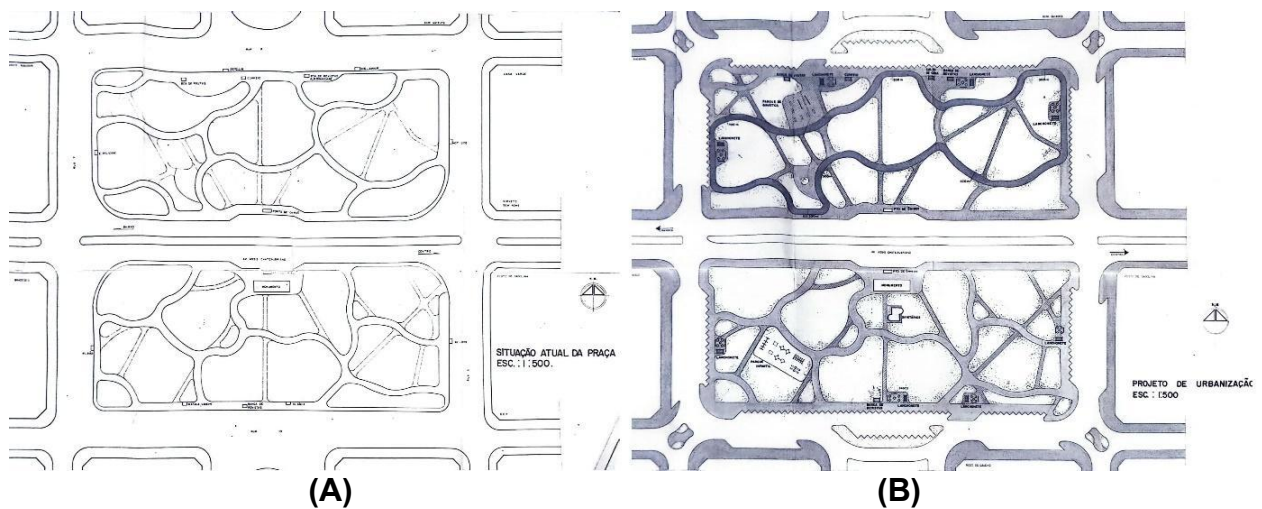
Isto ocorre porque no passado a praça já foi utilizada – oficialmente – para corridas de automóveis, e esse fato gerou uma certa tradição aos fins de semana [...] – tanto nos períodos noturnos como diurnos – os chamados “rachas”, que nada mais são do que corridas de automóveis. Além dessas corridas são presenciados também na praça manobras muito perigosas do tipo “cavalo de pau”. Essas corridas e essas manobras tem causado uma série interminável de acidentes, muitos com vítimas fatais.

Com o passar do tempo, assim como o bairro, a praça perdeu seu protagonismo. Goiânia cresceu, o Setor Oeste tornou-se mais movimentado e as corridas de rua foram proibidas. Além disso, a Praça passou por transformações que alteraram de maneira significativa o seu formato. O projeto idealizado pelo IPLAN, visava a mudança no traçado arquitetônico da Praça. Esta foi a solução encontrada pela Prefeitura para acabar com os rachas que se tornaram tradição no local. Segundo matéria publicada na Gazeta do Povo:

Acionado para viabilizar um projeto que trouxesse tranquilidade à praça, o IPLAN convidou as entidades interessadas e junto discutiram o problema e as possíveis soluções. Descartou-se a sugestão de quebra-molas, simples, mas ineficaz (e até nociva), e a ocupação de um lado da pista com estacionamento. A melhor opção, para os técnicos do IPLAN, foi transformada no projeto que vai urbanizar toda a praça, aproveitando-se a estrutura já existente. O “mar de asfalto” será reduzido, [...] com a implantação de estacionamento em escamas, nos dois lados da pista (que terá 10,30 metros de largura [...]) e a construção de ilhotas, nos cantos, impossibilitando as rodadas dos cavalos de pau. A velocidade deverá cair de 80km para menos de 50km/hora (Gazeta do Povo, 1988).

As mudanças também objetivaram transformar a praça em um recanto de lazer, oferecendo opções esportivas e de diversão ao público, como playground, pista de cooper, parque infantil e ginástica (Diário da Manhã, 1988). Os usos do entorno também alteraram. A partir dessa intervenção, a Praça Tamandaré tornou-se um importante centro comercial de Goiânia, concentrando desde farmácias, supermercados, serviços bancários, produtos automotivos até lanchonetes e restaurantes.

Figura 46: Projeto de Reurbanização da Praça Tamandaré. Levantamento da Praça Tamandaré, anterior às modificações propostas pelo Iplan (A). Projeto de modificação no traçado arquitetônico da Praça Tamandaré (B).



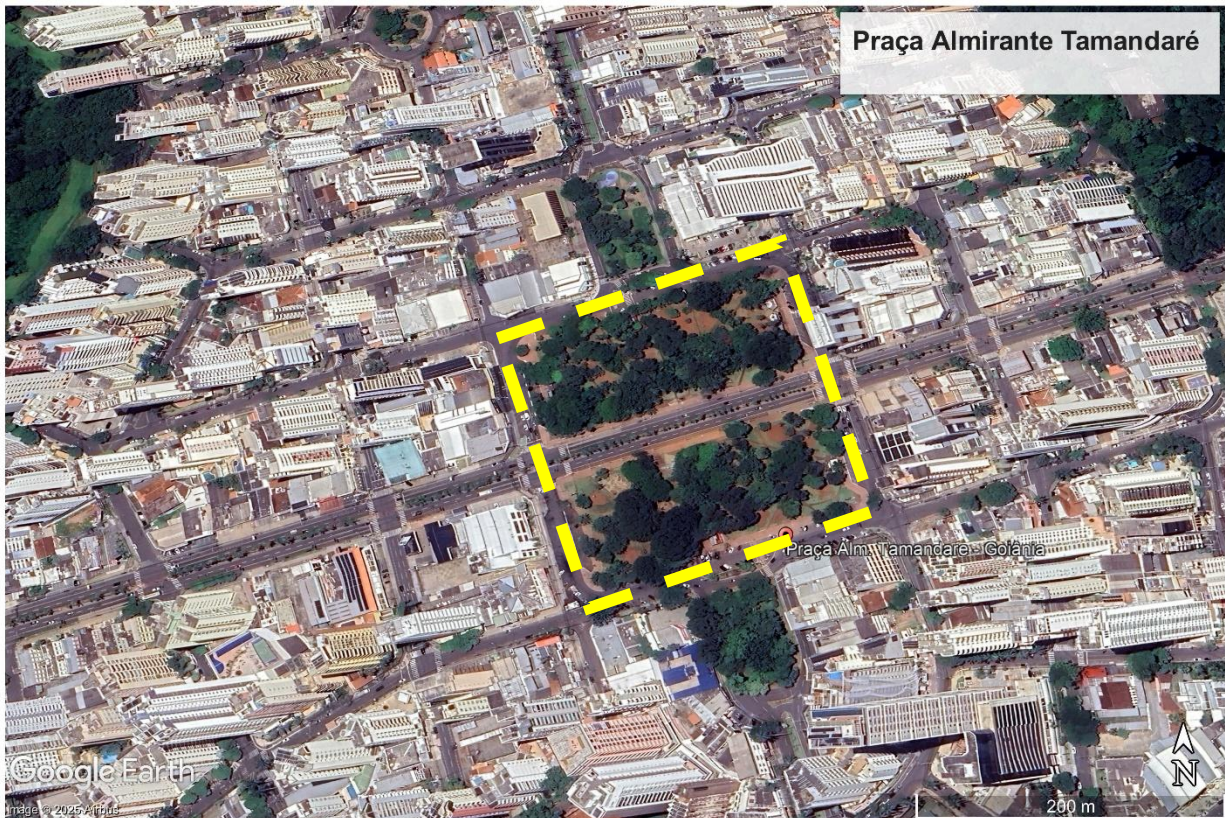
Fonte: Acervo SEPLAN de Goiânia.

A praça esteve, até o início da década de 1980, inserida em um tecido urbano predominantemente residencial e de baixa densidade, conforme dados do Instituto de Planejamento Municipal de Goiânia (IPLAN) apresentados no Projetos de Reurbanização da Praça Tamandaré (1988, p. 08). A partir desse período, contudo, verificou-se um processo intenso de verticalização, acompanhado por significativas transformações no uso e ocupação do solo. Diversas atividades comerciais e serviços passaram a se deslocar do Setor Central para o entorno da praça e para os principais eixos viários do Setor Oeste. Como resultado, essa região, passou a concentrar maior parte dos novos empreendimentos implantados no bairro, refletindo uma dinâmica de reconfiguração urbana imobiliária em curso.

Na imagem apresentada (Figura 47), observa-se, ao centro, a Praça Tamandaré, que se prolonga, ao norte, pela Praça do Estado da Palestina, e a sul pela Praça Gibran Khalil Gibran. A Praça do Estado da Palestina abriga um monumento construído em 1990 com participação de representantes da comunidade árabe-palestina, em homenagem às

milhares de vítimas do genocídio palestino. Atualmente, a referida praça também conta com um Playground, o que a transforma em um espaço de convivência e lazer, frequentado por famílias de diferentes áreas do bairro. Já a Praça Gibran Khalil Gibran foi inaugurada em 22 de novembro de 2000, como uma homenagem da comunidade Líbano-brasileira de Goiás ao pensador, filósofo e escritor.

Figura 47: Mapa atual do Setor Oeste com a delimitação da Praça Almirante Tamandaré, em amarelo.



Fonte: Google Earth (2025). Intervenções da autora.

Atualmente, os usos predominantes das bordas da Praça Tamandaré (Figura 48) são compostos, majoritariamente, por comércios e serviços, conforme evidenciado no mapa de usos e ocupações. Destaca-se a presença de bancos, clínicas, supermercados, serviços automotivos, edifícios multifuncionais e mistos. Nas quadras lindeiras, observa-se uma maior incidência de edifícios residenciais, além de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. Nota-se que os usos comerciais e de serviços tendem a se concentrar nas avenidas de maior fluxo viário, com destaque para a Avenida República do Líbano e Avenida Assis Chateaubriand.

Figura 48: Mapa de Usos e Ocupações – Praça Tamandaré.



Fonte: Base cadastral de Goiânia. Intervenções da autora.

A praça também sedia feiras regulares e eventos sazonais, que atraem famílias. A área é conhecida por abrigar aos sábados à tarde a Feira da Lua. Com mais de 1200 bancas, essa tradicional feira goianiense ocupa a praça com bancas de todos os tipos, oferecendo opções de gastronomia, moda, artesanato, entre outros produtos, movimentando e atraindo pessoas à região (Borges, 2013).

De acordo com Borges (2013), a feira atrai frequentadores com boas condições financeiras, o que se deve à sua localização em um dos bairros mais centrais e nobres de Goiânia. Apesar de sua localização privilegiada, com alta distribuição e vizinhança de moradores da classe média alta, a feira não enfrentou pressão para ser limitada ou

descontinuada, pelo contrário, observa-se o crescente número de visitantes (Borges, 2013, p. 108).

A feira não só contribui para o fortalecimento da identidade cultural local, mas também é um ponto de encontro entre diferentes classes sociais e um espaço de comercialização de produtos e experiências culturais. A praça também recebe mensalmente, aos domingos, a Feira de Antiguidades, bem como uma das mais tradicionais decorações de Natal da capital. São várias atrações, como a enorme árvore de Natal e o famoso túnel de luzes, que é montado por cima da Avenida Assis Chateaubriand. A praça também sedia feiras regulares, eventos sazonais e manifestações, atraindo um público variado.

Devido à sua localização entre eixos viários de grande fluxo – classificados como Arteriais de 2º categoria, conforme a Lei Complementar nº 349, de 4 de março de 2022 –, a Praça Tamandaré apresenta limitações quanto à regularidade do fluxo interno de pedestres. Durante a semana, o espaço é predominantemente utilizado por usuários dos bancos, edifícios multifuncionais, comércios e serviços do entorno, especialmente nos horários de entrada e saída do trabalho. Nestes períodos, a praça funciona como rota de passagem para pedestres que buscam atravessar ou acessar os pontos de ônibus localizados na Avenida Assis Chateaubriand.

A dinâmica de uso se altera aos fins de semana. Aos sábados, a circulação de veículos nas vias que contornam a praça é interdita para a instalação das barracas Feira da Lua, o que contribui para o aumento significativo do número de usuários, incluindo visitantes provenientes de outros bairros e de outras cidades. Já aos domingos, observa-se uma redução no fluxo de pessoas, predominando a presença de moradores da região que utilizam o espaço para lazer, caminhadas com animais de estimação e para usufruir das áreas verdes e sombreadas da praça, porém em menor escala, se comparado a quantidade de usuários de outras praças e parques do bairro.

A partir da análise do mapa de gabarito (Figura 49), observa-se que as construções localizadas no entorno da Praça Tamandaré apresentam, em sua maioria, um perfil edílico de baixa altura, com predomínio de edificações de até dois pavimentos. Esse padrão construtivo é característico das primeiras fases de ocupação da área. No entanto, destaca-se a presença de edificações mais recentes que contrastam com esse perfil, apresentando maior número de pavimentos, a exemplo do Edifício The Prime – Tamandaré Office, e do Edifício Palácio de Prata. Esses empreendimentos sinalizam um processo de verticalização seletiva nas imediações da praça. Assim, observa-se uma

reconfiguração morfológica progressiva em seu entorno, caracterizada por um processo de coexistência entre permanências e transformações.

À medida que os usos do solo passam a assumir predominantemente a função residencial, observa-se também a alteração significativa no gabarito das edificações. As construções de baixa altura cedem espaço a torres com múltiplos pavimentos, refletindo um processo de verticalização e adensamento. A altura das edificações, por sua vez, pode ser interpretada – de forma empírica – como um indicativo do período de sua construção, considerando os diferentes contextos e cenários.

Figura 49: Mapa de Gabarito de Alturas – Praça Tamandaré.



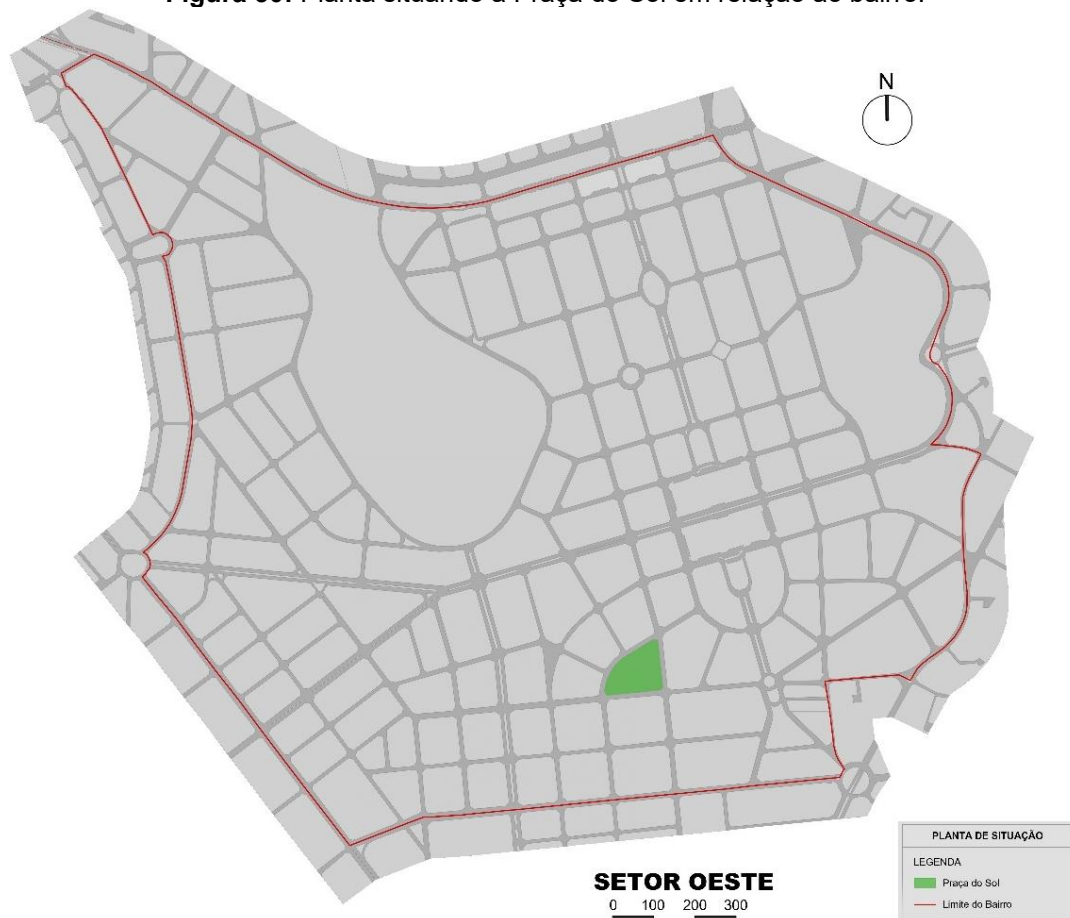
Fonte: Base cadastral de Goiânia. Intervenções da autora.

Considerando os recortes de jornais e imagens, percebe-se que a praça em estudo apresenta várias camadas de diferentes épocas e carga histórica, cada qual com sua representatividade. A praça está viva e continua gerando memórias afetivas que nutrem sua identidade urbana. Ela é um espaço dinâmico que vem sendo reinventado continuamente, mantendo sua essência original e significado ao longo dos anos, como o fato de manter-se como praça-bosque, proposta em 1977. Ao longo desses anos, a praça tornou-se um importante espaço de memória da cidade de Goiânia devido sua vitalidade e continua impactando e gerando memórias.

3.1.2. Praça do Sol

A Praça do Sol está situada no cruzamento da Rua 9, Rua 13 e Rua João de Abreu, em uma área estratégica do bairro. A Rua 9, classificada como via Arterial de 2º categoria – conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 349, de 04 de março de 2022 –, contorna parte da praça e garante a ela forte conexão com o sistema viário da cidade.

Figura 50: Planta situando a Praça do Sol em relação ao bairro.



Fonte: Base cadastral de Goiânia. Intervenções da autora.

Figura 51: Planta de Situação – Praça do Sol.



Fonte: Base cadastral de Goiânia. Intervenções da autora.

O entorno imediato apresenta uma diversidade de usos, com a presença de edifícios residenciais, comércios, serviços, estabelecimentos gastronômicos, compondo um tecido urbano diverso e multifuncional. Nesse contexto, a Praça do Sol destaca-se não apenas como um elemento estruturador da malha urbana, mas também como um espaço de convivência que reflete as transformações socioespaciais em curso no Setor Oeste.

A Praça do Sol está presente no Plano Urbanístico, elaborado em 1947 (Figura 52) pelos projetistas José Neddermeyer e Jorge Félix. A planta do bairro, já indicava a praça em sua conformação atual, integrando-se ao traçado urbano proposto, que refletia os princípios do urbanismo moderno. No entanto, assim como outras porções do bairro mais afastadas da área central de Goiânia, a região onde se localiza a praça permaneceu sem ocupação efetiva por mais de duas décadas. Foi apenas a partir da década de 1970 que essa área passou a ser progressivamente urbanizada e ocupada, coincidindo com o adensamento do Setor Oeste como um todo, como pode-se perceber através da imagem de 1975 (Figura 53).



Figura 52: Plano Urbanístico de 1947, com destaque para a área destinada à Praça do Sol. Marcação em amarelo indica o traçado original da praça, conforme projeto urbanístico proposto pelos técnicos da Prefeitura de Goiânia.

Fonte: Acervo Arquivo Histórico Estadual. Intervenções da autora.

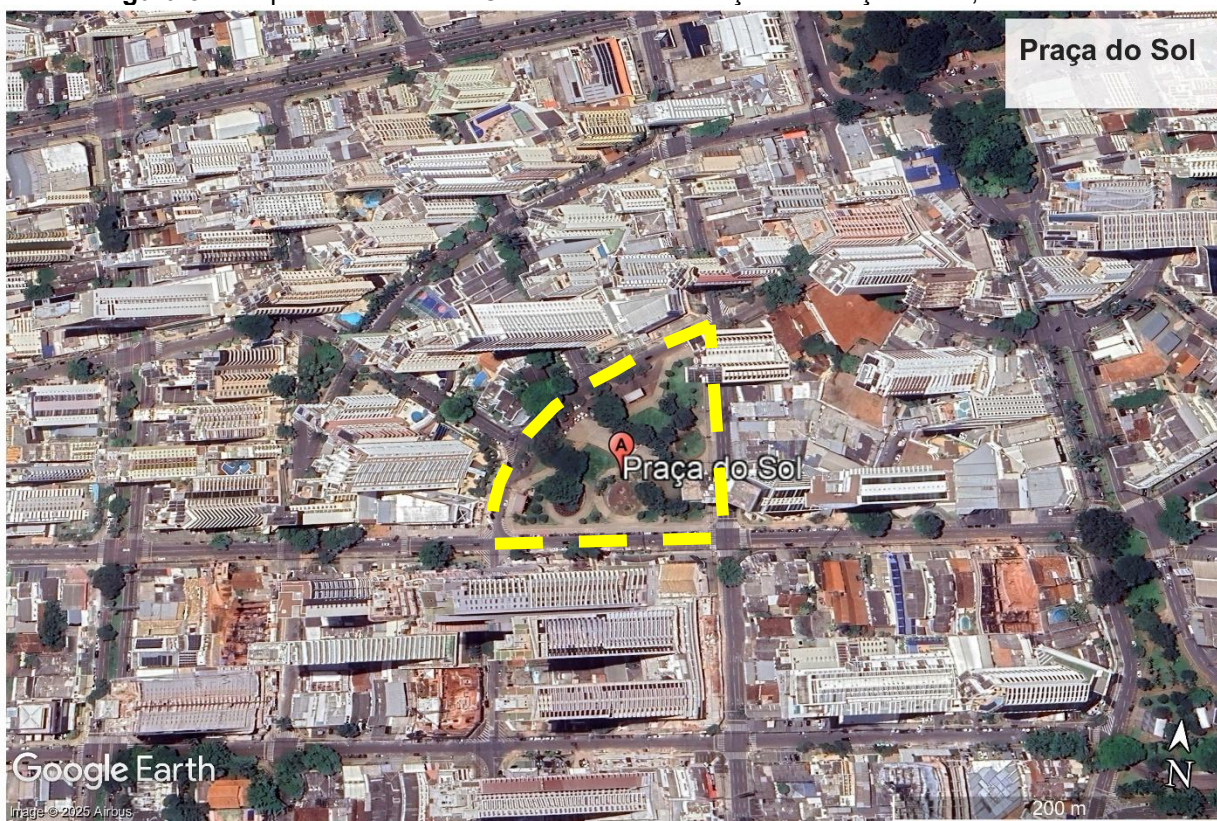
As primeiras imagens aéreas que registram a presença da praça e seu entorno datam do início dos anos 1970, período em que se observa o início da ocupação porção à sul da Avenida Assis Chateaubriand. Nesse momento, o traçado da praça já havia sido respeitado conforme o desenho original dos arquitetos, revelando a fidelidade à proposta urbana inicial. Em imagem aérea de 1975 (Figura 53), constata-se que a praça já se encontrava urbanizada, com calçamento e presença de vegetação, demonstrando o avanço do processo de consolidação do espaço público.



Figura 53: Vista aérea de 1975. Em amarelo, a demarcação da Praça do Sol. **Fonte:** Acervo SEPLAN. Intervenções da autora.

Desde sua inauguração, a Praça da Sol passou por inúmeras intervenções de revitalização do espaço, sendo a mais significativa realizada em 2016. Nesta ocasião, a Prefeitura de Goiânia promoveu uma ampla revitalização do espaço, com o apoio financeiro das construtoras responsáveis pelos empreendimentos imobiliários em desenvolvimento no entorno da praça. Posteriormente, em 2019, a praça foi inserida no programa municipal “Adote uma Praça”, por meio do qual a gestão da manutenção estrutural e paisagística foi transferida para a Associação dos Moradores da Praça do Sol e Adjacências (Apsol).

Figura 54: Mapa atual do Setor Oeste com a delimitação da Praça do Sol, em amarelo.



Fonte: Google Earth (2025). Intervenções da autora.

Atualmente, o espaço conta com mais de 12 mil metros quadrados de área livre, configurando-se como um equipamento multifuncional. Entre os elementos que compõem sua estrutura, destacam-se: um anfiteatro com arquibancadas de alvenaria, playground com brinquedos acessíveis, academia ao ar livre, área destinada à animais de estimação, trechos urbanizados que favorecem a prática de caminhadas e corridas, bem como, a instalação de um grande letreiro que diz “Eu amo Goiânia” (Figura 55) – muito procurado por goianienses e turistas –, tornando-se, assim, um espaço de lazer e convivência e para moradores e visitantes.

Figura 55: Letreiro, situado na Praça do Sol.



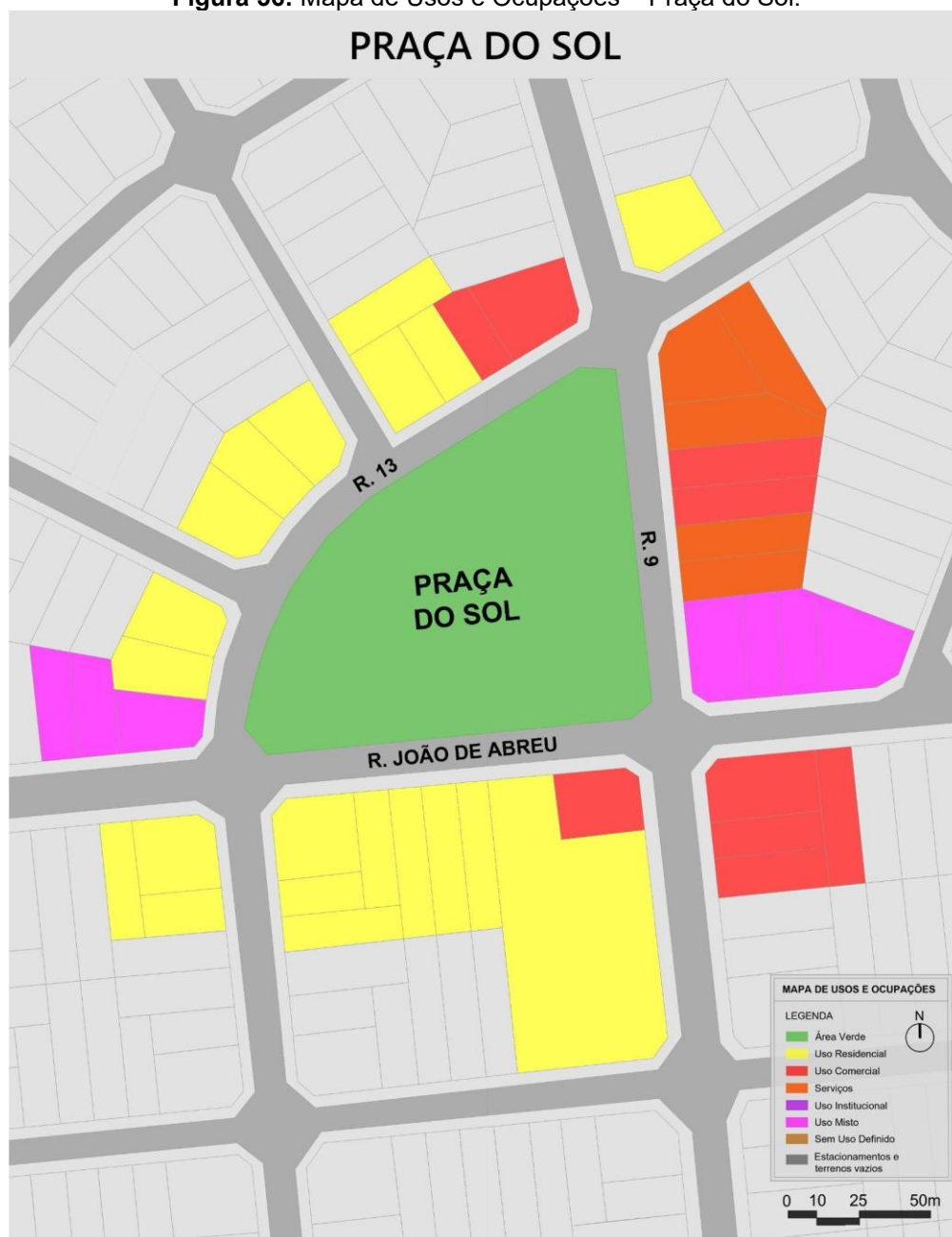
Fonte: Autora, 2025.

As edificações do entorno, num primeiro momento, eram esparsas e compostas majoritariamente por residências unifamiliares em lotes amplos, refletindo uma ocupação de baixa densidade. Segundo Fernandes (2016), ao longo das décadas houve um aumento da concentração da população de classe média/alta no bairro, que passou a ser ocupado por residências e condomínios luxuosos, associados à ideia de qualidade de vida e consciência ecológica.

A região do entorno da Praça do Sol teve sua ocupação intensificada após a década de 1970. O fato de essa porção do Setor Oeste ter passado por um processo de verticalização mais tardio, em relação a outras áreas do bairro, contribuiu diretamente para a preservação desse padrão de ocupação por muitas décadas, com edificações espaçosas inseridas em áreas arborizadas e valorizadas.

A partir de 2010, o entorno da Praça do Sol iniciou um processo significativo de transformação urbana. Terrenos anteriormente ocupados por residências unifamiliares de alto padrão, começaram a ser substituídas por novos empreendimentos voltados ao uso misto, evidenciando uma mudança no perfil de ocupação da área. Edificações multifuncionais como o Edifício Aton e o Edifício Euro Working Concept (localizados na Rua João de Abreu), exemplificam essa nova dinâmica, abrigando uma diversidade de atividades, tais como restaurantes, comércios, clínicas, escritórios, cartórios, entre outros (Figura 56).

Figura 56: Mapa de Usos e Ocupações – Praça do Sol.

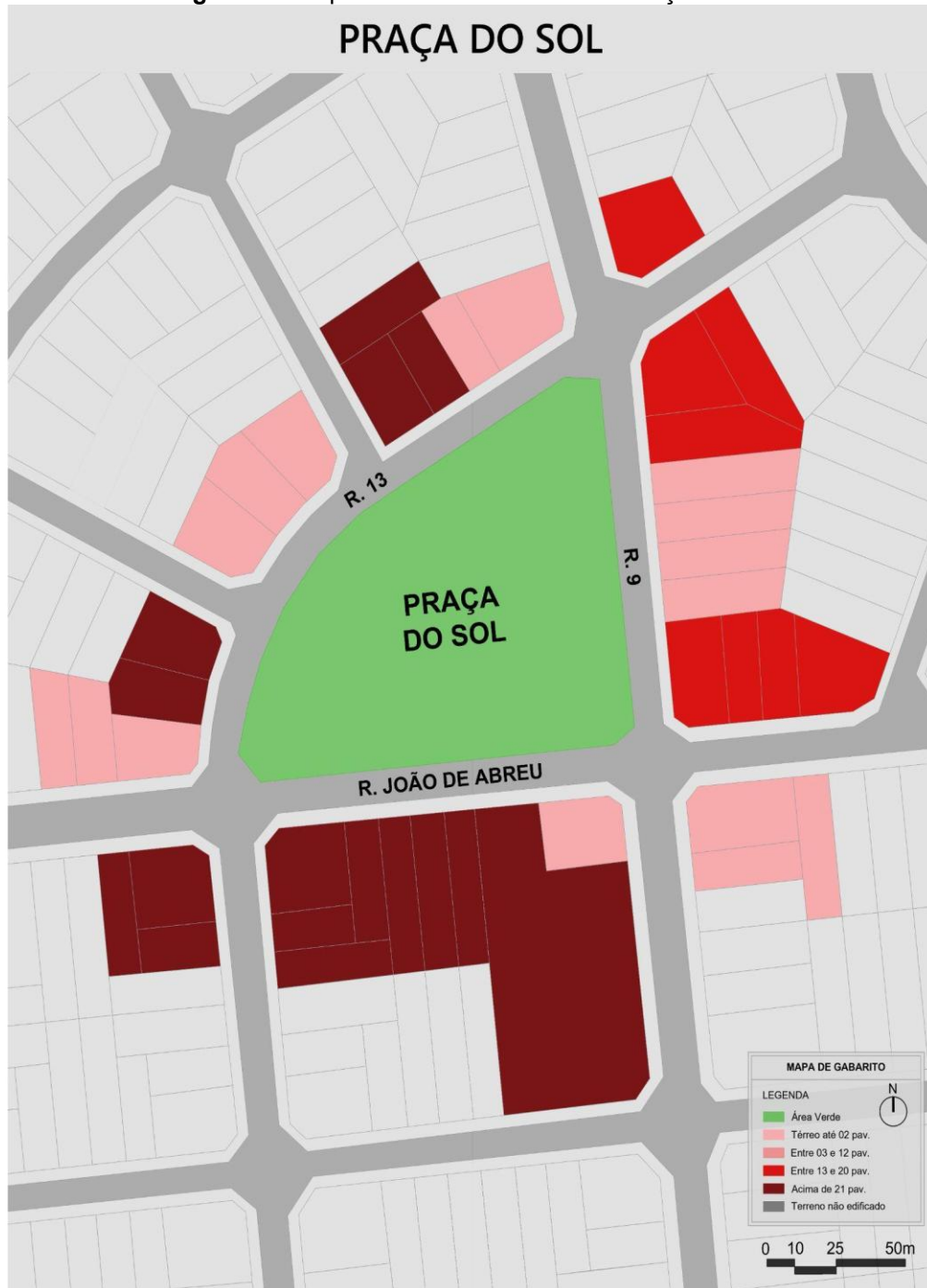


Fonte: Base cadastral de Goiânia. Intervenções da autora.

Essa transição de uso, predominantemente residencial para o uso misto e serviços, tem intensificado o interesse do setor imobiliário na região. Como reflexo desse processo, a praça do Sol e seu entorno tornaram-se áreas valorizadas e estratégicas para a construção de empreendimentos de alto padrão imobiliário. Na última década, foram lançados mais de dezesseis novos empreendimentos residenciais na região, com unidades cujas plantas variam entre 135m² e 445m², evidenciado o direcionamento do mercado imobiliário do mercado para um público de alta renda e intensificação do processo de verticalização tardia nesta porção do Setor Oeste.

A partir da análise do mapa de gabarito do entorno da praça (Figura 57), é possível identificar com clareza a dinâmica de verticalização do Setor Oeste. A porção norte foi a primeira a ser ocupada e verticalizada, concentrando edificações que alcançam até 20 pavimentos. Em contraste, a região a sul da praça – e, de forma mais ampla, do próprio bairro – apresentava, inicialmente um perfil construtivo mais baixo, predominantemente composto por edificações térreas ou de até dois pavimentos.

Figura 57: Mapa de Gabarito de Altura – Praça do Sol.



Fonte: Base cadastral de Goiânia. Intervenções da autora.

No entanto, essa configuração tem se transformado de maneira significativa nas últimas décadas, com a substituição gradual das residências unifamiliares por torres de alto padrão, muitas das quais ultrapassam os 30 pavimentos, evidenciando um processo acelerado de adensamento vertical e reconfiguração do *skyline* da região (Figura 58).

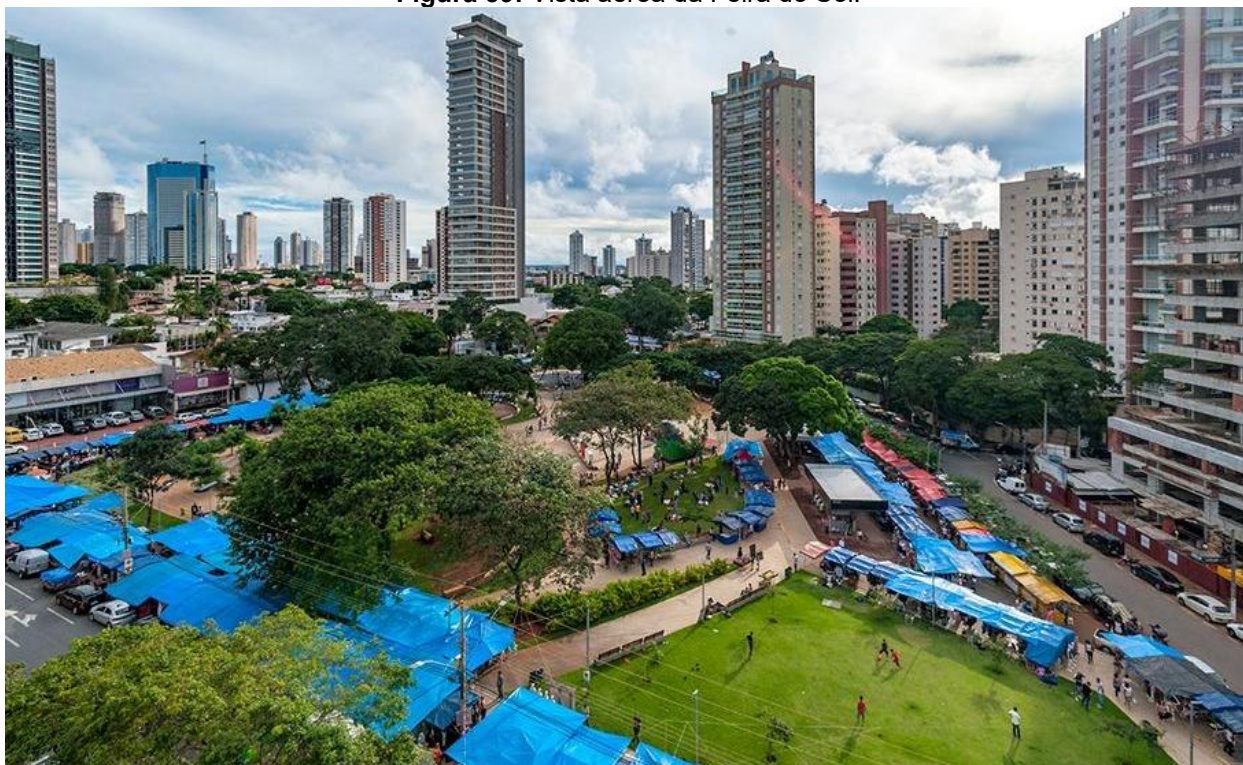
Figura 58: Edifícios do entorno da Praça do Sol.



Fonte: Autora, 2025.

A praça destaca-se também por sediar, aos domingos à tarde, a tradicional Feira do Sol (Figura 59), evento que atrai tanto moradores do Setor Oeste quanto visitantes oriundos de outros bairros e até cidades vizinhas. Instituída em abril de 1991 pela Secretaria Municipal de Turismo, a feira teve início sob denominação de “Feira do Doce, do Mel e da Natureza”, com o objetivo de fomentar o comércio de produtos naturais e artesanais de produtores goianienses.

Figura 59: Vista aérea da Feira do Sol.



Fonte: ArchDaily. Disponível em: < <https://www.archdaily.com.br/br/930599/goiania-a-metropole-brasileira-que-esta-resolvendo-o-deficit-habitacional>>. Acesso em: 08 de novembro de 2024.

Ao longo dos anos, ampliou a diversidade de produtos e consolidou-se como um espaço multifuncional de lazer e economia informal. Atualmente, conta com barracas de alimentos, vestuário, antiguidades, artesanatos e, ainda, a comercialização de filhotes de cães. A feira permanece há décadas como um ponto atrativo de comercialização, lazer e programa de muitas famílias.

Ao longo da semana, a Praça do Sol é majoritariamente frequentada por usuários dos comércios, restaurantes, prestadores de serviços e edifícios localizados em seu entorno, sendo utilizada como um espaço de passagem, descanso e sociabilidade cotidiana. No período noturno, a praça também se destaca como ponto de encontro juvenil e gastronômico, sendo conhecida pelos tradicionais *pit dogs*, que permanecem como uma das principais atrações da praça neste horário.

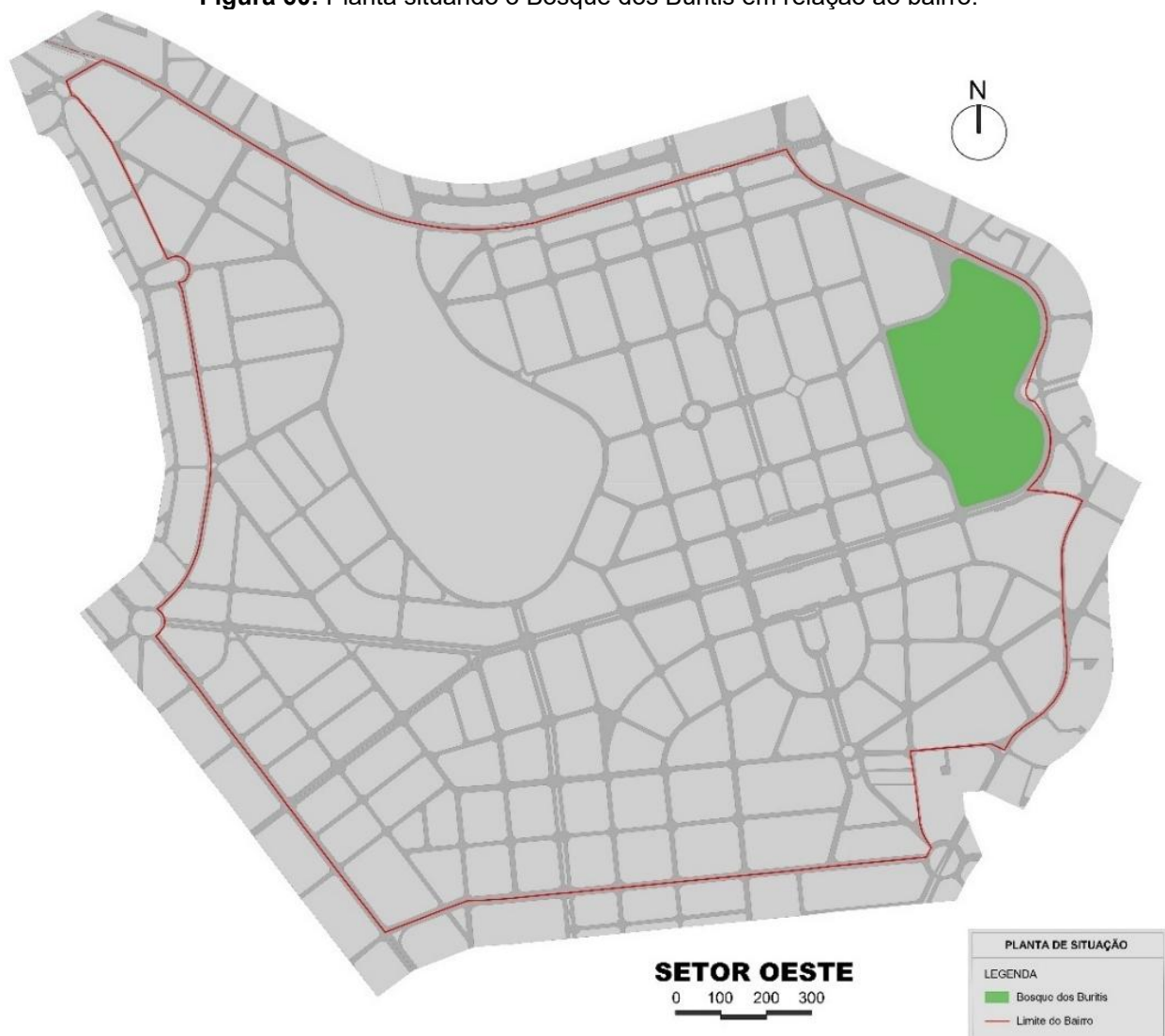
Aos finais de semana, no entanto, observa-se uma intensificação do fluxo de pessoas, com variações no perfil dos frequentadores. Aos sábados, a presença predominante é de moradores da vizinhança, que utilizam o espaço para lazer e convivência. Já aos domingos, o movimento aumenta consideravelmente, com a presença de visitantes provenientes de outras regiões da cidade, atraídos, sobretudo, pela realização da Feira do Sol.

3.2. Os parques

3.2.1. Bosque dos Buritis

Localizado na região central de Goiânia, no Setor Oeste, o Bosque dos Buritis é delimitado pelas Alamedas dos Buritis, Rua 1 e Rua 29. Inserido no traçado do Plano Original da nova capital, elaborado no início da década de 1930, o bosque configura-se como o mais antigo patrimônio paisagístico da cidade, integrado desde os primeiros momentos à proposta urbanística modernista que orientou o planejamento de Goiânia. Sua posição estratégica e privilegiada, em uma região central, conferiu-lhe um papel de destaque no processo de ocupação urbana. Como resultado, foi o primeiro parque a ter seu entorno completamente adensado e, logo em seguida, verticalizado.

Figura 60: Planta situando o Bosque dos Buritis em relação ao bairro.



Fonte: Base cadastral de Goiânia. Intervenções da autora.

Figura 61: Planta de Situação – Bosque dos Buritis.

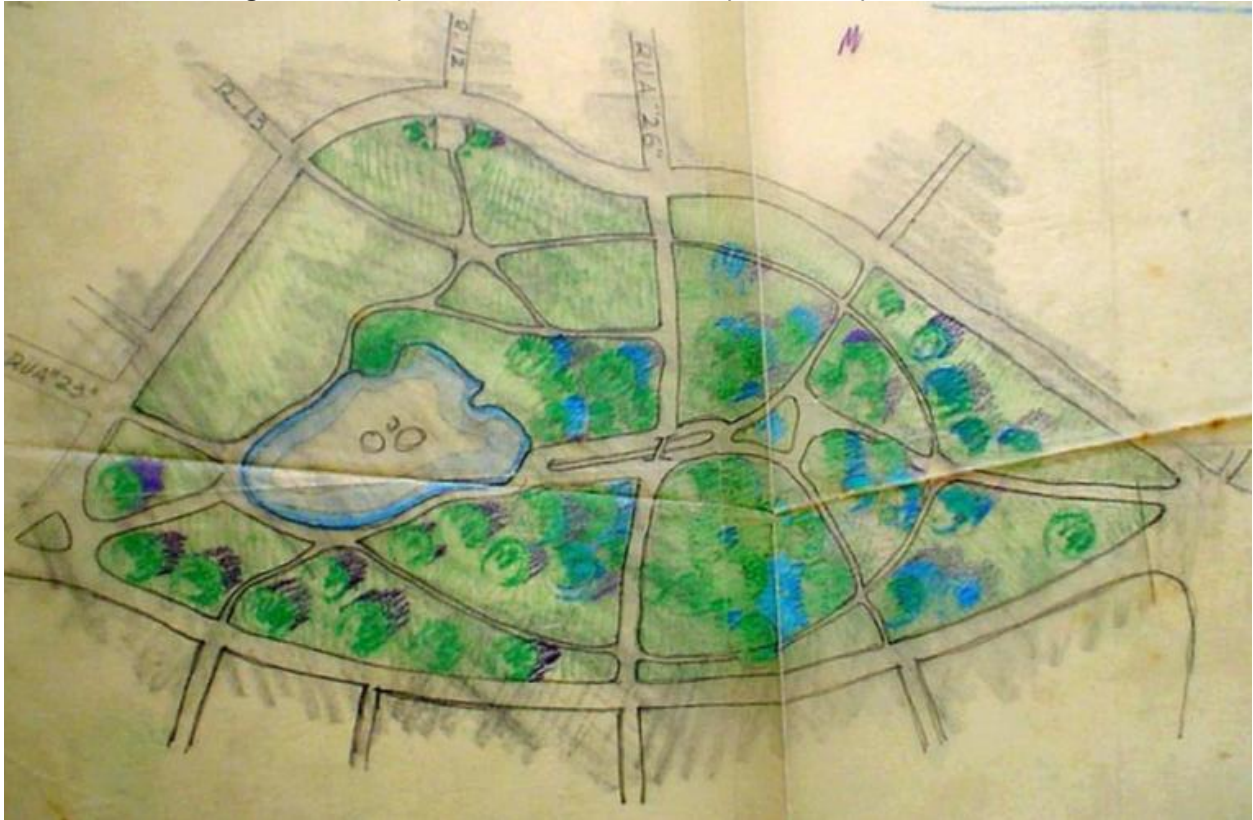


Fonte: Base cadastral de Goiânia. Intervenções da autora.

Conforme destaca o CAU-GO (2013b), registros históricos levantados em 2005, durante a elaboração do Plano de Manejo do Bosque dos Buritis, indicam que o urbanista Atílio Corrêa Lima mencionou o espaço na descrição de seu projeto. Sua proposta previa a conservação do buritizal localizado na extremidade da Rua 26 – atualmente Rua Dona Gercina Borges Teixeira – transformando-o em um parque. Para tanto, seria necessária a drenagem adequada da área, conduzindo as águas para o *talweg* por meio de um canal aberto, possibilitando a criação de pequenos lagos ornamentais. Além disso, o planejamento determinava a formação de um parque linear ao longo do *talweg*, com largura mínima de 50 metros para cada lado, seguindo o conceito norte-americano de “*parkway*”.

Segundo Diniz (2007), Corrêa Lima projetou o parque nos “moldes clássicos”, com passeios, lagos, pontes e cascatas (Figura 62). O parque destinava-se a preservar a área de nascente do córrego.

Figura 62: Proposta de Atílio Corrêa Lima para o Parque dos Buritis.



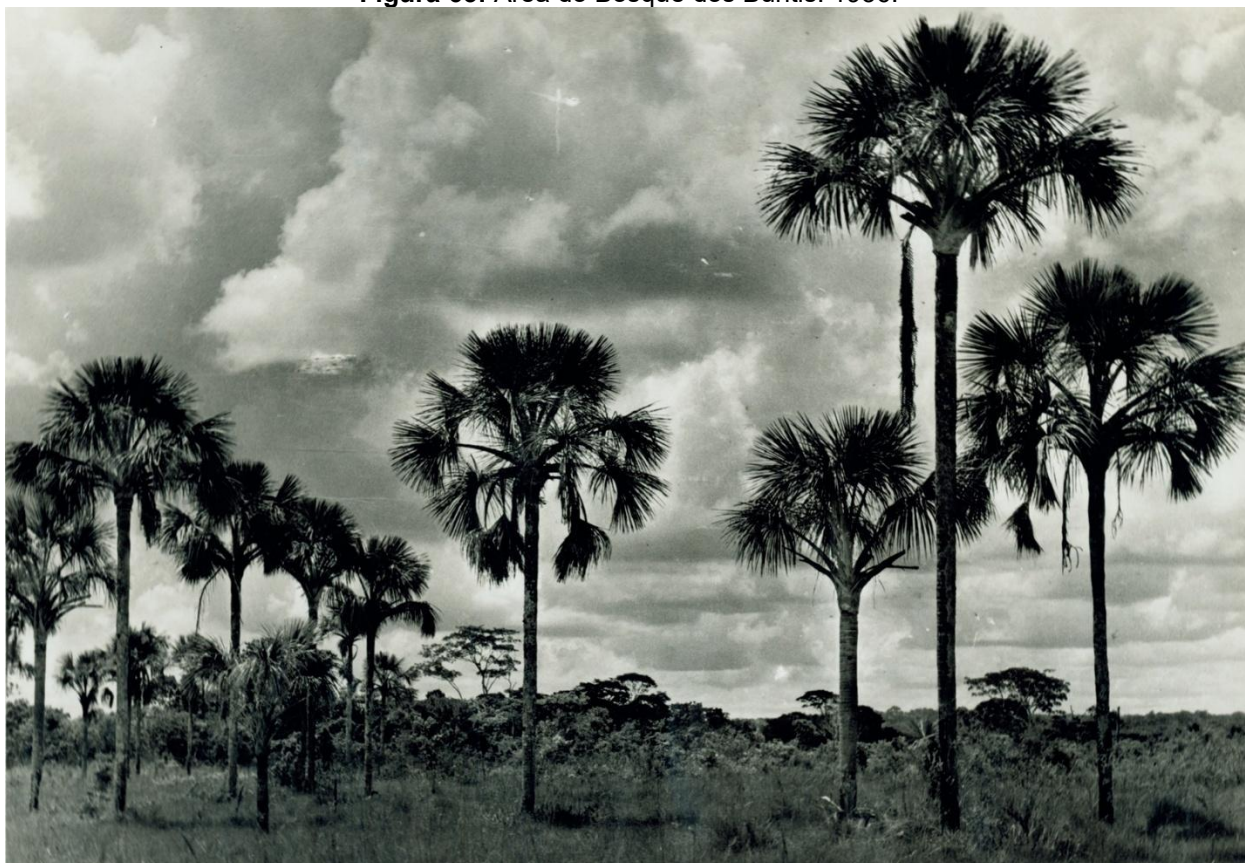
Fonte: Diniz (2007).

Atílio apresenta uma breve descrição do parque:

[..] localizado na extremidade da rua 26, será transformado em pequeno parque. Para isso será necessário drená-lo convenientemente, conduzindo as águas pelo *talweg*, em canal descoberto, tirando partido dêste para os efeitos de pequenos lagos decorativos. Êste parque que denominamos dos Buritis se estenderá por faixa ao longo do *talweg* e medirá 50 metros para cada lado deste, no mínimo. Formando o que os americanos denominam *park-way* (Corrêa Lima, 1942a).

De acordo com o Decreto-Lei n° 90-A, de 30 de julho de 1938, que aprovou os planos para os setores Central, Norte, Sul e Oeste, assim como para a cidade satélite Campinas, o Parque dos Buritis foi designado como um espaço livre e inalienável. Dessa forma, a área poderia não ter seu uso alterado, devendo manter sua função original como espaço de lazer e preservação ambiental, com a classificação do Parque Ecológico (CAU-GO, 2013b).

Figura 63: Área do Bosque dos Buritis. 1936.



Fonte: Acervo MIS|GO. Foto: Alois Feichtenberger.

Ainda segundo o Plano de Manejo do Bosque dos Buritis (2005), o processo de descaracterização da área teve início com a ocupação da cidade no final da década de 1930, intensificando-se nos anos 1940, quando parte do território original foi cedida pelo Governo do Estado para a construção dos colégios Ateneu Dom Bosco e Externato São José, resultando na redução significativa da área do bosque (CAU-GO, 2013b).

A análise do Plano Urbanístico de 1947 (Figura 64) permite observar a configuração proposta pelos arquitetos da Prefeitura de Goiânia já delineava, de forma bastante próxima, a conformação atual do espaço urbano. O perímetro destinado ao Bosque dos Buritis, bem como as áreas reservadas para os equipamentos institucionais, como o Colégio Ateneu Dom Bosco, o Palácio da Justiça e o Externato São José, já se encontravam demarcados.

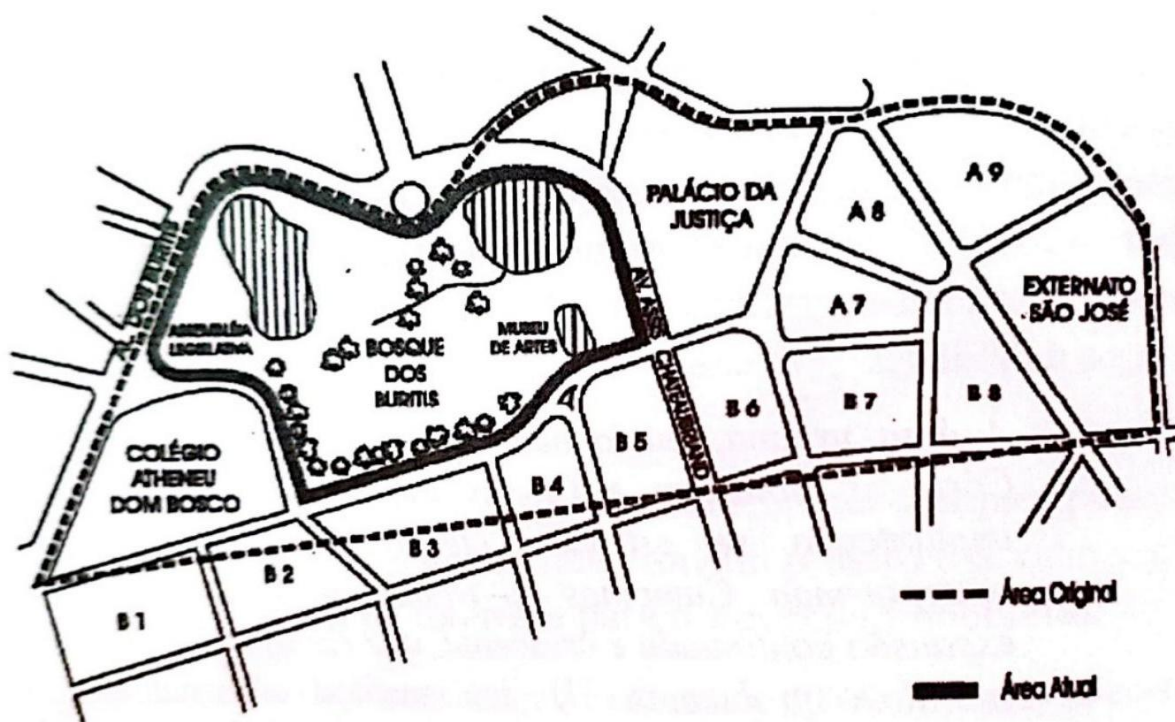


Figura 64: Plano Urbanístico de 1947, com destaque para a área destinada ao Bosque dos Buritis. Marcação em amarelo indica o traçado original do Bosque, conforme projeto urbanístico proposto pelos técnicos da Prefeitura de Goiânia. **Fonte:** Acervo Arquivo Histórico Estadual. Intervenções da autora.

O Bosque dos Buritis sofreu uma redução significativa em sua área original, passando de 40 para 12 hectares. Com a implantação do projeto do Setor Oeste e, posteriormente, do Setor Marista, a área do Bosque dos Buritis sofreu uma redução de 70%, resultando na configuração do espaço conforme seu desenho atual. A partir dessa reestruturação, foram retiradas da área original vias e lotes destinados à habitação coletiva e unifamiliar, além dos espaços destinados à construção do Fórum, do Tribunal de Justiça e dos lotes comerciais e de serviços de grande porte, incluindo os colégios mencionados acima (CAU-GO, 2013b).

Conforme ilustrado na Figura 65, é possível identificar as quadras que foram aprovadas dentro das áreas originalmente pertencentes ao Parque dos Buritis, que perdeu grande parte de sua extensão. A área destacada, onde localizam as quadras A1, B4, B5, B6, B7, B8, B9, A7, A8 e A9, foi aprovada através Planta Geral de Urbanização de 1947. A única parcela remanescente da área original, representada e correspondendo a aproximadamente 14 hectares, abrigou edifícios institucionais – Assembleia Legislativa de Goiás, o Fórum e o Tribunal de Justiça. Dessa forma, praticamente toda a área inicial de 40 hectares do bosque foi ocupada por edificações particulares, resultando na perda de cerca de dois terços de sua extensão para loteamentos no Setor Oeste (Oliveira et al., 2019, p. 373). A redução da área do Bosque dos Buritis, com a destinação de terrenos para a instalação de escolas particulares, edifícios residenciais, comércios e serviços, representou uma violação dos princípios legais em prejuízo do interesse coletivo.

Figura 65: Diminuição da área original do Bosque dos Buritis. Sem data.



Fonte: SEPLAN de Goiânia.

Conforme destaca o CAU-GO (2013b), no início da década de 1950, uma das quadras foi cedida para a construção do Abrigo dos Velhos, e, no final da mesma década, teve início a edificação da Assembleia Legislativa, cuja inauguração e ocupação ocorreram em 1962.

Na imagem abaixo (Figura 66) é possível visualizar, à esquerda o terreno destinado ao Colégio Ateneu Salesiano Dom Bosco, e a Assembleia Legislativa. O bosque estava em período de urbanização, com a presença das algumas áreas ainda sem vegetação. Neste período o edifício do Museu de Arte de Goiânia já havia sido construído, e ainda havia a presença do Abrigo de Idosos, onde hoje situa-se o Fórum e o Tribunal de Justiça.

Figura 66: Vista aérea do Bosque dos Buritis. Sem data.



Fonte: Acervo SEPLAN. Foto: IPLAN.

No final da década de 1970, o Bosque dos Buritis recebeu, enfim, um projeto paisagístico, elaborado pelo arquiteto Fernando Chacel, reconhecido por sua atuação voltada à integração entre paisagismo e ecologia. Conforme analisa Mota (2017, p. 102), o projeto de Chacel buscou resgatar os princípios lançados por Atílio Corrêa Lima, previstos originalmente no Plano Diretor da nova capital.

A proposta contemplava a implantação de trilhas internas e externas para caminhadas, áreas de contemplação, espaço de lazer infantil, entre outras melhorias voltadas à qualificação ambiental e ao uso público do bosque. O projeto foi concebido para ser implantado e previa, ainda, a destinação de uma parcela do terreno para a construção de uma edificação denominada “Casa de Cultura”. No entanto, essa

construção nunca ultrapassou a fase das fundações. Em seu lugar foi implantado um amplo espelho d'água na década de 1980 (Mota, 2017).

O Plano de Manejo do Parque documenta diversas ações que impactaram negativamente o Bosque ao longo dos anos, incluindo episódios de depredação e intervenções inadequadas. Entre os registros históricos, consta-se a existência de um viveiro particular que permaneceu na área por 22 anos, sendo removido durante a gestão do Prefeito Índio Artiaga, que, por outro lado, permitiu a instalação da Assembleia Legislativa no Local. Durante sua administração, também foi realizado o represamento da nascente, dando origem ao lago existente atualmente (CAU-GO, 2013b).

Outro fator de degradação foi a feira situada nas imediações do Colégio Ateneu Dom Bosco, cuja interferência ambiental foi minimizada apenas com o cercamento do Parque no final da década de 1980. A ampliação da Assembleia Legislativa, em 1979, resultou na remoção de dezenas de árvores, reduzindo significativamente a vegetação original, que hoje corresponde a apenas 30% do ambiente natural primitivo, conforme mostrado na imagem abaixo (Figura 67) (CAU-GO, 2013b).

Figura 67: Vista aérea do Bosque dos Buritis. 1980.



Fonte: Acervo SEPLAN.

Ao longo dos anos, diversas gestões municipais promoveram intervenções no Bosque. O Prefeito Goianésio Lucas instalou banheiros públicos para atender à feira livre, porém esses sanitários acabaram causando problemas de saneamento básico, sendo removidos posteriormente durante a administração de Íris Rezende Machado (CAU-GO, 2013b).

O local onde hoje é lago do Bosque, situado próximo à Avenida Assis Chateaubriand, foi reservado pelo Estado para a construção da Casa da Cultura. Contudo, esse projeto gerou forte oposição por parte das entidades ambientalistas, que, no início da década de 1980, organizaram manifestações, incluindo um abraço simbólico ao parque, em protesto contra sua execução. A obra não avançou além das fundações, sendo posteriormente abandonada devido aos custos envolvidos. A urbanização do Bosque dos Buritis, ocorrida em 1982, foi alvo de protestos por parte de entidades ambientalistas e outros setores da sociedade. Além disso, foi autorizada a construção de um posto de serviço da extinta Caixego, intensificando o processo de degradação ambiental da área (CAU-GO, 2013b).

Na década de 1990, sob o governo de Nion Albernaz, foram executadas obras de melhoria na infraestrutura do Bosque, incluindo a construção da lanchonete, a pavimentação dos caminhos internos, a reforma do alambrado perimetral, a instalação de meios-fios, a construção do tanque de dissipação de energia das águas provenientes do lago da Assembleia Legislativa e a implementação de uma fonte (CAU-GO, 2013b). Ainda nesta década, novas ações de arborização e obras de manutenção foram realizadas, conferindo ao Bosque dos Buritis parte da configuração que permanece até os dias atuais, consolidando como um espaço de lazer e contemplação, procurado por moradores e visitantes. Em 1994, por meio do Decreto nº 2.109 de 13 de setembro, o Bosque dos Buritis foi tombado como patrimônio ambiental de Goiânia (Mota, 2017, p.112-113).

Figura 68: Vista aérea do Bosque dos Buritis. 1995.



Fonte: Acervo SEPLAN. Foto: SECOM.

Em 2000, foram realizadas novas intervenções, destacando-se a substituição do calçamento externo e o alargamento da pista de *cooper* para três metros de largura. Posteriormente, em 2004, iniciaram-se os projetos voltados à elaboração do Plano de Manejo do Bosque dos Buritis, solicitado pela Associação dos Protetores do Bosque e pelo Ministério Público, com o propósito de assegurar uma gestão adequada do espaço e solucionar os problemas ambientais e estruturais ainda persistentes (CAU-GO, 2013b).

O Bosque dos Buritis abriga, em seu interior, edificações emblemáticas que desempenham papéis relevantes no cenário cultural e institucional da cidade. Entre elas, destacam-se a antiga Assembleia do Estado de Goiás e o Museu de Arte de Goiânia, ambos marcos arquitetônicos e históricos que reforçam a relevância do bosque, não apenas como espaço verde, mas também como polo de referência na memória e vida urbana. E o seu entorno é composto por edificações de grande importância no cenário goianiense, como o Colégio Ateneu Salesiano Dom Bosco e o Tribunal de Justiça de Goiás.

- **Assembleia Legislativa do Estado de Goiás**

Em um terreno contíguo ao Bosque dos Buritis, encontra-se o edifício da antiga sede da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, nas proximidades de um espelho d'água, resultante do represamento do Córrego Buriti. Com acesso principal pela Alameda dos Buritis – via que delimita o Setor Oeste em relação ao Setor Central –, a edificação foi concebida entre os anos de 1960 e 1962 pelos arquitetos Elder Rocha Lima e Eurico Calixto de Godoi, contando com a colaboração de Jayme Miranda na fase de detalhamento do projeto.

A proposta arquitetônica revela forte influência dos preceitos do modernismo, e dos cinco pontos da nova arquitetura formulados por Le Corbusier (o emprego dos pilotis, a planta livre, a estrutura independente, a janela em fita e o terraço-jardim – este último não chegou a ser executado. As transformações realizadas no decorrer das décadas no edifício comprometeram a relação intrínseca entre o edifício e o espaço urbano ao seu redor. Intervenções no corpo original da edificação, como destaca Ribeiro et al. (2023, p. 11), como acréscimos arquitetônicos impediram a livre circulação entre o prédio e a Rua 29, rompendo com a integração pretendida no projeto original.

Figura 69: Imagens da Assembleia Legislativa antes e durante a reforma dos anos 1990. Com a retirada dos gabinetes que foram construídos no térreo, reapareceram os pilotis propostos no projeto original. Fotos publicadas em reportagem do Jornal O Popular em 1995.



Fonte: Seplan de Goiânia.

A proposta de mudança da sede da Assembleia Legislativa de Goiás teve início em 2001, com o projeto apresentado ao Plenário apenas em 2005. A obra passou por diversas paralisações e só foi concluída em 2022. A desocupação do edifício histórico mobilizou a opinião pública da cidade, despertando o interesse de várias instituições em ocupar a construção, cuja posse foi transferida à Prefeitura de Goiânia por meio de uma ação de permuta. Essa manobra viabilizou ao Estado obter o terreno necessário para a

implantação da nova sede, em área pública municipal.

O Park Lozandes, bairro da região sudeste de Goiânia aprovado nos anos 1990, desde o início se consolidou como novo polo de interesse imobiliário, tanto pela implantação de diversos condomínios fechados de alto padrão imobiliário em suas proximidades quanto pela construção do Paço Municipal, iniciada na segunda metade daquela década, o que favoreceu a concentração de órgãos públicos em suas imediações (Ribeiro et al., 2023).

Apesar do apoio formal do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO) e do interesse público demonstrado pela Associação dos Protetores do Bosque dos Buritis, a Prefeitura de Goiânia optou por ceder o antigo edifício da Assembleia Legislativa ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCM), descartando a possibilidade de destinação cultural. A proposta da Associação dos Protetores do Bosque dos Buritis era transformar o edifício em um equipamento cultural, resgatando diretrizes e intenções que remontam à década de 1970, conforme apresentado anteriormente. Conforme o pedido de cessão de uso feito pela entidade à Prefeitura não obteve êxito (Ribeiro et al., 2023). É importante destacar que o edifício ainda não foi ocupado e encontra-se atualmente cercado por tapumes.

- **Museu de Arte de Goiânia e Centro Livre de Artes**

Além da construção da sede da Assembleia Legislativa, no início da década de 1970 o Bosque dos Buritis sofreu nova perda de área verde. O edifício que atualmente abriga o Museu de Arte de Goiânia foi inicialmente construído para sediar o Hospital dos Funcionários da Prefeitura, porém nunca desempenhou essa função. Durante anos, segundo dados do CAU-GO (2013-b), o edifício serviu como sede da Superintendência das Obras de Pavimentação Asfáltica da Capital (PAVICAP), departamento da administração municipal, sendo somente na década de 1980 adaptado para funcionar como museu, compartilhando o espaço com o Centro Livre de Artes e consolidando-se como um importante equipamento cultural na cidade (CAU-GO, 2013b).

- **Colégio Ateneu Salesiano Dom Bosco**

Localizado no Setor Oeste, próximo ao Bosque dos Buritis, o Colégio Salesiano Ateneu Dom Bosco teve seu início nos primeiros anos da nova capital do estado. Segundo informações do site institucional (Colégio Salesiano Ateneu Dom Bosco, s.d.), Dom Emanuel Gomes de Oliveira, bispo de Goiás, antiga Vila Boa, padre Ernesto

Carlette, superior dos salesianos de Mato Grosso e Goiás, juntamente com os padres João Pian e João Greiner foram os responsáveis pela instalação do colégio em Goiânia.

Figura 70: Colégio Ateneu Dom Bosco em construção. Sem data.



Fonte: Jornal A Redação. Foto: Reprodução/Twitter - Goiânia do Passado. Disponível em: <https://www.aredacao.com.br/colunas/180766/colégio-ateneu-dom-bosco-e-marco-da-historia-da-educacao-de-goiania>. Acesso em 14 de jan. de 2025.

Em março de 1941, o interventor de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, fez a doação de um terreno para a construção do prédio em uma área que hoje corresponde ao Setor Vila Nova. No entanto, a localização foi considerada inadequada para os objetivos estabelecidos, e novas alternativas foram buscadas para a instalação da sede. O Decreto da doação dos lotes para o Colégio Ateneu Salesiano Dom Bosco na área onde foi instalado foi assinado em 3 de junho de 1941. Posteriormente, foi adquirida mais uma parte do terreno em troca de bolsas de estudo para alunos indicados pela prefeitura. A primeira ata do colégio foi lavrada em 29 de dezembro de 1941. O documento estabelecia os educadores responsáveis pelas disciplinas e o início das matrículas para o curso de férias (Colégio Salesiano Ateneu Dom Bosco, s.d.).

Figura 71: Colégio Ateneu Dom Bosco. 1941.



Fonte: Acervo MUZA/MIS|GO.

A inauguração oficial do Colégio Ateneu Salesiano Dom Bosco ocorreu em julho de 1942, com uma solenidade marcada por uma missa campal e a apresentação de alunos uniformizados, simbolizando o início das atividades da instituição. Camargo (2016) pontua que, inicialmente, a escola oferecia os cursos de 1º Ginásial, 1º Científico, 1º Técnico em Contabilidade e o curso de admissão. Em 1944, foi inaugurado o internato masculino, que acolheu 44 alunos e funcionou até 1972. No ano seguinte, o colégio passou a admitir estudantes de ambos os sexos, consolidando-se como uma instituição de ensino tradicional, e referência no Setor Oeste e em Goiânia.

A imagem abaixo (Figura 72), capturada em 1950, registra o edifício da Igreja Ateneu Salesiano Dom Bosco e a antiga sede do colégio, local onde hoje se encontra o Centro Salesiano do Adolescente Trabalhador (CESAM). No primeiro plano da fotografia, observa-se o que aparenta ser a obra de pavimentação da via, com a presença de trabalhadores e um caminhão envolvido na execução do serviço. Em frente à igreja, nota-se a movimentação de pessoas, predominantemente homens, sugerindo um cotidiano ativo no local – tanto para a participação das missas quanto das aulas. Ao fundo, destaca-se a paisagem do Bosque dos Buritis, cuja vegetação ainda se encontrava em

processo de formação, evidenciando a fase inicial de consolidação urbana da região.

Figura 72: Igreja Ateneu Dom Bosco. 1950.



Fonte: Oliveira (2008). Foto: Hélio de Oliveira.

O colégio possui estrutura física com complexo de educação e evangelização. Entre salas de aula, auditórios e áreas administrativas, a escola conta ainda com jardins internos, proporcionando contato dos estudantes com a natureza. Anexo ao colégio, encontra-se o Centro Salesiano do Adolescente Trabalhador (CESAM), que atende pessoas na faixa dos 15 aos 22 anos – adolescente e jovem aprendiz. Mantém programas de apoio e encaminhamento de familiares, buscando parcerias para o atendimento deste público. A Paróquia São João Bosco, também integrante do complexo e construída em estilo em *art déco*, faz parte do acervo arquitetônico dos primeiros prédios de Goiânia (Colégio Salesiano Ateneu Dom Bosco, s.d.).

- **Tribunal de Justiça de Goiás**

Outro edifício emblemático, localizado no entorno do parque é o Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO). Sua construção ocorreu em um terreno doado pelo Estado, onde anteriormente funcionava um abrigo de idosos. A doação foi realizada durante a

gestão do então governador Iris Rezende, na década de 1980. A sede foi inaugurada em 27 de junho de 1986. De acordo com o desembargador Itaney Francisco Campos, integrante da Comissão de Memória e Cultura do TJ-GO, a escolha do Setor Oeste para sediar a instituição relaciona-se, sobretudo, à posição estratégica e valorizada desse bairro, conforme publicado em A Redação (Pessoni, 2023a):

Localização nobre, bem centralizada e de fácil acesso à comunidade. Entretanto, a escolha do Setor Oeste também pode ser justificada pela imprescindibilidade da proximidade entre os Três Poderes, estando a Assembleia Legislativa anteriormente localizada no Bosque dos Buritis, o Executivo, na Praça Cívica, e o Judiciário, na Avenida Assis Chateaubriand.

Figura 73: Inauguração da sede do Tribunal de Justiça de Goiás, em 1986.



Fonte: A Redação. Foto: Acervo do TJ-GO. Disponível em: <https://www.aredacao.com.br/colunas/187906/tribunal-de-justica-de-goias-conta-a-historia-do-poder-judiciario-no-estado>. Acesso em 16 de jan.de 2025.

Por volta de 1975, os prédios do Fórum e TJ-GO no Setor Oeste foram projetados pelo arquiteto brasileiro Ruy Ohtake, em parceria com os arquitetos Arthur e Walmir Santos Aguiar (Oliveira et al., 2015). O nome do edifício que abriga o TJ-GO foi escolhido em homenagem póstuma ao desembargador Clenon de Barros Loyola, devido à sua atuação e relevantes serviços prestados em Goiás (Pessoni, 2023a).

Figura 74: Lago do Bosque dos Buritis. 1988.



Fonte: Acervo SEPLAN. Foto: Álvaro Soares.

No interior do parque, a paisagem é composta por extensas áreas arborizadas intercaladas por clareiras onde se encontram os lagos e as edificações. Esses lagos são interligados por um canal revestido com pedras, formando pequenas quedas d'água que contribuem para a ambientação do espaço. Ao longo desse canal, situam-se as principais trilhas e pontos de contemplação, consolidando o Bosque dos Buritis como um espaço de lazer e preservação ambiental em meio à malha urbana de Goiânia (CAU-GO, 2013b).

Figura 75: Mapa atual do Setor Oeste com a delimitação do Bosque dos Buritis, em amarelo.



Fonte: Google Earth (2025). Intervenção da autora.

A ocupação do entorno do Bosque dos Buritis apresenta-se de forma diversificada (Figura 76), refletindo diferentes dinâmicas de usos e transformação ao longo do tempo. Nas imediações da Praça Cívica, observa-se a predominância de edificações comerciais e de prestação de serviços. Na área leste, limítrofe ao Setor Central, predomina o uso residencial em casas térreas e sobrados com características ecléticas e, muitas das quais derivadas do padrão de casas-tipo edificadas pelo Estado no período inicial de Goiânia, alguns edifícios em altura, bem como uso comercial.

Já nas extremidades noroeste e sudeste, os usos serviços e institucional permanecem: a nordeste, localizam-se o conjunto de edifícios do Colégio e Igreja Ateneu Dom Bosco, edificados em 1942 com linguagem *art déco*; à sudoeste, encontram-se o Fórum e o Tribunal de Justiça, inaugurados em 1986, bem como edifícios voltados a serviços e atividades comerciais.

Figura 76: Mapa de Usos e Ocupações – Bosque dos Buritis.



Fonte: Base cadastral de Goiânia. Intervenções da autora.

À oeste do bosque, no Setor Oeste, destaca-se maior concentração de edifícios residenciais em altura, com predominância de edifícios multifamiliares, o que evidencia a verticalização mais intensa, conforme ilustra o mapa de gabarito (Figura 77). Esta região, embora já adensada, ainda desperta interesse do mercado imobiliário, que tem promovido novas construções nos poucos lotes remanescentes. Essa configuração revela um entorno heterogêneo em termos de usos do solo, com a coexistência de funções institucionais, residenciais, comerciais e espaços de lazer e cultura à população, além de contrastes marcantes na verticalização e densidade das edificações.

Figura 77: Mapa de Gabarito de Alturas – Bosque dos Buritis.



Fonte: Base cadastral de Goiânia. Intervenções da autora.

Durante a semana, o Bosque é frequentado majoritariamente por trabalhadores da região, que utilizam o espaço como trajeto para seus deslocamentos diários, além de moradores locais que realizam passeios e praticam atividades físicas. É comum também a presença de estudantes em visitas educativas durante o período letivo, bem como alunos do Centro Livre de Artes, que participam de oficinas e práticas culturais no local. Nos finais de semana, o parque atrai um público mais diversificado e numeroso, com destaque para famílias provenientes de diferentes regiões da cidade, que utilizam o

espaço para lazer, contemplação e prática esportiva. Essa variação de usos e públicos ao longo da semana evidencia a dinâmica do espaço público.

O entorno do Bosque dos Buritis abriga – na Rua 29 – a tradicional Feira Dom Bosco, que se consolidou como um dos marcos da dinâmica urbana do Setor Oeste. Essa feira é realizada às terças e sextas-feiras, das 7h às 12h, e reúne uma diversidade de barracas de hortifruti, alimentos preparados, produtos artesanais e utilidades domésticas, atraindo tanto moradores da região quanto visitantes de outras partes da cidade.

Localizada estrategicamente entre o Colégio Ateneu Dom Bosco e o Bosque do Buritis, configura-se como um espaço de sociabilidade e abastecimento que contribui para a vitalidade do bairro. Conforme destaca Borges (2013, p. 113), a presença da feira, não apenas reforça a relevância histórica e cultural do local, como também integra as práticas cotidianas da população, mantendo viva uma tradição.

Estima-se que seu surgimento, segundo Borges (2013, p. 114), ocorreu em meados dos anos 50, “pois a maioria dos feirantes mais antigos que foram relatados ter mais de 40 anos de trabalho na Feira Dom Bosco”. O perfil dos frequentadores é composto principalmente por adultos e idosos, refletindo a continuidade das práticas culturais e sociais dessas feiras ao longo do tempo.

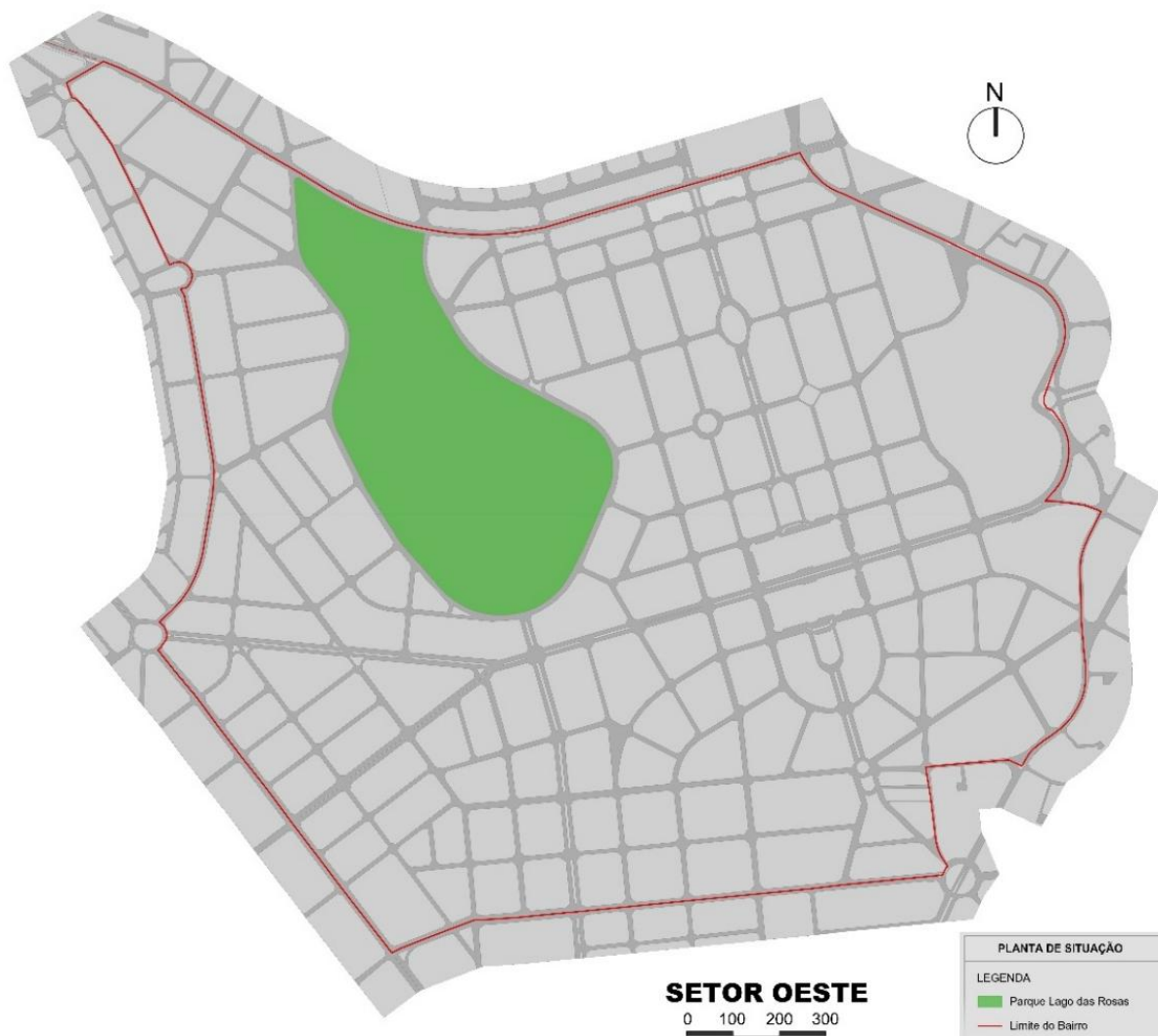
Como pontua Borges (2013), em locais como o Setor Oeste, feiras livres, como a Feira Dom Bosco, evidenciam como a ocupação temporária de ruas e praças pode transformar a rotina urbana e a configuração urbana e a configuração do bairro. Essas atividades contribuem para criar um tipo de urbanismo efêmero, no qual os espaços urbanos públicos assumem funções distintas ao longo da semana ou mesmo do dia, articulando dinâmicas diferentes das inicialmente propostas.

A Feira Dom Bosco, em especial, preserva um perfil mais tradicional com frequentadores habituais que valorizam a continuidade da experiência de compra direta dos produtores e feirantes. Para além de sua função comercial, a feira exerce um papel social relevante promovendo encontros, criando uma relação de pertencimento ao bairro, mantendo uma conexão com o local e reforçando uma identidade comunitária e histórica.

3.2.2. Parque Lago das Rosas

Outro parque urbano situado no Setor Oeste, o Parque Lago das Rosas, é um dos espaços públicos mais antigos e emblemáticos da cidade. Originalmente concebido como Horto Florestal, o parque integra o conjunto de áreas verdes previsto desde os primeiros planos urbanísticos da capital. Abriga o Jardim Zoológico de Goiânia, consolidando-se como equipamento de lazer, educação ambiental e preservação da fauna. Circundado pela Alameda das Rosas e delimitado pela Avenida Anhanguera, o Lago das Rosas permanece como importante referência paisagística e cultural do Setor Oeste, articulando-se com o tecido urbano e refletindo as transformações ocorridas na dinâmica da cidade.

Figura 78: Planta situando o Parque Lago das Rosas em relação ao bairro.



Fonte: Base cadastral de Goiânia. Intervenções da autora

Figura 79: Planta de Situação – Parque Lago das Rosas.



Fonte: Base cadastral de Goiânia. Intervenções da autora.

A área onde atualmente se encontra o Lago das Rosas começou a ser ocupada de maneira mais significativa a partir da segunda metade do século XIX, segundo relatório do CAU-GO (2013a). De acordo com informações presentes no relatório desenvolvido, conforme um histórico realizado pelo jornalista e mestre em Gestão do Patrimônio Cultural, Paulo José, e disponibilizado pela Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA), os proprietários das terras da Fazenda Crimeia doaram, em 1933, essa e outras porções, totalizando mais de 50 alqueires, para a incorporação ao território da futura capital Goiana.

O Lago das Rosas já aparece na planta do Plano Urbanístico de 1947 (Figura 80); no entanto, observa-se que seu traçado não estava completamente delimitado no lado oeste, área correspondente à porção do bairro que só viria a ser projetada nas décadas seguintes. É possível perceber – de forma visual e empírica, a partir da análise do mapa – que a divisa leste do Parque Lago das Rosas apresentava, aparentemente, um traçado semelhante ao atual, seguindo o plano urbanístico previsto. No entanto, ao observar detalhadamente a configuração das vias e quadras, constata-se que o parcelamento do solo avançou sobre parte da área originalmente destinada ao espaço público, situação semelhante à verificada no Bosque dos Buritis.

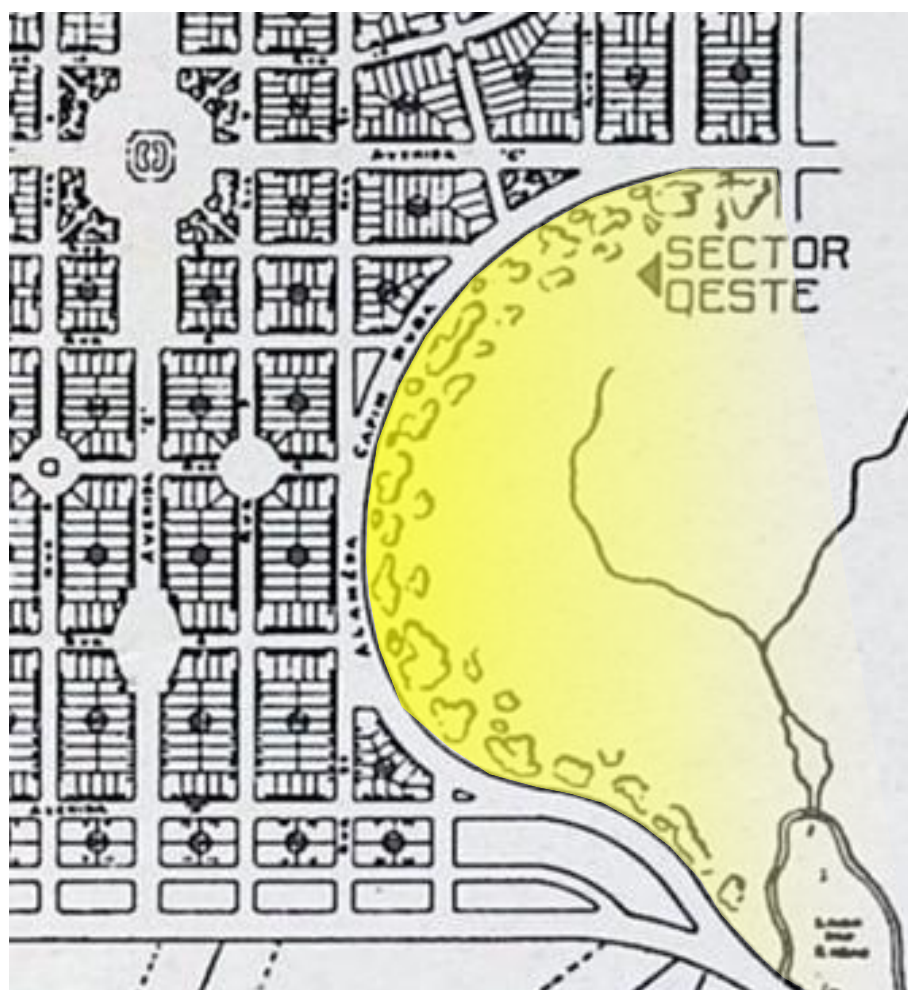


Figura 80: Plano Urbanístico de 1947, com destaque para a área destinada ao Parque Lago das Rosas. Marcação em amarelo indica o traçado original ao parque, conforme projeto urbanístico proposto pelos técnicos da Prefeitura de Goiânia. **Fonte:** Acervo Arquivo Histórico Estadual. Intervenções da autora.

Até o momento, não foram encontrados documentos oficiais que comprovem essa hipótese, sendo ela sustentada por meio da comparação visual entre mapas históricos e atuais. Já na porção oeste do parque, voltada para o Setor Coimbra, observa-se que ainda não havia limites e vias definidas, visto que esta área só viria a ser projetada nas décadas seguintes.

Retomando um pouco a história, em 1937, técnicos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, considerando a vegetação expressiva presente na localidade, recomendaram a criação do Horto Florestal em Goiânia. O Parque Lago das Rosas, que abriga o Jardim Zoológico de Goiânia, foi instituído a partir do plano de urbanização Decreto-lei nº 90-A, de 30 de julho de 1938. A área é atravessada pelo córrego Capim Puba, que separava Goiânia do núcleo de Campinas, sendo inicialmente planejado para o lazer da população e com a intenção de criar um ponto agradável de convivência:

[...] realizar-se-ia um dos pontos mais aprazíveis de Goiânia: Bastava ser murado em seu contorno demarcado, sendo que, na face do lado do aeroporto e na frente, (pela Avenida Getúlio Vargas), teria murêta e gradil de ferro, de maneira a proporcionar visibilidade, portanto, nesse lado, o interior do jardim é limpo, e não possui arborização densa (Alvares, 1942, p.168).

De acordo com dados fornecidos pela Goiás Turismo (online), a área que hoje compreende o Parque Lago das Rosas foi destinada à implantação de um espaço de recreação e lazer, inicialmente denominado Horto Florestal. Parte do terreno era utilizada para o cultivo de hortaliças destinadas ao abastecimento de instituições de saúde da cidade, como a Santa Casa de Misericórdia, o que a Goiás Turismo (online), explica a antiga denominação “Horto”.

Em 1941, foi inaugurado o Balneário Lago das Rosas, espaço de lazer destinado à população, que na época girava em torno de 40 mil habitantes. Sua criação teve ainda um caráter simbólico, estabelecendo uma ligação entre Campinas e a nova capital. Assim, nas áreas de fundo de vale e próximas às nascentes do córrego Capim Puba, foi construído um lago cercado por roseiras, integrando um clube popular onde os frequentadores podiam tomar banho, além de usufruir das áreas verdes do Horto Florestal para atividades de convívio social (CAU-GO, 2013a).

Entende-se que as narrativas das fotografias que representam o Lago das Rosas expressam a importância dos parques e áreas verdes para a cidade e seu lazer, através da vida urbana e social nelas retratadas, tendo como pano de fundo uma estrutura física e um paisagismo característicos de um recinto urbano, nos termos utilizados por Mascaró e Mascaró (2009), se relacionando à visão tanto de Godoy, quanto de Atílio (Monteiro, 2019, p. 116).

Durante a década de 1940, a cena capturada (Figura 81) revela uma ocupação espontânea do espaço, onde o passeio na borda do lago demonstrava como o público interagia com o ambiente. Assim, as imagens refletem a visão de Godoy sobre a cidade – encaixando em seus ideais embora não seja um projeto de sua autoria –, que buscava

integrar o público e o privado por meio da presença da natureza e de áreas verdes. Além disso, ele valorizava a importância de equipamentos e espaços urbanos que fortalecessem a ideia de comunidade. Para Godoy, a cidade moderna deveria fornecer uma maior conexão entre as pessoas e a natureza (Monteiro, 2019, p. 115). Já Corrêa Lima enxergava os parques e jardins como espaços livres, desempenhando tanto um papel recreativo quanto higiênico.

Figura 81: Lago das Rosas. Década de 1940.



Fonte: Acervo MIS|GO.

Esta fotografia (Figura 82) retrata a interação entre a vegetação e a natureza no cotidiano, destacando o Lago das Rosas, cujas estruturas – mureta e trampolim – foram construídos em 1942. A imagem não mostra toda a extensão do lago, mas retrata a vivência e cotidiano, com a presença de crianças nadando e pessoas no entorno. No primeiro plano, apresenta-se o paisagismo do parque, com jardins e vegetação de médio porte. Ao fundo, revela-se uma vegetação mais densa, onde futuramente seria instalada a primeira rodoviária de Goiânia. Observa-se também a Avenida Anhanguera, que corta Goiânia, e consiste em uma das principais vias da cidade até os dias atuais.

Figura 82: Lago das Rosas. Sem data.



Fonte: Biblioteca IBGE.

Em 1953, o espaço recebeu os primeiros animais, doados por José Idasi, dando início à formação de um pequeno zoológico. Desde então, o espaço passou a atrair visitantes, especialmente famílias, para observar os animais abrigados sob árvores do parque. Incentivado pela boa receptividade da população, Saturnino Carvalho – responsável pela administração local – abraçou a ideia de instituir um jardim zoológico na cidade, proposta que recebeu o apoio do Governador Pedro Ludovico Teixeira (Goias Turismo, s.d).

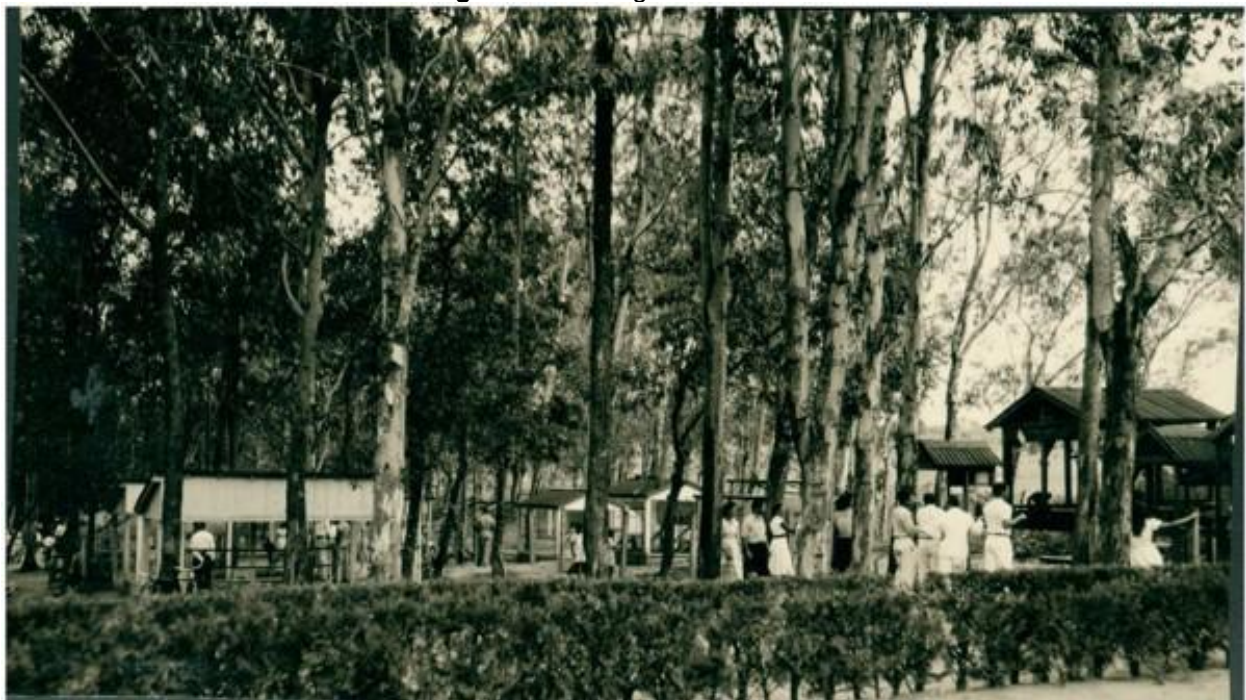


Figura 83:
Zoológico.
Sem data.
Fonte:
Biblioteca
IBGE.

Na década de 1950, Goiânia passou por transformações significativas, impulsionadas principalmente pela construção de Brasília, que atraiu um intenso fluxo migratório para a cidade. Esse crescimento populacional teve impacto direto no processo de urbanização, resultando em desafios relacionados à infraestrutura e à habitação. No entanto, até o final da década de 1960, não foi elaborado nenhum novo plano diretor para orientar a expansão urbana. De acordo com o relatório apresentado por Wilhelm (1968), as áreas destinadas a parques e bosques no núcleo inicial apresentavam deficiências estruturais para atender à população e possuíam dimensões muito inferiores às previstas no projeto original de Corrêa Lima (Oliveira et al., 2019, p. 367).

Em 1956, o Horto foi oficialmente transformado no Jardim Zoológico de Goiânia. O espaço contava com infraestrutura específica para os visitantes, incluindo um trampolim e muretas e dois edifícios destinados ao uso público: o Castelinho, utilizado por estudantes, e outro, que funcionava como bar e boate, atraindo a presença de boêmios. No final da década de 1960, os banhos no lago foram proibidos devido ao aumento de incidentes de afogamento (CAU-GO, 2013a).

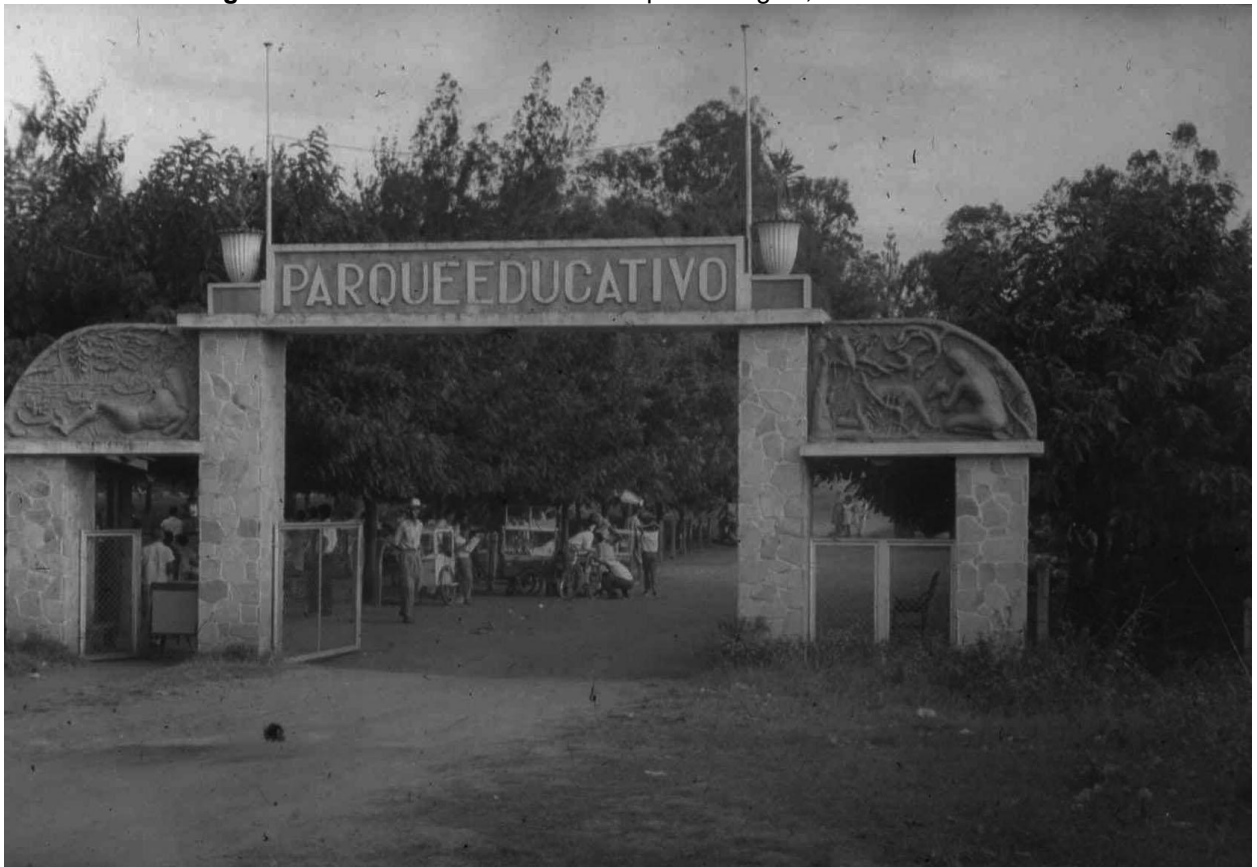
Figura 84: Zoológico. Sem data.



Fonte: Biblioteca IBGE.

A imagem abaixo (Figura 85), gentilmente cedida por Hélio de Oliveira Júnior, revela como era o pórtico de entrada do Jardim Zoológico na década de 1950, logo após sua fundação. Já na imagem (Figura 86), também cedida pelo filho do fotógrafo, retrata o Parque Lago das Rosas no mesmo período. Nesta época haviam porteiras que restringiam a circulação interna, uma vez que os animais permaneciam soltos no espaço. Ao fundo, é possível identificar parte do Setor Oeste que se encontrava nos estágios iniciais de ocupação. A ausência de edificações nessa região, conforme evidenciado na fotografia, confirma o caráter incipiente do processo de ocupação do bairro no momento.

Figura 85: Pórtico de entrada do Parque Zoológico, na década de 1950.



Fonte: Acervo Hélio de Oliveira Júnior. Foto: Hélio de Oliveira.

Figura 86: Lago das Rosas, década de 1950.



Fonte: Acervo Hélio de Oliveira Júnior. Foto: Hélio de Oliveira

Na vista aérea (Figura 87), é possível ter uma visão privilegiada do Parque Lago das Rosas e seu entorno. Destaca-se o lago, margeado por um passeio, reforçando o intuito de espaço voltado ao lazer e ambientes que contribuam para trocas sociais. No primeiro plano da imagem, destaca-se o paisagismo do parque, com a vegetação ainda em formação. Ao centro, percebe-se a estrutura do Parque Zoológico, com as jaulas dos animais, e o lago. O entorno, à direita do parque, ainda estava em fase de ocupação, com a presença de diversos lotes vagos. Diferente do observado sobre o Setor Coimbra e Campinas, já consolidados, no canto superior esquerdo da fotografia.

Figura 87: Vista aérea do Parque Lago das Rosas, na década de 1960.



Fonte: Acervo Hélio de Oliveira Júnior. Foto: Hélio de Oliveira.

Figura 88: Lago das Rosas. 1950.



Fonte: Oliveira (2012). Foto: Hélio de Oliveira.

Em 1969, conforme previsto pelo Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI), sob

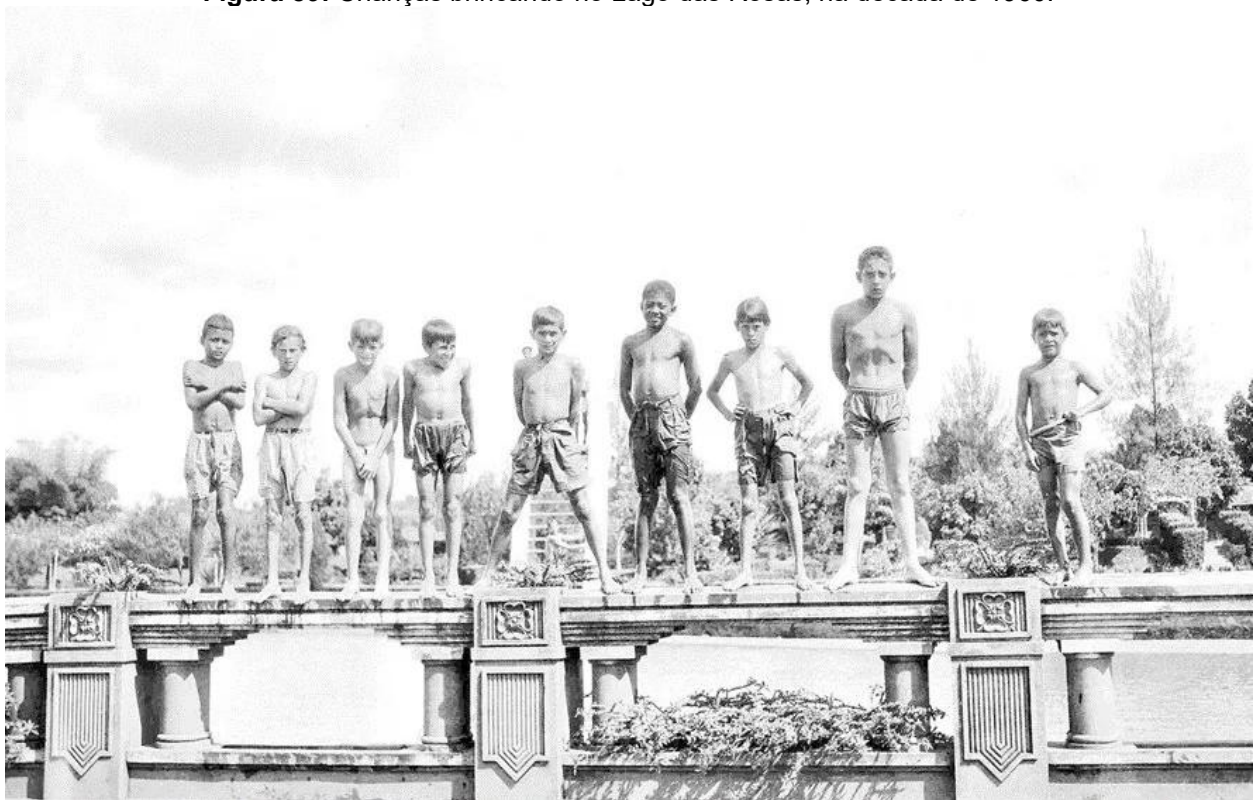
a coordenação de Jorge Wilhelm, observou-se uma considerável uma redução das áreas verdes da cidade. O Parque Zoológico, que nessa época já era denominado Lago das Rosas, passou a ocupar 22 hectares (Oliveira et al., 2019, p.368).

O Parque Lago das Rosas abriga, em seu interior, construções emblemáticas que desempenham papéis significativos no cenário histórico, cultural e afetivo da cidade. Entre elas, destacam-se o Castelinho, a mureta de contenção do lago e o antigo trampolim. Essas estruturas representam, não apenas marcas da arquitetura e do lazer urbano das décadas iniciais da capital, mas também vestígios materiais da memória coletiva goianiense.

Na imagem abaixo (Figura 89), observa-se um grupo de crianças brincando no Lago das Rosas, o que remete à vocação histórica do espaço como área de lazer e convivência. Destacam-se, na cena, os detalhes da mureta – elemento arquitetônico e reconhecido como patrimônio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Conforme destacou a arquiteta Renata Barros em entrevista para a coluna digital no A Redação:

Em seus pilares, a mureta esculpe a representação de uma flor (flor do xixá), situando os pontos cardeais e colaterais em seu centro, simbolizando a rosa dos ventos. Além disso, exibe padrões escalonados em degraus e pequenas colunas que enquadram volumes cilíndricos e esbeltos (Pessoni, 2023).

Figura 89: Crianças brincando no Lago das Rosas, na década de 1960.



Fonte: Acervo Hélio de Oliveira Júnior. Foto: Hélio de Oliveira.

Enquanto a população mais abastada buscava lazer em espaços privados, como o Jóquei Clube, o Lago das Rosas se consolidava como uma alternativa acessível e democrática de recreação para a população geral. Com duas piscinas públicas, conforme mostra a Figura 90, o local oferecia momentos de lazer especialmente à juventude, sendo palco também de práticas esportivas. Assim como o trampolim – que chegou a ser utilizado em competições realizadas no espaço –, as piscinas reforçavam o caráter dinâmico do parque. No entanto, essas estruturas foram desativadas posteriormente em razão do elevado número de ocorrências de afogamento, o que levou ao encerramento de seu uso recreativo. Ainda assim, a permanência do trampolim no local contribuiu para a preservação da história como patrimônio da cidade.

Figura 90: Piscina Popular – Lago das Rosas. 1955.

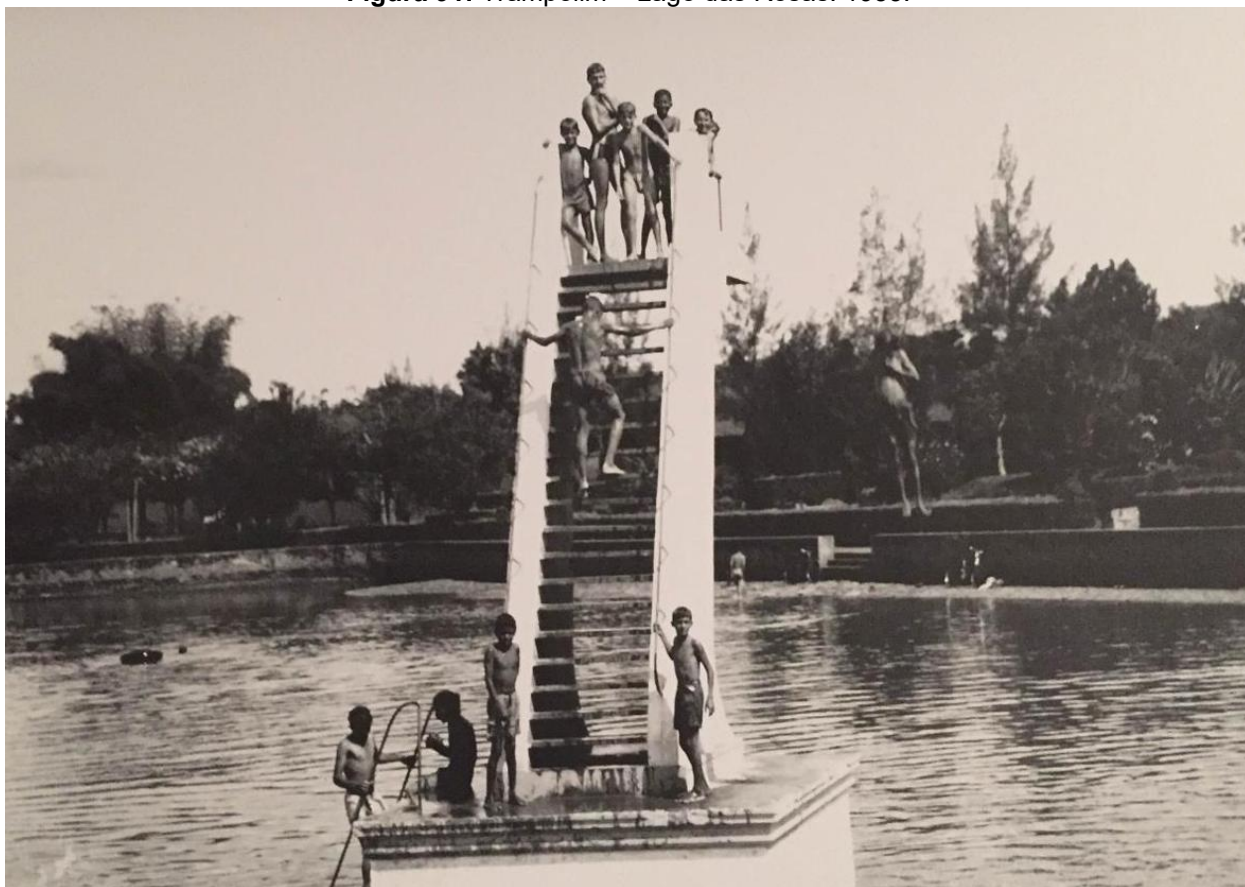


Fonte: Oliveira (2012). Foto: Hélio de Oliveira.

A proteção ao Lago das Rosas e aos seus elementos arquitetônicos, como o trampolim e a mureta, foi consolidada por meio de diversos instrumentos legais ao longo do tempo. Em 1982, o Lago das Rosas foi tombado, na esfera estadual, por meio do Despacho nº 1.096/1982, da Agência Estadual Pedro Ludovico (AGEPEL), com base na

Lei n º 8.915/1980, que estabeleceu a proteção de 29 bens imóveis em Goiás (IPHAN, 2009).

Figura 91: Trampolim – Lago das Rosas. 1953.



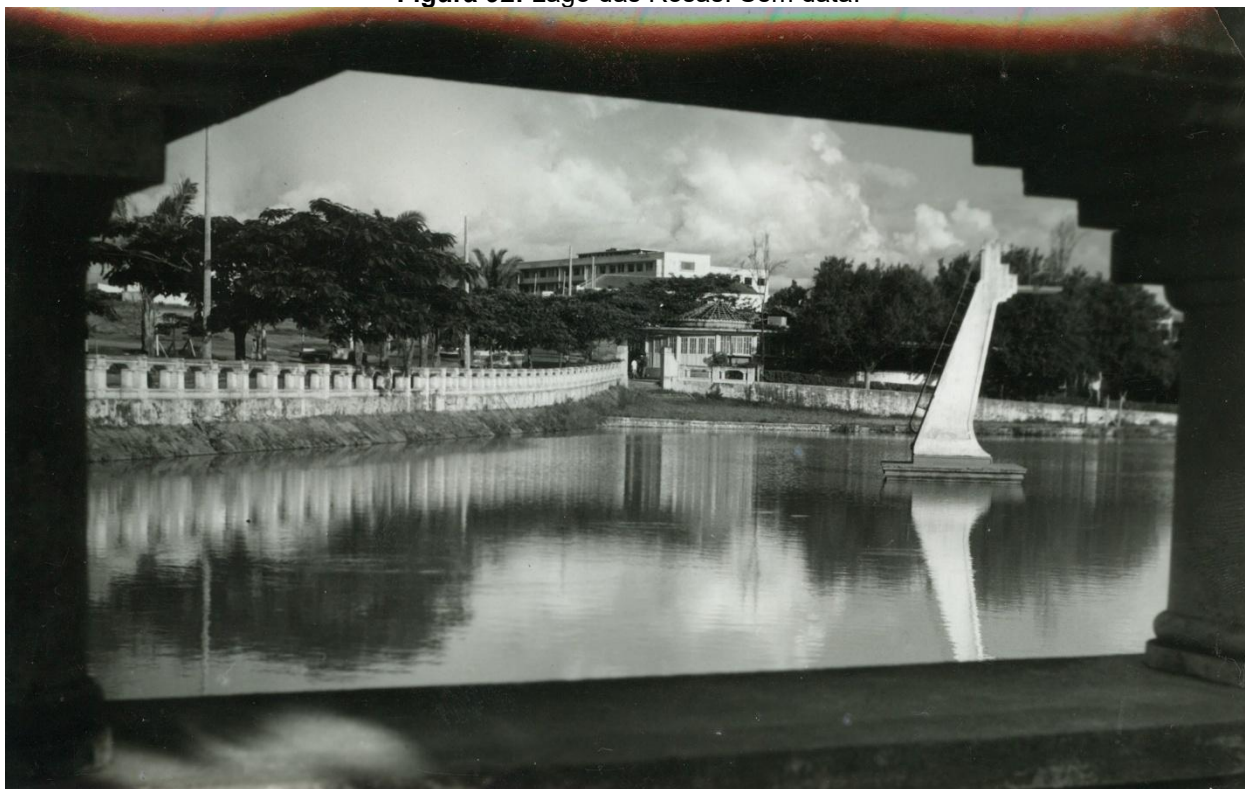
Fonte: Oliveira (2008). Foto: Hélio de Oliveira.

Posteriormente, o Decreto nº 2.109, promulgado em 1994 pelo então prefeito Darci Accorsi, determinou o tombamento de diversas áreas verdes do município, entre elas o Parque Lago das Rosas (bem como o Parque Zoológico). Em 1998, o Decreto-Lei nº 4.943 detalhou o alcance do tombamento, especificando a inclusão de toda área verde que circunda o lago. Já em 2023, a Portaria nº 507, com base no Decreto-Lei nº 25 de 1937, reforçou a proteção do conjunto ao reconhecer explicitamente o trampolim e a mureta em estilo *art déco* como bens tombados, destacando sua importância histórica e simbólica para a cidade (IPHAN, 2009).

Nessa outra imagem do Lago das Rosas (Figura 92), percebe-se com clareza diversos elementos importantes. A fotografia foi tirada de um ângulo inusitado, entre os vãos da mureta, criando uma espécie de pórtico, uma moldura para a imagem. Ao centro, o lago com o trampolim, retratando algo que não era muito comum na época, as águas tranquilas, visto que era frequentemente visitado por crianças que buscavam o espaço

para o lazer. Outros elementos de destaque nessa fotografia é a continuação da mureta, como uma barragem para o lago. Ao fundo, dois edifícios se destacam: primeiramente o Castelinho, envolto por uma vegetação densa; e em segundo plano, construído em um terreno mais elevado, o Hospital Geral - Inamps, hoje nomeado Hospital Estadual Alberto Rassi - HGG.

Figura 92: Lago das Rosas. Sem data.



Fonte: Acervo MIS|GO. Foto: Alois Feichtenberger.

Figura 93: Hospital Geral de Goiânia (Alberto Rassi), antigo Hospital Geral - Inamps.



Fonte: Biblioteca IBGE. Série: Acervo dos municípios brasileiros.

Segundo dados fornecidos no site do hospital (IDTECH/HGG, s.d), o Hospital Estadual Geral de Goiânia Dr. Alberto Rassi “iniciou suas atividades em 29 de dezembro de 1959 com nome de Hospital Geral - Inamps e funcionou por vinte anos como um

hospital federal para tratamento eletivo, de urgência e emergência, em várias especialidades”. Em 1990 ocorreu a transferência da administração para o Estado. Em 1991, o Hospital passou por uma reforma, com reabertura apenas em 1998.

A imagem (Figura 94) de autoria de Hélio de Oliveira, registra uma vista do Lago das Rosas em 1967. No primeiro plano, observa-se o espelho d’água ladeado pela vegetação e pela mureta, que circundava apenas uma parte do mesmo. Ao fundo, destaca-se o edifício que, à época, abrigava o Museu de Arte Moderna de Goiânia. Atualmente, esse mesmo edifício é sede da Rádio Universitária da Universidade Federal de Goiás (UFG), instalada no local desde 1979.

Figura 94: Museu de Arte Moderna de Goiânia. 1967.



Fonte: Oliveira (2012). Foto: Hélio de Oliveira.

No entorno do Parque Lago das Rosas, consolidaram-se diversos equipamentos urbanos que contribuíram para a dinâmica social e urbana da região. Entre eles, destaca-se a antiga Estação Rodoviária de Goiânia (Figura 95), localizada na Praça General Joaquim Curado, na Rua 29-A, esquina com a Avenida Anhanguera, no entorno imediato do parque. Projetada por Eurico Calixto de Godoi e inaugurada em 1956, a estação representou um marco significativo no processo de urbanização e desenvolvimento da

capital, segundo Oliveira (2016, p. 118).

Figura 95: Estação Rodoviária de Goiânia. Década de 1960.



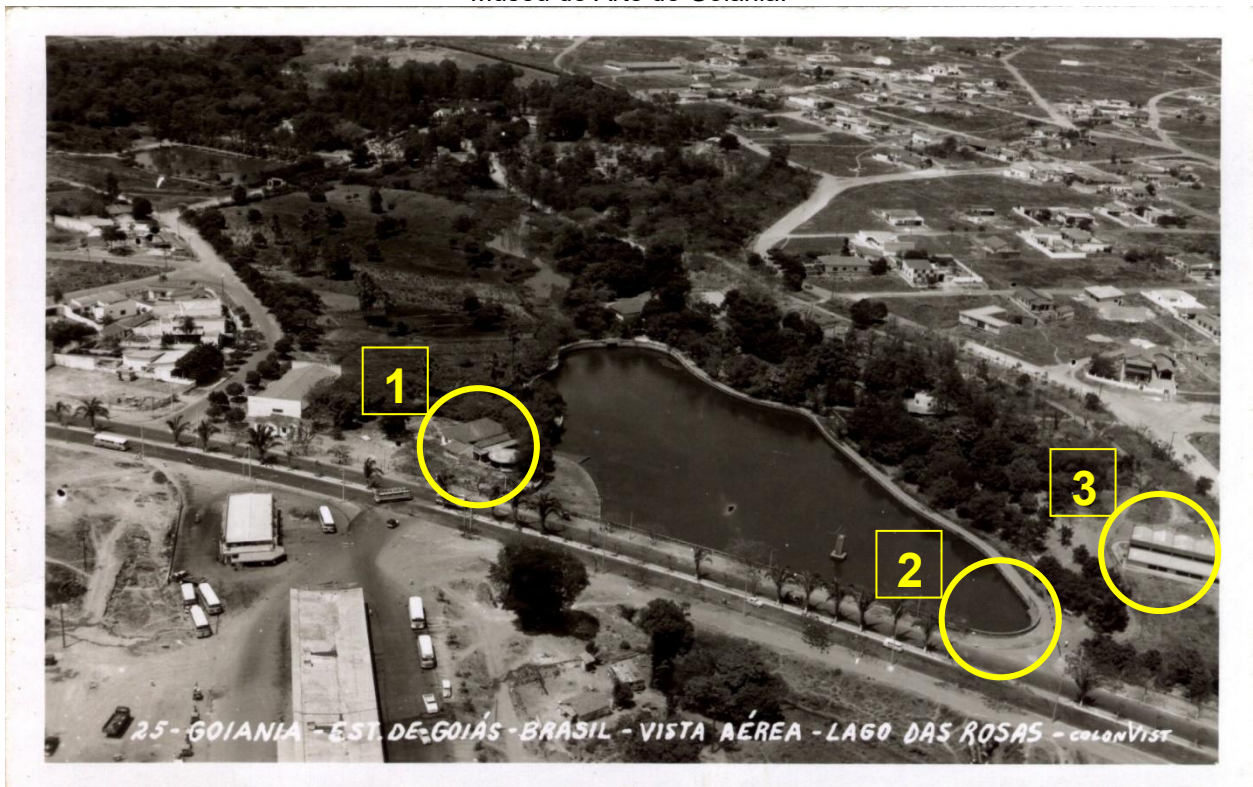
Fonte: Oliveira (2008). Foto: Hélio de Oliveira.

A vista aérea abaixo (Figura 96), registrada na década de 1960, evidencia de forma clara a relação de proximidade entre o Parque Lago das Rosas e a antiga Estação Rodoviária. Entre a edificação e o espaço público, destaca-se a Avenida Anhanguera, que à época ainda conservava seus canteiros centrais arborizados. Ao longo das décadas seguintes, o equipamento urbano passou a atender à crescente demanda por mobilidade intermunicipal, até ser substituído, na década de 1980, pelo terminal rodoviário atual, localizado em maior terreno. Atualmente, o edifício abriga o Batalhão do Corpo de Bombeiros.

Na imagem (Figura 96), destacam-se algumas edificações e elementos que sofreram transformações significativas ao longo das décadas. O Castelinho (nº 1) foi parcialmente demolido e teve seu uso alterado, permanecendo anos sem ocupação. A mureta (nº 2), conforme evidenciado na fotografia de 1960, apresentava características diferentes das atuais, sendo parcialmente demolida no trecho demarcado na imagem. O Museu de Arte de Goiânia (nº 3), teve seu uso alterado, como foi destacado

anteriormente. Hoje, o edifício é circundado por gradis e vegetação. Além desses elementos, é necessário mencionar o pórtico de acesso ao Zoológico, que, embora não apareça na imagem, sofreu completa reconfiguração ao longo do tempo.

Figura 96: Vista aérea do Parque Lago das Rosas, na década de 1960. 1- Castelinho; 2- Mureta 3- Museu de Arte de Goiânia.



Fonte: Acervo MIS|GO. Foto: ColonVist. Intervenções da autora.

Em 2007, teve início uma reforma no Parque Lago das Rosas. Segundo Ronaldo Vieira, então diretor de área Verdes e Unidades de Conservação da Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA), inicialmente planejada como uma intervenção de menor porte, acabou tornando-se mais ampla, diante das necessidades identificadas ao longo do processo (Vieira apud Fernandes, 2016, p. 79). Vieira também associou a complexidade do processo à importância histórica do parque, que abriga elementos tombados do patrimônio *art déco*.

Figura 97: Mapa atual do Setor Oeste com a delimitação do Parque Lago das Rosas, em amarelo.

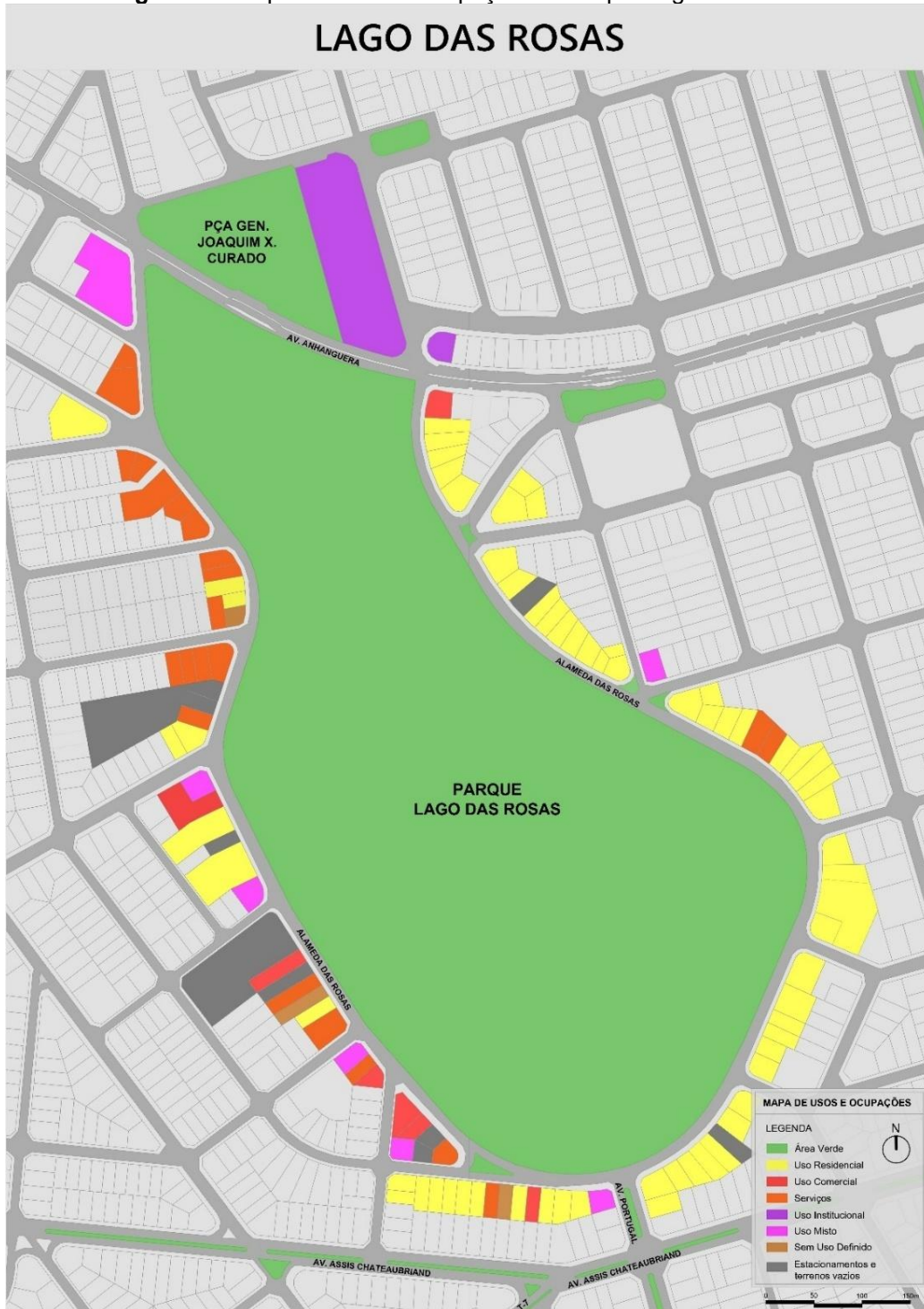


Fonte: Google Earth (2025). Intervenção da autora.

Ao longo dos anos, a paisagem do Parque Lago das Rosas passou por transformações significativas, dentre as quais se destaca o processo de verticalização no seu entorno, resultante da expansão urbana e da valorização imobiliária da região (CAU-GO, 2013a).

A partir do levantamento referente aos usos do solo no entorno imediato do Parque Lago das Rosas, foi possível identificar distintas configurações funcionais (Figura 98). Ao Norte – área pertencente ao Setor Aeroporto –, prevalecem os usos institucionais e lazer, com destaque para o Batalhão do Corpo de Bombeiros e para a Praça General Joaquim Curado. Seguindo a análise no sentido horário, observa-se que, à Leste, os usos são predominantemente residenciais, com exceção de algumas edificações de uso comercial, de uso misto e institucional – Instituto de Mastologia e Oncologia, que ocupa o edifício da antiga Maternidade de Maio.

Figura 98: Mapa de Usos e Ocupações – Parque Lago das Rosas.



Fonte: Base cadastral de Goiânia. Intervenções da autora.

Já, ao ultrapassar a Avenida Portugal, na porção à Oeste, o cenário se transforma: os usos residenciais tornam-se menos frequentes, dando lugar à intensificação das atividades comerciais, de prestação de serviços e usos mistos. Nessa área, observam-se estabelecimentos como restaurantes, cafeterias, clínicas e hospitais, além de algumas residências isoladas que ainda resistem.

A partir do levantamento das alturas das edificações e da análise do mapa de gabarito (Figura 99), foi possível constatar um processo significativo de verticalização no entorno leste do Parque Lago das Rosas. Nessa porção, foram erguidas edificações de até 20 pavimentos, principalmente nas décadas de 1980 e 2000. Após esse período, observou-se um hiato no processo de verticalização, uma vez que grande parte dos terrenos já havia sido ocupada. Os poucos lotes remanescentes, por sua vez, passaram por um novo ciclo de transformação, no qual as casas existentes foram demolidas para dar lugar a torres residenciais de alto padrão imobiliário, reforçando a tendência de adensamento e transição tipológica.

Figura 99: Mapa de Gabarito de Alturas – Parque Lago das Rosas.



Fonte: Base cadastral de Goiânia. Intervenções da autora.

Dentre as residências demolidas, destaca-se a residência de Algoraque Afonso Borges, um exemplar da arquitetura moderna projetada pelo engenheiro Jair Lage de Siqueira, da década de 1950 (Figura 100). Segundo Moura (2009), a edificação apresentava características marcantes do modernismo, como a predominância de linhas

retas, volumes puros, painéis de cobogó, revestimentos cerâmicos, bem como outros elementos próprios da linguagem arquitetônica do período.

Figura 100: Residência, um exemplar da arquitetura moderna projetada demolida no entorno do Lago das Rosas.



Fonte: Moura (2009).

Essa residência representa apenas um dos diversos imóveis de alto valor arquitetônico, construídos no Setor Oeste, localizados em terrenos amplos e privilegiados, que foram substituídos por edifícios de múltiplos pavimentos.

Esse mesmo processo, conforme evidenciado pelo Mapa de Gabarito (Figura 99), vem se repetindo também na porção oeste do parque, essa dinâmica resulta em uma transformação significativa da morfologia urbana e da paisagem no entorno da área verde, alternando padrões de ocupação, escala e relação com o espaço público.

Como observa Fernandes (2016, p. 80-81), o crescimento expressivo de empreendimentos no entorno de parques urbanos em Goiânia está relacionado a um processo de verticalização acelerada, impulsionado por uma lógica de consumo do

espaço urbano associada à busca por qualidade de vida e valores ligados à consciência ecológica.

Mesmo com a criação de novos parques em Goiânia, o Lago das Rosas permanece como um espaço de lazer frequentado por famílias e casais. No entanto, observa-se que a maior parte dos visitantes pertence a classes economicamente menos favorecidas, uma vez que os moradores do entorno tendem a optar por passeios em shoppings ou outros locais de entretenimento (CAU-GO, 2013a), e utilizam o espaço fora do contexto de lazer, e sim para a prática de atividades físicas, utilizando as pistas de caminhadas e espaços do parque para a realização de atividades em grupo.

Aos domingos, é considerado um dos destinos de lazer mais procurados pela população da cidade. O público que frequenta o local é composto, predominantemente, por famílias e grupos de jovens que visitam o Zoológico e usufruem das áreas livres do parque. Além disso, a instalação de equipamentos específicos para ginástica incentiva a presença de moradores da terceira idade, que costumam utilizar o espaço especialmente nas primeiras horas da manhã e no final da tarde durante a semana. O parque também recebe, com frequência, excursões escolares organizadas por instituições de ensino das redes públicas e privadas (CAU-GO, 2013a).

Diferentemente dos demais espaços públicos analisados neste trabalho, o Parque Lago das Rosas é o único que não apresenta a presença de feiras livres em seu interior ou entorno imediato. O comércio existente no local se restringe a estabelecimentos fixos, como quiosques, localizados em pontos específicos do parque, caracterizando uma ocupação comercial pontual e permanente. Além disso, observa-se a presença de comerciantes ambulantes, que se concentram principalmente nas imediações das bilheterias do Parque Zoológico, atendendo ao fluxo de visitantes e contribuindo com a dinâmica econômica local de forma mais informal e sazonal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo central investigar historicamente o processo de formação, ocupação e as transformações do Setor Oeste como parte do núcleo inicial de Goiânia, buscando compreender como sua paisagem urbana foi moldada ao longo do tempo, contribuindo para a conformação do bairro e de seus principais espaços públicos, relacionando esses processos à configuração urbana atual. O estudo visou analisar a trajetória do bairro, suas dinâmicas morfológicas e sociais, e os significados atribuídos aos seus espaços públicos e suas bordas.

A pesquisa foi conduzida a partir de uma abordagem interdisciplinar, articulando a história do bairro e a morfologia urbana, com base nos referenciais teóricos da abordagem inglesa, italiana, francesa e brasileira. Além disso, adotou-se os procedimentos técnicos de para a realização da pesquisa, a partir da pesquisa documental e iconográfica, ancorado em autores como Barthes (1990), Kossoy (2001), Pesavento (2005), Coelho e Ribeiro (2019).

A análise consistiu em um compilado de diversas fontes: documentos oficiais, plantas e mapas, fotografias antigas e contemporâneas, textos acadêmicos, bem como jornais e periódicos históricos. Os jornais e documentos oficiais permitiram reconstruir as etapas do desenvolvimento urbano e captar as representações em torno do bairro. As imagens fotográficas, por sua vez, contribuíram como instrumento de leitura das transformações urbanas da paisagem urbana, revelando pontos que escapam ao registro escrito.

Ao longo de sua trajetória histórica, o espaço urbano apresenta marcos inerentes à sua memória e são fundamentais para a construção da identidade e do sentimento de pertencimento dos indivíduos, frente ao meio no qual estão inseridos. À medida que a cidade se desenvolve e novas demandas vão surgindo, alguns espaços sofrem alterações para se ajustarem às necessidades emergentes, e muitas dessas transformações ocorrem de maneira rápida.

O Setor Oeste revelou-se um bairro de importância estratégica na história urbana de Goiânia, tendo desempenhado um papel de destaque na lógica de expansão da capital. Situado em posição privilegiada, o bairro serviu como um vetor de crescimento para a expansão urbana, e para o direcionamento de crescimento no eixo Leste-Oeste.

Ao longo das décadas, em especial na década de 1980, o Setor Oeste presenciou um intenso processo de verticalização. A substituição das edificações horizontais por

edifícios em altura alterou significativamente a morfologia do bairro, promovendo o adensamento populacional, valorização imobiliária e novas formas de apropriação do espaço urbano.

Evidenciou-se ainda a notável diversidade de usos que caracteriza o Setor Oeste. Entremeadado por residências, edifícios institucionais, espaços culturais, áreas comerciais, equipamentos de saúde, instituições financeiras e educacionais, serviços especializados e atividades de lazer, criando um ambiente urbano dinâmico e multifuncional. Essa diversidade de usos favorece a vitalidade do espaço, estimula a convivência e gera benefícios com maior oferta de serviços, visto que os seus usuários não precisam locomover longas distâncias cotidianamente. Esses fatores reforçam o atributo de que o Setor Oeste é um bairro com urbanidade.

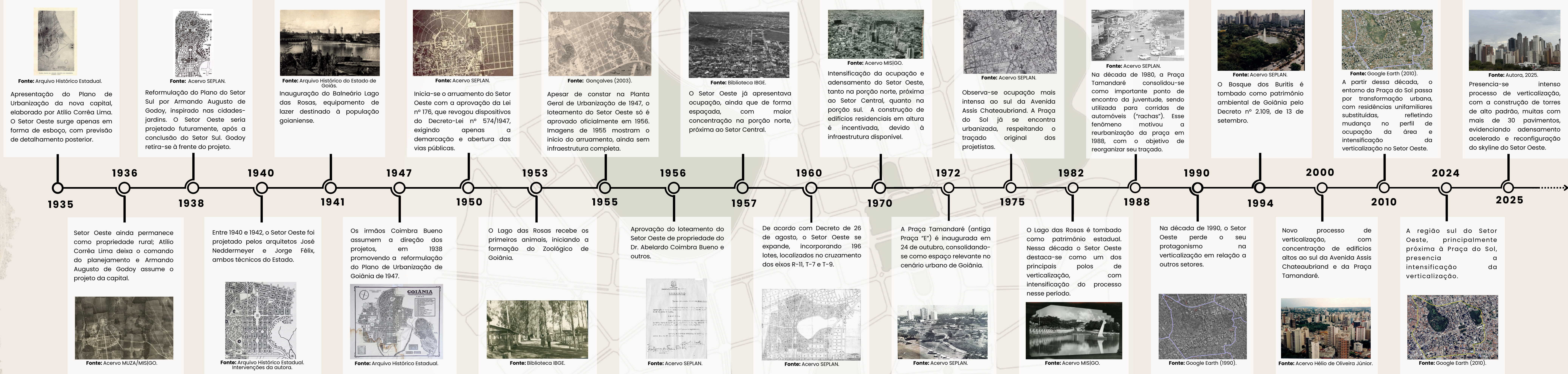
Apesar das transformações urbanas, o bairro preserva elementos de grande valor simbólico e identitário. As praças e parques continuam a desempenhar papel central na vida urbana do bairro, funcionando como suportes para práticas sociais, culturais e afetivas, não apenas dos moradores locais, como também de goianienses que percorrem longas distâncias para usufruir desses espaços públicos. Do mesmo modo, edifícios emblemáticos no entorno desses espaços, como o Colégio Ateneu Dom Bosco, o Tribunal de Justiça, a antiga Estação Rodoviária, permanecem como marcos na paisagem, ancorando a memória coletiva do bairro e desses espaços públicos.

O estudo demonstrou que os espaços públicos do Setor Oeste não são cenários passivos e sem vida, mas continuam a ser intensamente apropriados pela população, em especial por meio de feiras livres, atividades de lazer e manifestações culturais que ocorrem nas praças e parques do bairro, evidenciando o papel desses locais como espaços de convivência e de resistência frente às pressões da verticalização. A pesquisa apresenta limitações. A lacuna de fontes para determinadas fases do desenvolvimento do bairro, bem como a inviabilidade – devido ao prazo para a realização da pesquisa – da análise de todas as praças do bairro, restringiu certas possibilidades analíticas.

Compreender a trajetória histórica de formação e transformação do Setor Oeste é essencial para refletir sobre a configuração atual do bairro. Atentar para as complexas relações entre dinâmicas morfológicas e sociais constitui um passo importante para a construção de uma cidade mais consciente de sua história e trajetória urbana, além de mais atenta à qualidade de vida de seus habitantes. Nesse sentido, a linha do tempo apresentada a seguir sintetiza os principais marcos que compõem essa trajetória, funcionando como conclusão visual do percurso histórico do Setor Oeste.

ENTRE PRAÇAS E PARQUES: PROCESSO DE FORMAÇÃO DO SETOR OESTE EM GOIÂNIA

Orientadora: Prof. Dra. Eline M. M. Pereira Caixeta
Coorientadora: Prof. Dra. Ana Amélia de P. M. Ribeiro



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLY, Cláudio; DAVIDSON, Forbes. **Densidade Urbana**: um instrumento de planejamento e gestão urbana. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

AGUIAR, Douglas. Urbanidade e a Qualidade da Cidade. In: AGUIAR, Douglas; MORAES NETTO, Vinícius (Orgs.). **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital / Letra e Imagem, 2012.

ALEX, Sun. **Projeto da Praça**: convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: Editora Senac, 2008.

ALVARES, Geraldo Teixeira. **A Luta na epopeia de Goiânia**. Rio de Janeiro: Graf. Jornal do Brasil, 1942.

AMARAL, Camilo Vladimir de Lima. Planos de Goiânia: a construção da cidade moderna na perspectiva urbanística. In: CAIXETA, Eline; ROMEIRO, Bráulio (Orgs.). **Interlocações na arquitetura moderna no Brasil** – o caso de Goiânia e de outras modernidades. Goiânia: Editora UFG, 2015. p. 43-72.

ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Sesc São Paulo, 2001.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. Trad. Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ARROYO, Julio. Bordas e espaço público. Fronteiras internas na cidade contemporânea. **Arquitextos**, São Paulo, ano 07, n. 081.02, Vitruvius, fev. 2007. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.081/269>. Acesso: 03 jan. 2024

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papirus, 2012.

BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica, In: BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso**: ensaios críticos III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 11-25.

BELLORIO, Grazielli Bruno. **Adensamento e Verticalização em Goiânia nos Planos Diretores (1968-2007)**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2013.

BERTULUCI, Gabriela de Oliveira. **Espaços livres e urbanidade**: análise dos aspectos da praça como geradores de qualidade socioespacial urbana. 2019. 180 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

BORGES, Larissy Barbosa. **Entre sons, aromas e sabores**: as feiras em Goiânia: história, referência cultura e hibridação entre o moderno e o tradicional. 2013. 175 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Iphan, Rio de Janeiro, 2013.

BRASIL. **Lei Complementar nº 68, de 26 de março de 1999**. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia, Goiânia, 26 mar. 1999.

CAIXETA, Caixeta, Eline Maria Mora Pereira. **Setor Sul**: processo de formação do espaço urbano- Goiânia: Cegraf UFG, 2021.

CAMARGO, Aline Gracino. **O espaço público concebido, vivido e percebido no centro de Goiânia**. 2022. Dissertação de Mestrado em Projeto e Cidade- Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi. **Tipología de la Edificación**: Estructura del Espacio Antrópico. Madrid: Celeste Ediciones, 1995.

CAU-GO – Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás. **Relatório 6: Lago das Rosas**. Goiânia, 2013a. Disponível em: <https://www.caugo.gov.br/wp-content/uploads/2013/06/6-Lago-das-Rosas.pdf>. Acesso em: 25 set. 2024.

CAU-GO – Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás. **Relatório 2: Bosque dos Buritis**. Goiânia, 2013b. Disponível em: <https://www.caugo.gov.br/wp-content/uploads/2013/06/2-Bosque-dos-Buritis-1.pdf>. Acesso em: 15 out. 2015.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Trad. Maria L. Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

COELHO, Letícia Castilhos. **Revelando a paisagem através da fotografia**: construção e aplicação de um método: Porto Alegre vista do Guaíba. 2011. Dissertação (Mestrado

em Arquitetura e Urbanismo) - – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

COELHO, Letícia Castilhos. A paisagem na fotografia, os rastros da memória nas imagens. In: **XIII ENANPUR: Encontro Nacional da Anpur**, Florianópolis, 2009.

CONZEN, Michel Robert Günter. **Alnwick, Northumberland**: a study in town-plan analysis. London: George Philip, 1960.

CORREIA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. Editora Ática, Série Princípios, 3º edição, n.174, 1995, p.1-16.

CORRÊA LIMA, Atilio. **Goiânia**: a nova capital de Goiás. Revista Arquitetura e Urbanismo, v. 2, n. 6, 1937.

CORRÊA LIMA, Atilio. **Plano diretor da cidade** (Relatório apresentado ao interventor Pedro Ludovico Teixeira): Goiânia – a nova Capital (Resumo de um estudo). IBGE. Goiânia – Coletânea. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico IBGE, 1942. p.45-112.

CRUZ, Lucas Rezende. **A cidade de Ewald Janssen**: uma historização da obra urbanística de um imigrante alemão em Goiânia (1950 a 1970). 2021. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

DAHER, Tânia. **Goiânia**: uma utopia europeia no Brasil. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2003.

DAHER, Tânia. O projeto original de Goiânia. **Revista UFG**, Goiânia, v. 11, n. 6, p. 77–91, jun. 2009.

DANIN JÚNIOR. **Confusão em relatos históricos**. O Popular, Goiânia, 24 de julho de 1994.

DIÁRIO DA MANHÃ. 1988. **Tamandaré tem seu traçado reurbanizado**. Goiânia, 14 de outubro de 1988.

DIÁRIO DA MANHÃ. 2005a. **Point de rchas e desfile de jovens**. Goiânia, 01 de maio de 2005.

DIÁRIO DA MANHÃ. 2005b. **Nos tempos da Tamandaré**. Goiânia, 09 de dezembro de 2005.

DINIZ, Anamaria. **Goiânia de Atílio Corrêa Lima (1932-1935)** – ideal estético e realidade política. 2007. 250f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, 2007.

DUARTE, Jhonier Silva Santos; MAHLER, Christine Ramos; REZENDE, Wagner de Souza. Centralidades em Goiânia: dinâmicas urbanas na produção do espaço. In: **Planejando o urbano e o regional. Organizando a esperança**. Anais do XIX ENAPUR. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Blumenau-SC. Brasil. 2022.

FERNANDES, Helloá Vicente. **Tipologias dos Edifícios de Apartamentos**: Bosque dos Buritis e Lago das Rosas. Dissertação de Mestrado em Projeto e Cidade - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

GEHL, Jan. **Cidades para Pessoas**. Tradução de Anita Di Marco. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GEMZOE, Lars; GEHL, Jan. **Novos espaços urbanos**. Tradução Carla Zollinger. Barcelona: Editora Gustavo Gili S/A, 2002.

GODINHO, Daniele Severino de Souza. **Comércio e memória urbana**: um estudo do bairro de Campinas em Goiânia. 2018. 203 f. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

Goiânia 1971. **Lei 4.523 de 31 de dezembro de 1971**. Aprova Plano Integrado de Goiânia. Goiânia.

Goiânia 1938. **Decreto-Lei 90-A de 30 de julho de 1938**. Sistema de Informação Geográfica de Goiânia - Docs.

Goiânia 1947. **Decreto-Lei n.º 574, de 12 de maio de 1947**. Aprova o zoneamento do Município de Goiânia. Goiânia.

GOIÁSTURISMO. **Parque Zoológico de Goiânia**. Turismo em Goiás. Disponível em: <https://www.goiasturismo.go.gov.br/pt/atracoes/goiania/parque-zoologico-de-goiania>. Acesso em: 13 jan. 2025.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. **Goiânia**: uma modernidade possível. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2003.

GRAEFF, Edgar Albuquerque. **Composição arquitetônica e o campo da arquitetura: ensaio de sistematização para o estudo do fenômeno arquitetônico.** Apostila mimeografada, versão de 1985.

GRANDE, Ivan Oliveira de; BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. Contradições no centro tradicional de Goiânia: usos e transformações no espaço da praça cívica e Avenida Goiás. **Revista PerCursos.** Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 74 – 98. jan./abr. 2015.

GUIMARÃES, Leandro Davi. **Goiânia, a ‘cidade desplanejada’ do Oeste (1950/1980): Reflexões sobre a capital goiana nos aportes da Coleção Ewald Janssen [dissertação].** Goiânia: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás; 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2003, p.29-70 e p.157-189.

IBGE. Censo Demográfico 2022. **Goiânia.** 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/goiania.html>. Acesso em: 12 de jul. 2024.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL DE GOIÂNIA. **Projeto De Reurbanização Da Praça Tamandaré,** 1988.

IPHAN. **Portaria nº 127, In: Diário Oficial da União, nº 83.** 2009. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_127_de_30_de_Abril_de_2009.pdf . Acesso em 15 de março de 2025.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história.** 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco: a segregação urbana em São Paulo.** São Paulo: Editora 34, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2010.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcias. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade.** Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Porto, 3ª Ed, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000), 2006.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2009.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e memória**. 5 ed. Campinas: UNICAMP, 2003, p. 419-476.

MANINI, Miriam. A leitura de imagens fotográficas: preliminares da análise documentária de fotografias. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, XII, 2011, Brasília: Anais do XII ENANCIB, 2011.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. **Goiânia**: uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar. Goiânia: Edição do Autor, 2001.

MARTINS JÚNIOR, Osmar Pires. **Arborização urbana & Qualidade de vida**: classificação dos espaços livres e áreas verdes. Kelps/UCG, Goiânia, 2007.

MASCARÓ, Lucia; MASCARÓ, Juan José. **Ambiência urbana**. Masquatro, Porto Alegre; 3ª edição, 2009.

MELO, Camila Arantes de. **Habitar o espaço público**: reflexões sobre apropriação e morfologia urbana na vila Itatiaia. Dissertação de Mestrado em Projeto e Cidade - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

MELLO, Márcia Metran de. **A modernidade e o esqueleto de uma**. In: CAIXETA, Eline; ROMEIRO, Bráulio (Orgs.). Interlocuções na arquitetura moderna no Brasil – o caso de Goiânia e de outras modernidades. Goiânia: Editora UFG, 2015. p. 43-72.

MONTEIRO, Julia Macedo. **Espaço, paisagem, ambiência e vida urbana**: a fotografia na construção do discurso moderno em Goiânia (1933-1964). Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Projeto e Cidade- Faculdade de Artes Visuais – UFG. 2019.

MORAES, Lúcia Maria (2003). **A segregação Planejada**: Goiânia, Brasília e Palmas. Goiânia: Ed. UCG, 2006.

MOREIRA, Livia Maria Pereira da Silva. **Densidade Qualificada, Caminho para um Novo Urbanismo**. Estudo de caso: Bairro Jardim Goiás Goiânia-GO. Dissertação de Mestrado em Projeto e Cidade - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

MOTA, Ana Flávia Rêgo. **Imaginário e Parque Urbano**: um Estudo do Bosque dos Buritis em Goiânia. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MOURA, Ana Amélia de Paula. **Arquitetura residencial moderna em Goiânia**: delineando um cenário. 2009. Monografia (Especialização em Patrimônio) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Superintendência em Goiás, Goiânia, 2009.

MOYSÉS, Aristides. **Goiânia**: metrópole não planejada. Goiânia: Ed. UCG, 2004.

MOYSÉS, Aristides; SILVA, Eduardo Rodrigues da; BORGES, Eucilene de Melo; RIBEIRO, Marcelo Gomes. Da Formação Urbana ao Empreendedorismo Imobiliário: a Nova Face da Metrópole Goianiense. Mercator - **Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, v. 6, n. 12, 2007.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Houry. São Paulo: Projeto História, n. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Do pântano ao jardim**: uma nova esperança: a produção social do espaço em Goiânia. 2002. 188 f. Dissertação (Mestrado em sociologia) - mestrado em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de; PEIXOTO, Elane Ribeiro. Estudo de Bairros: Entre a Arquitetura e a História. **Revista Mosaico**- Revista de História, Goiânia, v.2, n.1, p.59-67, jul. 2009.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de; PEIXOTO, Elane Ribeiro. Memórias e Cotidiano de um Bairro em Goiânia. Revista Jatobá, Goiânia, v. 4, 2022.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de; ROMEIRO, Bráulio; AMARAL, Camilo Vladimir de Lima; CAIXETA, Eline Maria Mora Pereira Caixeta; FROTA, José Artur D'Aló; Bandan, Rosane. Novas Paisagens urbanas em Goiânia: arquitetura moderna institucional. In: CAIXETA, Eline; ROMEIRO, Bráulio (Orgs.). **Interlocações na arquitetura moderna no Brasil – o caso de Goiânia e de outras modernidades**. Goiânia: Editora UFG, 2015. p. 43-72.

OLIVEIRA, Hélio de. **Eu vi Goiânia crescer**: décadas de 50 e 60. v. 1. Goiânia: Edição do Autor, 2008.

OLIVEIRA, Hélio de. **Eu vi Goiânia crescer**: décadas de 50 e 60. v. 2. Goiânia: Edição do Autor, 2012.

OLIVEIRA, Simone Borges Camargo de. **Eurico Calixto de Godoi na formação da arquitetura moderna em Goiânia**. 2016. 253 f. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso de; BEKER, Susana Sardinha; DOMINGOS, Jonh Moreira. Goiânia-GO: Um Projeto de Cidade-Jardim que não Resistiu às Forças do Progresso. **Fronteira: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 356–378, 2019.

O POPULAR. 1977. **Espécies nativas são plantadas na Tamandaré**. Goiânia, 09 de abril de 1977.

O POPULAR. 1981. **Menos gramas e mais bosques em Goiânia**. 30 de agosto de 1981.

PANERAI, Philippe; CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean-Charles. **Formes urbaines**: de l'îlot à la barre. Marseille: Éditions Parenthèses, 1997.

PANERAI, Philippe. **Análise Urbana**. Brasília: Editora UnB, 2014.

FERRARA, Lucrecia d'Alessio. **Os significados urbanos**. São Paulo: Edusp: Fapesp, 2000, p.115-131.

PEREIRA COSTA, Staël de Alvarenga; GIMMLER NETTO, Maria Manoela. **Fundamentos de morfologia urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História & História Cultural**. 2ª edição, 1ª reimpressão, Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **Imagens, memória, sensibilidades: territórios do historiador**. In: PATRIOTA, Rosângela; PESAVENTO, Sandra J.; RAMOS, Alcides (Orgs.). **Imagens na História**. São Paulo: Hucitec, 2008.

PESSONI, Carolina. **Tribunal de Justiça de Goiás conta a história do poder**

judiciário no Estado. A Redação, 19 mai. 2023a. Disponível em: <https://www.aredacao.com.br/colunas/187906/tribunal-de-justica-de-goias-conta-a-historia-do-poder-judiciario-no-estado>. Acesso em: 13 jun. 2025.

PESSONI, Carolina. **Mureta e Castelinho do Lago das Rosas remontam primórdios de Goiânia.** A Redação, 8 dez. 2023b. Disponível em: <https://www.aredacao.com.br/cultura/147380/mureta-e-castelinho-do-lago-das-rosas-remontam-primordios-de-goiania>. Acesso em: 13 jun. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. **Lei nº 5.735, de 19 de dezembro de 1980.** Dispõe sobre o zoneamento e uso do solo no Município de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia, Goiânia, 19 dez. 1980.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. **Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia – PDIG.** Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia, 1969.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. **Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia – PDIG.** Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia, 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Formação das cidades no Brasil.** 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

RESENDE, Sandra Catharinne Pantaleão. Bairros como elementos de estruturação urbana em Goiânia: análise historiográfica e fontes documentais. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo. Paranoá.** Edição temática Cidades em Disputa. jul/dez. 2022a.

RESENDE, Sandra Catharinne Pantaleão. Os bairros do centro expandido de Goiânia-GO: mosaico urbanístico e ocupação territorial em uma cidade nova. In: **Planejando o urbano e o regional. Organizando a esperança.** Anais do XIX ENAPUR. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Blumenau-SC. Brasil. 2022b.

RIBEIRO, Ana Amélia de Paula Moura. A Imagem como símbolo: uma fotografia e a modernidade arquitetônica nas primeiras casas de Goiânia. In: **Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.** Org. Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

RIBEIRO, Ana Amélia De Paula Moura; CAIXETA, Eline Maria Mora Pereira; PIRES, Lyvia Caroline. UM EDIFÍCIO, UM BOSQUE E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO MODERNO EM GOIÂNIA. In: **Anais do XV Seminário Docomomo Brasil: Arquitetura e urbanismo e a reconstrução do Estado e da sociedade.** Anais. São Carlos (SP) IAU e FAU - Universidade de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xv-seminario-docomomo-brasil-2023/660898-UM->

EDIFÍCIO-UM-BOSQUE-E-A-CONSTRUÇÃO-DO-DISCURSO-MODERNO-EM-GOIANIA. Acesso em: set. 2024.

RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. **Goânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes**. Goiânia: Editora UCG, 2004.

RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. O visível e o invisível da paisagem social: uma leitura da revitalização do centro de Goiânia. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, Brasil, n. 24, p. 147–156, 2007.

RIPOLI, Mariana Meidani; SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. Apropriação dos espaços livres. O caso da Avenida Paulista. **Arquitextos**, São Paulo, ano 21, n. 243.04, Vitruvius, ago. 2020 Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.243/7835> Acesso em: set. 2023.

RODOVALHO, Márcia Oliveira. **Análise do planejamento urbano e efetividade dos Planos Diretores de Goiânia**. 2008. 83 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa**: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 3. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Projeto, 1985.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2006.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Karinne Machado. **Camadas do tempo**: representações geográficas nas fotografias e cartões postais da cidade de Goiânia (1933 - 1970) 2019. 216 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios** artísticos. Tradução de Luiz Antônio de Faria. São Paulo: Perspectiva, 1992.

SOLÀ-MORALES, Manuel. **De Cosas Urbanas**. Barcelona, Gustavo Gili, 2008.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. **Memórias**. Goiânia: Cultura Goiana, 1973.

TAVARES, Márcia Guerrante. **Materialidade e Imaterialidade na Percepção da Casa**: Análise da Influência da Verticalização em Moradias de Goiânia. Dissertação de Mestrado em Projeto e Cidade - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

VAZ, Maria Diva Araújo Coelho. **Transformação do Centro de Goiânia**: Renovação ou Reestruturação? Dissertação de Mestrado em Geografia - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

WHITEHAND, Jeremy William Robert. **British urban morphology**: the Conzenian tradition. *Urban Morphology*, v. 5, n. 2, p. 103–132, 2001.

WILHEIM, Jorge. **Plano de Desenvolvimento Integrado**: estudo preliminar. Consultores Associados, Prefeitura Municipal de Goiânia, 1968.

APÊNDICE

FICHA DE COLETA DE DADOS – PRAÇAS E PARQUES

1. Identificação

- Nome
- Endereço (Planta de Situação)

2. Origem e Projeto urbanístico

- Consta no projeto original do bairro, de 1947?
- Mapa/Planta aproximada com marcação da praça:

3. Primeira Aparição no Traçado Urbano

- Configuração inicial (forma, limites, relação com quadras vizinhas):
- Análise de fotos aéreas:
- Comparativo com a configuração atual (Há mudanças de traçado? Acréscimos? Perdas de áreas?):

4. História e transformações

- Histórico (Criação e transformações ao longo das décadas)
- Possui edifícios emblemáticos em seu interior ou entorno? Quais?
- Momentos-Chave (Intervenções, reformas e transformações)

5. Situação atual do entorno:

5.1. Usos e Dinâmicas

- Quais usos predominantes? (Mapa de Usos e Ocupações)
- Presença de feiras ou comércio no local?
- Qual o perfil dos usuários?

5.2. Verticalização do entorno

- Gabarito das construções das bordas: (Mapa de Gabarito de Alturas)